



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 7

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 18 de janeiro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituídos no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva e pelo Deputado Bruno Belo)*

Sumário:

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados, a Sra. Presidente deu início à reunião com a Agenda, tendo sido debatidos os seguintes pontos:

- **Debate de urgência sobre Saúde**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tendo o Sr. Deputado Artur Lima dado início ao debate, usaram, seguidamente, da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Dionísio Faria e Maia (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Domingos Cunha (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), José San-Bento (*PS*) e José Ávila (*PS*), assim como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

[- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Aprova o Plano de Gestão Hidrográfica dos Açores 2016/2021”.](#)

Dando continuidade ao debate, intervieram no mesmo a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), Alonso Miguel (*CDS/PP*), Paulo Mendes (*BE*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e José Contente (*PS*), a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado.

Finalizando a discussão deste ponto, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), José Contente (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- Projeto de Resolução n.º 3/XI – “Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo sobre a problemática da toxicod dependência”,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

A discussão deste ponto teve início com uma intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares. De seguida, participaram no debate os Srs. Deputados Carlos Ferreira (*PSD*), Ricardo Ramalho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS/PP*), os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*) e João Paulo Ávila (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

Colocado à votação, o projeto de resolução referenciado foi aprovado.

- Proposta de Resolução n.º 15/X – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2015”,

apresentada pela Mesa da ALRAA.

A proposta de resolução foi aprovada.

- Petição n.º 41/X – “Segurança no transporte coletivo de crianças nos Açores”,

apresentada pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, na qualidade de primeiro subscritor.

O relatório foi apresentado pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*), tendo usado, igualmente, da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*) e Luís Rendeiro (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 14 minutos.

Presidente: ... [*Corte na gravação*] Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Augusto Batista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **João** Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados.

Vamos entrar, hoje, de manhã, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, no debate de urgência sobre saúde, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos foram também definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes: o Governo Regional, o Partido Socialista e o requerente dispõem de 32 minutos; o PSD tem 24 minutos; o Bloco de Esquerda 12 minutos; as Representações Parlamentares do PCP e do PPM têm 10 minutos.

Para dar início ao debate, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários, Membros do Governo:

A 23 de novembro de 2006 foi aprovado, neste Parlamento, a Proposta de Decreto Legislativo Regional que procedeu à alteração do Estatuto do Serviço Regional de Saúde que permitiu a transformação dos Hospitais Regionais em Entidades Públicas Empresariais.

Os principais objetivos destas modificações, então aduzidos pelo Governo, eram *“a obtenção de ganhos acrescidos em saúde, acompanhada de uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis”*.

O CDS-PP, na altura, não se opôs; os objetivos subjacentes visavam pôr cobro às principais dificuldades das unidades de saúde.

Mas deixamos bem claro que era preciso contratar gente capaz, bons gestores, porque é disso que precisam a generalidade das nossas unidades de saúde.

E, como se tem vindo a confirmar, o CDS-PP tinha razão!

Para nós o objetivo continua a ser claro: queremos que os Açores sejam a excelência da gestão hospitalar a nível nacional.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados;

Vejamos um mau exemplo de gestão: na Ilha Terceira construiu-se um novo Hospital. Esperavam-se mais e melhores cuidados de saúde.

Mas a verdade é que uma casa nova, não resolve velhos problemas!

Nos últimos 4 anos o Hospital da Terceira teve 5 Presidentes do Conselho de Administração. É caso para perguntar: que casa aguenta com esta gestão? Nos últimos 4 anos, 5 Presidentes.

A atual Presidente saiu, em 2013, depois de fecharem serviços relevantes para o hospital, como o caso injustificável do Serviço de Cardiologia e da Unidade de Cuidados Coronários (mesmo contra os pareceres técnicos e científicos da Sociedade Europeia de Cardiologia e do Colégio de Cardiologia da Ordem dos Médicos), com graves prejuízos para os utentes e piorando, de dia para dia, os cuidados assistenciais aos doentes internados, como hoje se verifica, Sr. Secretário.

Quem se lhe seguiu foi demitido pela tutela.

Entrou então uma nova Administradora – batizada pelo PS como a “Dama de Ferro” – que não conseguiu resistir aos lobbies internos e, mais uma vez, foi demitida pelo Governo.

Deputado Francisco César (PS): Não olhe para mim!

O Orador: Quem lhe sucedeu teve melhor sorte; em vez de ser demitido pelo Governo, foi promovido a governante, voltando assim a velha senhora, que já tinha saído, em 2013, para dar lugar aos mais novos.

Portanto, com esta dança da gestão é claro que o resultado só podia ser um.

A mais recente maleita hospitalar prendeu-se com alegados problemas nos aparelhos de esterilização do material utilizado no bloco operatório o que levou ao cancelamento de cirurgias, já com os doentes preparados para serem submetidos à cirurgia, sem o mínimo respeito pelo sofrimento e pelo stress a que um doente está sujeito antes de ser operado.

Registe-se que alguns doentes já se encontravam no bloco operatório. Os da Terceira voltaram para casa, os das outras ilhas foram apanhar o avião (sem serem operados).

Então a joia da coroa, inaugurada em 2012, pelo PS, não tem um sistema de redundância para esterilização de material? Compreende-se?

Em caso de avaria do autoclave é necessário mandar o material para outra ilha... outra ilha, e não para um hospital que fica a 3, 4, 15 ou 20 km's de

distância, para outra ilha, e existem, com certeza, os condicionalismos dos transportes, inerentes à nossa condição insular.

Mas, Sr. Secretário Regional, pergunto-lhe: está resolvido, definitivamente o problema?

E outra pergunta, Sr. Secretário, e a Unidade de Saúde de Ilha não tem autoclave ou também está avariado?

O Centro de Saúde da Praia da Vitória, sei que rebentou a parede, no início, quando o instalaram, mas não tem autoclave, Sr. Secretário?

Ao ponto que isto chegou... É caso para dizer: Pobres doentes!

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

Mas a gestão (a má gestão hospitalar) não é a única maleita do Serviço Regional de Saúde, infeliz e lamentavelmente.

As listas de espera para cirurgias são outro problema muito sério para o qual o CDS-PP já deu, por diversas vezes, o seu contributo construtivo.

O que não compreendemos, nem aceitamos, é que o Governo não faça uso efetivo e total dos instrumentos ao seu dispor como foram o Vale Saúde e agora o SIGICA.

É inadmissível que com um novo quadro legal regulamentado ainda não haja resposta para situações que potencialmente podem colocar em risco a vida dos doentes. Eu vou repetir, Sr. Secretário, não haja resposta para situações que potencialmente podem colocar em risco a vida dos doentes.

Infelizmente assistimos, hoje em dia, aos doentes e seus familiares a fazerem desesperados apelos aos governantes e deputados para que as suas aflitivas situações sejam resolvidas. Isto não é admissível num Serviço Regional de Saúde minimamente eficaz.

Senhor Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

Atualmente os nossos hospitais não realizam e devolvem exames pedidos pelos centros de saúde, porque, alegadamente, as Unidades de Saúde de Ilha não

pagam; o hospital devolve à unidade de saúde de ilha, que o patrão é o mesmo, porque a unidade de saúde de ilha não paga e os doentes, esses, padecem! Já não lhes chega estarem doentes, como padecem destas tricas entre unidades de saúde de ilha e os hospitais. É lamentável, Sr. Secretário. Peço-lhe que resolva esta situação.

E, há casos, em que padecem de doenças graves para os próprios e para a família em que por falta de entendimento entre o Centro de Saúde e o Hospital não se realizam os devidos exames chegando ao extremo de se por em causa a saúde pública (negando exames, chegando-se ao extremo de pôr em causa a saúde pública, Sr. Secretário), negligenciando o tratamento atempado e eficaz de determinadas patologias.

Sr. Secretário, hoje temos hospitais sem medicamentos para os doentes, obrigando, muitas vezes, os internados a recorrerem às farmácias para adquirir os remédios do seu bolso.

Hoje temos unidades de saúde que, por imposição administrativa da SAUDAÇOR, recebem produtos e materiais clínicos de duvidosa qualidade, atendendo-se apenas ao preço, numa demonstração de total desprezo pelo conforto e sofrimento dos doentes.

Por outro lado, continuam as dificuldades acrescidas para os Açorianos residentes em ilhas sem hospital. O anterior titular da pasta da Saúde anunciou o fim do sistema de referenciação hospitalar.

No entanto, por exemplo, a Unidade de Saúde de Ilha das Flores só desloca doentes para o Faial e se o doente quiser tratar-se em Ponta Delgada, porque tem o direito de escolher o médico pelo qual quer ser assistido, é obrigado a pagar do seu bolso a diferença da passagem aérea. A isso eu chamo mesquinhez.

Sr. Secretário, acabe com isto.

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

Os doentes dos Açores merecem melhor e mais saúde, mas, sobretudo, merecem o respeito pela sua condição de doente. E é esse o apelo que faço aqui, ao Governo e, particularmente, ao Sr. Secretário, para que atue nestas situações, e de algumas o senhor tem conhecimento, de outras tenho eu, e para que se ponha acima de qualquer interesse o interesse dos doentes. É o apelo que venho aqui fazer.

Termino, citando uma frase de um ilustre Terceirense, que me foi dita por um familiar: “Para se estar doente na Terceira é preciso ter muita saúde”!

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Secretário se querará intervir agora.

Tem então a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, quero agradecer-lhe, em primeiro lugar, o facto de ter trazido este debate de urgência aqui para o Plenário, porque irá permitir, certamente, esclarecermos algumas questões.

O tema principal, que me parece ter sido a origem e o motivo deste debate de urgência, relacionado com a alegada falta de material no hospital da ilha Terceira, permite-me, publicamente, elogiar a forma como todos os profissionais daquela casa encararam este problema e o resolveram de forma rápida e eficaz.

Efetivamente, não se tratou de uma falta de material. Nós tivemos, no hospital, uma situação em que ocorreu a manutenção dos três autoclaves do serviço de esterilização (isto ocorreu nos finais do mês de novembro) e foi detetado, a meados de dezembro, um instrumento que, ao ser utilizado pela enfermeira instrumentista, ficou com determinadas manchas na luva. Imediatamente,

aquela *box* de material foi rejeitada e substituída por outra e a operação que estava para decorrer realizou-se.

Nesta mesma altura, o Conselho de Administração, alertado para o facto, chamou novamente a empresa que tinha feito a manutenção e, no início de dezembro, os técnicos voltaram lá para verificar o que se passava.

O Sr. Deputado disse que teriam havido doentes que foram prejudicados porque já estavam na sala do bloco. Quero dizer-lhe que esses foram, efetivamente, operados.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Não foram, não!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não foram, não! Quer que os chame aqui?

O Orador: Sr. Deputado, eu estou a dizer-lhe que uma situação grave que existia de uma doente oncológica para ser operada que estava no bloco foi operada.

No total, nós tivemos 20 operações que foram canceladas (sim, senhor!); dessas 20, dois utentes eram de outra ilha e voltaram à sua ilha.

Só para desmistificar a questão da falta de material e das considerações que o Sr. Deputado fez, há pouco, ali.

Os três autoclaves, houve a manutenção, depois, no início de janeiro, por uma iniciativa própria, num chamado teste de luva, os enfermeiros começaram a pegar no material e, com as luvas calçadas, a fazer a fricção das ferramentas para verificar o que é que acontecia. Efetivamente, começaram a aparecer, depois da fricção, essas manchas e foi nessa altura que se tentou perceber o que é que estava a acontecer. Pôs-se em questão que poderia ser o detergente, pôs-se em questão que poderia ser a água e foram feitos todos os testes.

A partir do momento em que várias ferramentas tinham a mesma situação, pôs-se em causa que, após a manutenção dos três autoclaves, nós poderíamos ter tido uma situação de estarem todos os instrumentos danificados e então aí é que se recorreu à colaboração, e que foi muito importante, dos outros dois hospitais,

Ponta Delgada e Horta, em que, efetivamente, foram fornecidos *kits* para se ter a certeza que as operações se realizavam.

Ao mandar-se material para Ponta Delgada, foi no sentido de perceber se o problema era, efetivamente, dos autoclaves ou de outro nível. E o que acontece é que foi um *kit* para Ponta Delgada, voltou no outro dia e, ao fazer-se o mesmo teste da luva, o material estava com a mesma resposta, ou seja, daí a maior preocupação que poderia ser um problema, efetivamente, do material.

Nessa altura, foi chamado um técnico especialista, foram chamados dois técnicos do SUG e o problema ficou resolvido. Portanto, foi identificado o problema,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual era?

O Orador: ... foi identificado o problema...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual era?

O Orador: Deixe-me dizer!

Foi identificado que, eventualmente, naquela situação inicial de novembro terá havido um afastador que pode ter ficado condensado no interior da caixa onde ocorre a cremalheira e que não é totalmente inoxidável no seu interior, podendo dar origem a um condensado escuro, o primeiro que deu origem a isso. A partir do momento que se faz um ato de fricção entre as luvas, que elas próprias já têm uma determinada aderência, para os cirurgiões utilizarem nas suas intervenções, é óbvio que fazendo esta fricção com material inox aparecerá aquelas manchas, o que não significa que o material esteja desconforme. E isto foi verificado pelo técnico especialista de esterilização que veio, foi verificado pelos dois técnicos do SUG que vieram logo a seguir, foi feita uma reunião com todos os elementos intervenientes e todos chegaram à conclusão que não havia qualquer problema. E, a partir do dia 10 de janeiro, tudo começou a funcionar em pleno.

Portanto, este problema foi resolvido, foi detetado, foi intervencionado da melhor maneira, houve colaboração entre todos os profissionais, houve colaboração entre as entidades do Serviço Regional de Saúde e, acima de tudo, tal como o Sr. Deputado disse e fez o apelo, em primeiro lugar esteve o utente e isso é que apraz registar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão do hospital da ilha Terceira e da capacidade ou não da atual presidente. Para já, Sr. Deputado, foi uma estratégia do Governo Regional manter a estabilidade que havia no hospital, desde o último mandato, e, como imagina, não me quero pronunciar sobre isso, porque também estava eu em causa. Neste último mandato, desde 1 de abril, não quero, como é óbvio, por questões éticas, falar. O que é certo é que nós temos a confiança que o hospital passa a ter uma administração bastante estável, basta ver o relatório da audição da pessoa em causa para ver todos os elogios que os vários partidos fizeram à mesma pessoa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já lá esteve!

O Orador: Sr. Deputado, relativamente às listas de espera, nós, efetivamente, estamos a trabalhar nisso, ainda ontem, ou sexta-feira, entregamos na Assembleia um primeiro relatório muito preliminar do que se fez desde que o DLR do SIGICA foi publicado, nós já publicamos a portaria que pretende regulamentar e, efetivamente, pôr em prática toda esta questão da recuperação de listas de espera. E pode crer, Sr. Deputado, basta ver a própria portaria, o empenho com que os três hospitais foram envolvidos na elaboração da mesma para nós termos a certeza que, efetivamente, temos aqui um instrumento para, de uma vez por todas, recuperarmos as listas de espera.

Tudo ao resto, relativamente a tricas entre unidades de saúde de ilha e hospitais,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É muito importante!

O Orador: ... entre os próprios hospitais, Sr. Deputado, isso, posso garantir-lhe que, a partir de agora, se é que isso era assim tão evidente, isto deixa de existir, porque nós estamos a trabalhar como uma verdadeira equipa do Serviço Regional de Saúde, já fizemos várias reuniões entre todas as unidades de saúde de ilha e os hospitais, vamos fazer uma próxima no dia 25 de janeiro e, como tal, tudo irá funcionar em equipa, não faz sentido nós estarmos a trabalhar de outra maneira.

Portanto, para já, eram essas as questões.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa, de momento, já tem duas inscrições. Apelo, no entanto, que se continuem a inscrever.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Secretário, muito obrigado pela sua resposta.

Relativamente à esterilização, resolveram ir com os três autoclaves, ao mesmo tempo, para a manutenção, o que não é previdente fazer-se de uma vez a manutenção dos três autoclaves, uma vez que depois fica sem *backup*, isso é óbvio.

Agora, há uma coisa que não convence na sua justificação. O senhor não disse qual é o problema. Falou aí num ferro que ficou na cremalheira, etc., etc., que isso seria a origem do problema. Então, explique-me lá, Sr. Secretário, por que é que a caixa que foi esterilizar a Ponta Delgada, que foi esterilizada no hospital de Ponta Delgada, quando voltou, tinha o mesmo pó preto? Não esteve no autoclave da Terceira, não tinha o ferro na cremalheira. Foi esterilizada no hospital de Ponta Delgada e voltou. Por que é que tinha o mesmo pó preto?

Portanto, Sr. Secretário, o problema, volto a perguntar-lhe, está resolvido? Qual era o problema? É isso que o senhor tem que explicar e não explicou, porque a explicação que deu não convence, porque o de Ponta Delgada, a caixa que foi mandada a Ponta Delgada voltou com o mesmo pó preto e em Ponta Delgada não havia problema nenhum no autoclave, Sr. Secretário. Percebeu?

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Relativamente às tricas que V. Ex.^a falou, e fico muito satisfeito que as vai resolver, Sr. Secretário, o problema é que as tricas levam a problemas muito sérios e este o senhor tem conhecimento, porque lhe foi dito. Trata-se de um caso de tuberculose, Sr. Secretário, tuberculose! Foi diagnosticada no estabelecimento prisional e que andou entre tricas entre o hospital de Angra e a Unidade de Saúde da Ilha Terceira, em que o hospital ficou com os testes, não os mandando fazer ao Instituto Ricardo Jorge. Percebe, Sr. Secretário? Porque a unidade de saúde de ilha não tinha informado do processo clínico do doente, quando o processo clínico está, obviamente, como o senhor sabe tão bem como eu onde é que ele está.

E não tinha, sabe por quê, Sr. Secretário? Porque o hospital não pagava ao Instituto Ricardo Jorge e depois não tinha os *kits*. E, depois, o hospital recusou-se a pagar, mandando a resposta para a unidade de saúde de ilha, que não tem responsabilidade nessa matéria, e isto é um caso gravíssimo de cinco reclusos e cinco guardas, Sr. Secretário. E, neste momento, encontram-se em tratamento. Neste momento, encontram-se já em tratamento. Mas depois da insistência de uma pessoa, que fez queixa, que se interessou, senão tínhamos aqui um caso sério de saúde pública, Sr. Secretário, por causa das tricas entre uma unidade de saúde e a outra.

E, Sr. Secretário, os primeiros testes, que foram em abril de 2016, presumo que o senhor já lá estava, a recolha de sangue, os resultados nunca foram conhecidos. Os mesmos deveriam ser comunicados aos interessados no prazo

máximo de 15 dias, a tal recolha de sangue que nunca seguiu para o Instituto Ricardo Jorge. O que é que o senhor tem a dizer sobre isto? O hospital não enviou a recolha de sangue para o Instituto Ricardo Jorge, Sr. Secretário. O que é que tem a dizer sobre isto? O senhor já lá estava.

O utente foi informado que, afinal, o sangue não tinha sido enviado para o Instituto Ricardo Jorge e foi feita segunda recolha, em maio (o senhor também já lá estava!), essa, sim, segue para o Instituto Ricardo Jorge.

Entre março e julho de 2016, foram efetuadas várias diligências para a resolução do problema, o qual afetava não só a população reclusa, como funcionários e respetivas famílias. Nem o Centro de Saúde de Angra nem o hospital assumiram qualquer responsabilidade sobre os testes e o senhor sabe disso.

Portanto, Sr. Secretário, após de terem sido efetuados todos os meios de rastreio à doença, conclui-se que o processo foi lento, inadequado, perigoso para a saúde pública e, sobretudo, para a população do meio prisional e para as famílias dos guardas e para toda a população, que, depois, contacta na escola, os filhos, etc., etc.. Um caso gravíssimo de saúde pública, que leva, no mínimo, seis meses a ser resolvido. E ainda não foi resolvido, porque devia haver um *follow up* destes doentes, que nunca mais foram chamados.

Portanto, de quem é a responsabilidade? Quem devia pagar as análises? Morre solteira a culpa, neste caso? Quantas pessoas estarão infetadas? Os senhores sabem? Fizeram um rastreio dos familiares? Fizeram um rastreio de toda a população prisional? É um caso gravíssimo de saúde pública, Sr. Secretário, que a trica entre um e outro e que o hospital de Angra se recusou a pagar era diretora clínica... Não mandou o sangue para fora, o senhor não negue! O Sr. Secretário nega que o hospital de Angra não tenha mandado o sangue da primeira recolha, da primeira amostra em março (o senhor ainda lá não estava), em abril, para fora? Em abril? Nega, Sr. Secretário? O hospital de Angra não

mandou a análise para o Instituto Ricardo Jorge! Isso é gravíssimo, Sr. Secretário, é gravíssimo e, portanto, eu agradeço que me esclareça cabalmente este caso e porquê e de quem é a responsabilidade e se vai levantar algum processo disciplinar a quem não mandou e devia ter mandado este sangue para fora para análise. Um caso de saúde pública, de declaração obrigatória!

Portanto, eu quero saber quais são as consequências de quem não mandou, porque aqui, Sr. Secretário, num caso de saúde pública, para minha defesa, dos meus filhos e da população, isso não pode ficar impune, tem que se apurar responsabilidades, tem que se abrir um inquérito, e era o que o senhor devia ter feito enquanto administrador do hospital. Mas se não o fez, ainda vai a tempo de o fazer, porque o caso está longe de ser resolvido e está longe de sabermos qual foi a dimensão que ele atingiu, Sr. Secretário. É o primeiro caso da trica entre unidades. Depois, vou dar-lhe mais um, sobre o Vale Saúde, quando me esclarecer este.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, é com muita preocupação que, infelizmente, noto que o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira tem estado em destaque e, infelizmente, não pelas melhores razões, nos órgãos de comunicação social, espelhando também o estado de saúde da região e salientando, mais uma vez, nesta Assembleia, que a saúde é o maior fator perturbador na vida de um açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Começando pelo problema misterioso do pó preto, ou melhor, pelo problema de esterilização do material cirúrgico, que, ao que parece, está

ultrapassado, mas que não poderemos ignorar que o mesmo deixou constrangimentos que se irão continuar a sentir.

Esperemos, então, que a tal equipa de especialistas que esteve no hospital três semanas após o problema ter sido detetado tenha encerrado definitivamente a questão. Mas obviamente que o assunto não se encerra por aqui e acaba por levantar outro tipo de questões, na medida em que estamos a falar de um problema que se irá refletir numa área fulcral da saúde e do Programa do Governo, ou seja, cirurgias e listas de espera cirúrgicas.

Esta situação constrangedora levou a que vários doentes fossem convocados para intervenção cirúrgica, alguns da Terceira, outros não, e que, portanto, saíram das suas casas, apanharam voos e foram admitidos no hospital, mas o propósito da deslocação não chegou a acontecer e obviamente que tudo isto tem um custo e tem repercussões, nem que seja a nível dos próprios doentes.

E agora que, ao que parece, o problema e o motivo do cancelamento das cirurgias está ultrapassado, gostaríamos de colocar-lhe as seguintes questões.

Durante quanto tempo exato se manteve esta situação e quantas cirurgias estavam previstas? Quantas foram canceladas? Confirma mesmo que só foram realizadas as cirurgias de urgência, como foi noticiado por um jornal da nossa ilha, após as declarações da Presidente do Conselho de Administração? Como está previsto o novo agendamento destas cirurgias canceladas? Se, efetivamente, já estão reagendadas? Se estes doentes terão alguma prioridade ou se haverá mesmo algum programa adicional para compensar estes cancelamentos e como?

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Debater políticas de saúde é sempre oportuno, numa Região que graças às suas prerrogativas autonómicas detém a responsabilidade política sobre o setor, porquanto compete ao Governo Regional tomar opções políticas que tem (e terão), necessariamente, repercussões, para o bem ou para o mal, nos utentes do Serviço Regional de Saúde. Por isso, falar de saúde é também falar de Autonomia.

O Bloco de Esquerda tem denunciado que também nos Açores, tal como ocorre no continente, mas à nossa escala, se verifica um subfinanciamento crónico na Saúde, por via de subterfúgios como a Saudaçor e as PPP na área, mais especificamente: a do Hospital de Santo Espírito e a da Radioterapia.

É esse subfinanciamento que explica, em grande parte, a dificuldade experimentada por muitos açorianos no acesso aos cuidados de saúde, nos seus vários níveis de intervenção.

Começamos, então, pelos cuidados continuados. Os últimos governos regionais arrogam-se de terem investido numa rede de cuidados continuados. No entanto, se é verdade que um paciente com necessidade de cuidados continuados é assistido, atualmente, por equipas de enfermagem que cumprem, de forma exemplar, as suas competências, também é verdade que, além de não garantirem um médico de família a pacientes nessas condições, também não se facilita a marcação de consultas de apoio, e muito menos consultas ao domicílio. Considera esta situação normal?

Conhecemos casos de pacientes acamados que ao solicitarem uma consulta ao domicílio, foi-lhes transmitido, pelo seu centro de saúde, que tal só seria possível se se recorresse ao setor privado. Portanto, no caso de pacientes acamados é o cuidador informal que se desloca ao centro de saúde para

consultar o médico, para expor os sintomas de paciente. Não considera que estamos perante, no mínimo, de uma prática inusitada?

Passemos, agora, aos cuidados de saúde hospitalares. O Sr. Secretário deve certamente ter conhecimento daquela que é uma má prática ética e deontológica no hospital de Santo Espírito Santo, quando na sala comum no corredor das urgências são comunicados aos pacientes que exames devem ser realizados, que medicação deve ser tomada e, inclusive, onde se dão a conhecer as razões para um internamento urgente, sem a mínima preocupação pela privacidade dos pacientes. Espero que tais más práticas já tenham cessado. Ou não? Terá o Sr. Secretário tomado medidas para acabar com tais práticas?

Passo, de seguida, a identificar e caracterizar alguns casos mal resolvidos no âmbito dos cuidados de saúde primários.

Não podemos nunca esquecer os açorianos que residem em ilhas sem hospital. É nesse sentido que chamo a atenção para os florentinos que, à primeira vista, por terem médico de família, ao contrário de muitos açorianos, poderiam estar mais à frente relativamente ao acesso a cuidados de saúde primários. Podíamos até afirmar que a saúde nas Flores está bem e recomenda-se. Contudo, não é por terem um médico de família por cada residente que têm fácil acesso a consultas com o seu médico de família, antes pelo contrário. Os florentinos esperam atualmente 1 mês para terem uma consulta com o seu médico de família e o mesmo tempo, em média, para realizarem análises clínicas.

Deputado Luís Garcia (PSD): Um mês? Eu espero seis!

O Orador: Como pretende o Sr. Secretário melhorar o acesso dos florentinos ao seu médico de família e a análises clínicas?

Temos notícia de que também o acesso a dentista é difícil, e que só em fevereiro será possível ter consulta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Médico dentista!

O Orador: Peço desculpa, Sr. Deputado. Médico dentista, faço essa correção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado!

O Orador: Como pretende o Governo Regional facilitar o acesso a médico dentista nas Flores?

Há muito que não se aborda, nesta Casa, a situação em que se encontram os açorianos afetados pela doença de Machado-Joseph.

O Decreto Legislativo Regional n.º 20/2009, de 30 de novembro, não é claro nem inequívoco quanto ao direito ao acesso, por parte de doentes de Machado-Joseph, a ajudas técnicas de adaptação à habitação, o que tem suscitado as mais diversas interpretações pelas Unidades de Saúde de ilha, muitas vezes com prejuízo para os doentes. Esta é uma matéria em que o Governo Regional, e mais concretamente a tutela da Saúde, poderá fazer a diferença ao instruir as unidades de saúde de ilha no sentido de garantirem o acesso dos doentes de Machado-Joseph a ajudas técnicas de adaptação à habitação, aliás, em consonância com o previsto no n.º 1 da Resolução n.º 14/2003, aprovada nesta Assembleia. Está o Sr. Secretário disposto a fazer a diferença?

Sabemos que a fisioterapia, na ilha das Flores, para doentes de Machado-Joseph, está suspensa há quatro anos, devido à falta de fisioterapeutas. Como pretende o Serviço Regional de Saúde solucionar tal situação e para quando? Não se trata de um luxo, ainda por cima, quando o que está em causa é algo tão modesto como 2 sessões de uma hora, cada, por semana, e quando estão em causa doentes com sintomas caracterizados pela atrofia muscular, dificuldade de deglutição, epasticidade, descoordenação, entre outros sintomas que vão surgindo com a evolução da doença.

É importante recordar que a dificuldade de acesso a sessões de fisioterapia, por parte dos doentes de Machado-Joseph, não cumpre o previsto no n.º 2 da Resolução n.º 14/2003 desta Assembleia.

Aliás, a doença de Machado-Joseph provoca uma série de perturbações associadas, cujo acesso ao tratamento deveria ser facilitado, no âmbito dos

cuidados de saúde secundários, como, por exemplo, pela garantia de atribuição de prioridade na marcação de consultas para outras especialidades, de acordo com o recomendado pelo n.º 6 da Resolução n.º 14/2003.

Qualquer esforço e iniciativa de investigação médica sobre a doença de Machado-Joseph deveria merecer o apoio do Governo Regional, mas não é o que tem acontecido, em total desconsideração pelo n.º 8 da Resolução n.º 14/2003. Apesar do interesse e a dedicação de uma equipa de investigação médica que se tem deslocado periodicamente, às suas expensas, às Flores, sem qualquer contar com qualquer forma de apoio da Região, de maneira que nas últimas deslocações tiveram de prescindir da deslocação de um dos membros da equipa.

Estes são alguns dos vários exemplos que ilustram o impacto das políticas de saúde que necessitam, urgentemente, de uma mudança que nos permita ter um Serviço Regional de Saúde em condições para todos os açorianos e açorianas.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Aproveitar para saudar todos os colegas, o Sr. Presidente do Governo e os restantes membros do Governo e o público aqui presente e associar-me sempre a todas as iniciativas que têm por finalidade esclarecer as questões relacionadas com o funcionamento ou disfunções no nosso Sistema Regional de Saúde.

Não entendo é a dramatização com a utilização dos mais vulneráveis para justificar interpelações que devem ser um objeto sério...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... de estudo e interpretação (desculpe!), dos mais vulneráveis para se estudar ou interpretar as questões que foram aqui levantadas. E podemos, inclusivamente, começar pela questão do pó preto.

A questão do pó preto parece uma telenovela. Nós estamos aqui a falar de uma questão que foi identificada, uma questão técnica rara, porque não era expetável que acontecesse. As questões da manutenção têm as suas orientações específicas, o hospital de Angra, pelos vistos, até tem equipamento que, supostamente, cobre todas as necessidades de esterilização, mas, mediante uma eventualidade destas, a questão fundamental aqui é, de facto, velar pela segurança dos doentes. E a segurança dos doentes foi o que foi aqui feito e o hospital de Angra não só pediu ajuda a outros hospitais para lhe resolverem o problema, e se o problema, de facto, estava no material e não nas esterilizadoras, essa conclusão só deve ser feita no final de toda a investigação. Que eu saiba, nenhum doente correu risco de vida, que é o que nos importa, e dramatizar ao ponto de se chamar de desumano aquilo que se fez com os doentes, porque se velou pela sua segurança, é um exagero que não leva nem ao esclarecimento, nem à modificação daquilo que eu concordo que é preciso modificar no Sistema Regional de Saúde.

Algumas questões estão identificadas, algumas questões devem ser modificadas e para isso eu já expus e acho que é entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista colaborar ao máximo para que o Serviço Regional de Saúde seja mais funcional, seja mais equitativo, seja melhor ainda do que é.

Quando vimos para aqui, de uma maneira muito ligeira, falar das questões da performance dos hospitais, é preciso pôr números em cima da mesa, é preciso justificar por que é que o Hospital A ou o Hospital B se desviou do seu objetivo orçamental, em que é que isto se baseou, que missões existenciais cresceram, o que é que ele teve de bom e o que é que ele teve de mau.

Eu tenho assistido, constantemente, aqui, à tentativa de denegrir tudo o que se faz, mesmo aquilo que se está a fazer bem na RAA.

Obrigado.

Deputados Francisco César e André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** (Exatamente! Está a ver? *(Risos)* Eu ouvi, Sr. Deputado Francisco Coelho!)

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Faria e Maia, este cumprimento regimental é fundamental, nesta Casa,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor esqueceu-se!

O Orador: ... aliás, está definido no nosso Regimento e é fundamental para que...

(Aparte inaudível)

O Orador: Evidentemente! Olhe, se fosse o Jaime Gama, não falava, digo-lhe já. Se fosse Jaime Gama o Presidente do Parlamento.

Portanto, digo-lhe isto com afeto.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma questão...

(Os senhores estão tão agitados! Por amor de Deus!)

... que eu considero que é fundamental e que deve ser colocada logo no início. O Sr. Deputado Artur Lima, com a coragem que se lhe reconhece, com a coragem política que se lhe reconhece, porque esta coragem política tem um preço, são muitos inimigos e é muita gente interessada em destruir politicamente o Sr. Deputado. Mas o Sr. Deputado trouxe aqui problemas que são problemas que são de enorme gravidade. Eu, por exemplo, acho que está na

altura de dizer isto ao Governo. Então, os senhores têm um gabinete de comunicação social, de apoio à comunicação social de enorme dimensão, o maior de sempre da história da democracia dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: De enorme dimensão! Um conjunto enorme de jornalistas ao vosso serviço, são mais os jornalistas ao vosso serviço do que os deputados da oposição; se juntarmos ainda os assessores dos diversos...

À informação? Já lá chego, Sra. Presidente. Já vai perceber a racionalidade desta intervenção.

Se juntarmos os jornalistas que têm ao serviço dos diversos gabinetes, nós temos aqui uma marcação de dois jornalistas ao serviço do Governo para cada deputado da oposição. Eu penso que as contas são mais ou menos estas.

A questão fundamental é a seguinte. Neste caso específico,...

(Burburinho das diversas bancadas)

O Orador: ... o que eu vos quero dizer, o que eu vos quero perguntar é por que é que esta informação não foi veiculada por parte do Governo Regional, que tem os meios mais que necessário para o poder fazer?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O *site* do Governo estava *down*!

O Orador: Por que é que o Governo Regional... Dizem-me, podem dizer-me, “Bom, estávamos à espera que a oposição levantasse o problema!”, mas a questão fundamental é esta. O Sr. Deputado, eu vou ler esta parte, “A mais recente maleita hospitalar prendeu-se com graves problemas nos aparelhos de esterilização do material utilizado no bloco operatório, o que levou ao cancelamento de cirurgias já com os doentes preparados para serem submetidos à cirurgia [já com os doentes preparados para serem submetidos à cirurgia!],

sem o mínimo de respeito pelo sofrimento e pelo stress a que o doente está sujeito a ser operado”.

Deputado Domingos Cunha (PS): Um foi operado!

O Orador: Eu acho esta situação de enorme...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... gravidade. Ou seja, doente já está colocado, já está preparado para a cirurgia e,...

Deputado André Bradford (PS): E vai-se usar o material que não está em condições!

O Orador: ... depois, alguém chega lá, junto do doente, e diz-lhe, “Olhe, não pode ser, não vai ser operado! Afinal, não vai ser operado. Esteve aí esse tempo todo a preparar-se, a consciencializar-se”, a família preocupada, o doente submetido a um *stress* brutal, que significa sempre uma intervenção cirúrgica, e depois dizem-lhe, “Não, não pode ser, porque temos um problema técnico”. O que é isto? Isto não merece uma explicação por parte do Governo Regional? Uma explicação atempada? Eu acho que merece. E o Sr. Secretário, na sua primeira intervenção, veio aqui dizer que não era verdade.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não foi isso!

O Orador: Ora, eu tenho a certeza absoluta que é verdade, que existiam doentes preparados para a cirurgia que foram informados em cima da hora e nestas condições e isto é de enorme gravidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Em termos políticos gerais, o que tem caracterizado a ação dos Governos Regionais do PS na gestão do Serviço Regional de Saúde tem sido uma constante e quase permanente intromissão política no plano técnico, na gestão,

nos custos, na alocação de meios, criação e extinção de unidades, tomadas de forma casuística, sem estarem solidamente fundamentadas, sem discussão pública ou participação das comunidades e dos profissionais do sector.

Isto resulta não num sistema coerente e eficaz, mas numa manta de retalhos, um SRS com duplicações e carências de meios e recursos, que se torna caro, ineficaz, que gera desigualdades sociais e geográficas no acesso, e que na prática, se torna ingerível.

Esta situação tem sido agravada pela obsessão ideológica pelo modelo empresarial de gestão e pelo favorecimento ao sector privado, seja através de Parcerias-Público-Privadas (PPP), seja pelos “vales-saúde” que se limitam a desviar para os privados verbas que deveriam ser investidas na melhoria de qualidade do sistema público.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nem isso! Nada!

O Orador: A todas estas dificuldades somou-se ainda a imposição de taxas moderadoras, que são objetivamente barreiras socioeconómicas, inibidoras e injustas, ao direito fundamental ao acesso aos cuidados de saúde.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Quero também colocar algumas questões concretas sobre situações que resultam justamente das políticas que criticamos.

Um exemplo gritante da falta de repostas do Sistema Regional de Saúde é o das cirurgias para a colocação de próteses da anca e do joelho, cujo tempo de espera, ao que sabemos, chega em muitos casos a vários anos.

Isto é tanto mais grave quanto muitos destes pacientes têm uma idade avançada, que assim acabam prematuramente imobilizados e num sofrimento prolongado.

Assim, quero perguntar: sabe o Governo qual é o tempo médio de espera por cirurgias para colocação de próteses da anca e do joelho?

Que medidas pretende o Governo Regional implementar para as reduzir?

Também as cirurgias às hérnias discais e as cirurgias vasculares têm, na nossa Região, uma demora inaceitável. Que vai o Governo Regional fazer perante esta realidade?

Existem situações de sobrecarga de trabalho dos assistentes operacionais de hospitais e unidades de saúde, que são forçados a turnos de 16 horas, sem que tenham o respectivo descanso compensatório.

E nem a utilização massiva e abusiva de trabalhadores em programas ocupacionais para suprir as carências de assistentes operacionais disfarça esta situação, que infelizmente se repete nos três hospitais públicos da Região.

E assim, quero questionar o Governo Regional sobre se irá acabar com o abuso destes programas nas unidades de saúde da nossa Região, contratando efectivamente os trabalhadores necessários para as várias funções?

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

A construção de um Serviço Regional de Saúde, público, sustentável, com qualidade, que dê segurança, exige uma profunda reformulação das políticas seguidas até aqui.

É necessário remover as barreiras no acesso à saúde, abolindo as taxas moderadoras e garantindo que o financiamento futuro, assegurado em quadro plurianual, tem de cobrir integralmente as despesas previstas e os investimentos planificados.

É necessário repensar a estrutura orgânica do SRS, nomeadamente mantendo e valorizando as Unidades de Saúde de Ilha e o seu papel, terminando as Parcerias Público Privadas (PPP), com o fim do modelo de gestão “Hospital Empresa” EPE, reduzindo a Saudaçor ao papel de central de compras, com um efetivo combate ao desperdício, e criando mecanismos claros e eficientes de coordenação entre as unidades de saúde e as administrações hospitalares.

Esta mudança exige que se abandonem as velhas concepções e práticas de casuísmo, falta de estratégia de fundo e centralização dos processos de decisão; exige que se aja com base numa visão estratégica, de médio e longo prazo; exige que se envolvam todos os agentes e utentes, toda a comunidade, no processo de construção da saúde coletiva.

Exige que se valorizem devidamente os trabalhadores, médicos, enfermeiros, auxiliares, assistentes operacionais e assistentes técnicos, pelas suas capacidades e competências, mas também pelo seu profundo conhecimento das populações e dos seus problemas e necessidades de saúde, como ainda pelo papel ativo que desempenham na prevenção e promoção da saúde na nossa Região. É, assim, essencial que estes trabalhadores sejam valorizados, desde logo do ponto de vista salarial e de condições laborais, mas também da sua formação e do incentivo à sua fixação na Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção neste ano, eu gostaria de dirigir à Sra. Presidente a minha saudação e desejar-lhe um bom ano, como desejo também a todas as Sras. e Srs. Deputados e também ao Governo aqui representado.

Eu gostaria de começar esta minha intervenção dizendo que penso que é uma evidência a melhoria global que assistimos, hoje, e, na generalidade, no nosso Serviço Regional de Saúde, fruto do empenho e daquilo que tem sido o investimento, sobretudo, nos recursos humanos, não esquecendo os recursos financeiros e também os recursos de infraestruturas, sempre com a preocupação de melhorarmos a acuidade e a prestação de cuidados aos açorianos, quer na vertente da prevenção e da promoção, quer na vertente do tratamento e da

reabilitação. Temos feito um grande esforço naquilo que é criar as idoneidades formativas das unidades de saúde da região para podermos ter jovens médicos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Cada vez menos!

O Orador: ... a fazerem o seu percurso na região e fixarem-se, para ser uma maneira também de os estimular à sua fixação, para além das iniciativas legislativas que permitem o apoio à fixação, e nós temos que reconhecer também, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que a modernidade que, hoje, assistimos no nosso Serviço Regional de Saúde não tem comparação relativamente aos últimos anos.

E isto, nesta sequência, queremos, de facto, reafirmar aqui, que já o fizemos noutras circunstâncias, que é: aumentamos significativamente os recursos humanos, diferenciados, cada vez mais diferenciados, mais aptos, mais capazes, continuamos a investir no sentido de que as unidades de saúde estejam apetrechadas com os recursos não só humanos, mas também técnicos, para capacidade de resposta na maioria e nas mais amplas situações de problemas de saúde que possam surgir e, por isso, temos vindo a fazer um caminho consciente e seguro daquilo que é a melhoria da prestação de cuidados a todos os açorianos.

Mas há duas coisas que eu gostaria, aqui, de colocar.

Bom, ia colocar uma ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas ele não está...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou aqui!

O Orador: Ah, está! Pronto! Peço desculpa!

Esta questão, quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão interveio, eu fiquei sem saber se ele era mais um elemento do CDS/PP ou se era do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora essa!

O Orador: De qualquer das maneiras, não percebi se o Sr. Deputado estava a falar em saúde, se estava a falar em doença, mas faço-lhe uma pergunta e, depois, se quiser responder, eu agradecia, que era o seguinte. Acha que tendo

um familiar seu numa sala pré bloco operatório para ser operado e identificada a situação, se queria ou não queria que esse doente fosse operado ou não. Portanto, se esse seu familiar fosse operado ou não.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Repita a questão!

O Orador: Se tivesse (vou repetir)...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é demagogia pura!

O Orador: ... um familiar seu na sala pré bloco operatório em que fosse detetada a situação que foi detetada, se queria que esse seu familiar fosse operado ou não.

(Burburinho das bancadas)

O Orador: Por isso, é preciso nós termos consciência de que o importante aqui é a segurança...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... do tratamento que temos que prestar aos nossos doentes. E esse procedimento e esses procedimentos foram aqueles que as orientações e as *guidelines*, sob o ponto de vista da salvaguarda, da segurança, recomendam. E isso foi o que foi feito pelo Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

É bom, e isso eu quero também realçar aqui, a complementaridade que houve entre os hospitais da região e o hospital de Angra do Heroísmo, nesta questão particular. E uma vez mais ficou demonstrado que a complementaridade e a solidariedade entre hospitais acontece, deve acontecer e nós devemos continuar a incentivar e a promover. Daí que, tal como disse o Sr. Secretário, das reuniões que já surgiram e da próxima que irá acontecer, vamos consolidar esta articulação, que é essencialmente fundamental para o Serviço Regional de Saúde e para os açorianos.

Depois, há aqui uma coisa que o Sr. Deputado Artur Lima falou na questão do doente com tuberculose e eu não percebi bem, e por isso pedia-lhe que esclarecesse: a questão...

Eu interrompo um bocadinho, Sra. Presidente, porque o Sr. Deputado está ao telefone, não está a ouvir o que eu lhe vou perguntar.

Presidente: O tempo está a contar, Sr. Deputado.

O Orador: De qualquer das maneiras, é só uma questão, porque eu não percebi a questão que o Sr. Deputado Artur Lima colocou aqui relativamente ao sangue para o Instituto Ricardo Jorge.

Bom, o diagnóstico de uma tuberculose, os profissionais de saúde sabem quais são os procedimentos...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Sra. Deputada, inscreva-se para eu poder responder, porque assim eu não a ouço. Eu não ouço os apartes e não lhe posso responder.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Os apartes são regimentais!

O Orador: Eu sei que são regimentais!

O diagnóstico de uma tuberculose, toda a gente, ou melhor, os profissionais de saúde que lidam com esta situação sabem como é que se faz. O envio ou não envio de sangue ou outras substâncias para o Instituto Ricardo Jorge é para uma situação de reconfirmação ou de dúvida na questão do diagnóstico.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): O teste de sangue tinha dado positivo relativamente à bactéria!

O Orador: Desculpe, mas é assim em toda a parte, é assim em todos os hospitais.

Por isso, gostaria de esclarecer o Sr. Deputado Artur Lima que, relativamente ao caso que anunciou do estabelecimento prisional, e vou dizer-lhe isso com

conhecimento de causa, o diagnóstico que foi feito ao doente, ao recluso com tuberculose pulmonar foi seguido de um rastreio...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando?

O Orador: ... feito no estabelecimento prisional e posso dizer-lhe que, no âmbito da minha atividade profissional, eu tenho cidadãos que prestam colaboração no estabelecimento prisional e que também foram sujeitos a esse rastreio, por isso nós temos que ter algum cuidado nesta questão e não estarmos aqui sistematicamente a levantar suspeições sobre a...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Foram os guardas prisionais que fizeram uma reclamação ao instituto!

O Orador: ... integridade e a manutenção da saúde pública na região. É preciso, hoje, que tenhamos essa responsabilidade.

E gostaria também de dizer que acontecem sempre situações que nós não estamos à espera, que nós não conseguimos prever, quer nos hospitais, quer em nossas casas. Os equipamentos avariam sem nós darmos por isso, não por falta de não termos cuidado de fazermos a manutenção, mas, sim, porque acontece. Por isso, temos que atuar perante as situações e foi isso que aconteceu no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e que o assunto foi ultrapassado.

Não me repugna nada, absolutamente nada, que, em situações de necessidade, os hospitais se complementem na transação não só de material de equipamento, como de recursos humanos. Por isso, é perfeitamente natural, é saudável que assim aconteça e é assim que entendemos o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Relativamente à questão que foi levantada aqui pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda relativamente a eventuais más práticas em salas públicas do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, eu acho que era bom esclarecer melhor essa situação e, efetivamente, se houver más práticas, elas têm que ser denunciadas,

têm que ser identificadas, averiguadas e corrigidas nas situações e nos momentos exatos e, por isso, isso é importante.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando são denunciadas, o senhor não quer aceitar!

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Isto é o caso para uma denúncia!

O Orador: Por outro lado, para terminar, relativamente aos doentes de Machado-Joseph, os apoios estão legislados, estão perfeitamente identificados, as unidades de saúde da região, quer unidades de saúde de ilha, quer hospitais, sabem quais são os apoios que são e que devem ser dados aos doentes portadores de Machado-Joseph, por isso aqui há uma situação que me parece que pode haver alguma falta de melhor esclarecimento ou conhecimento, mas que estou convicto que o Sr. Deputado irá aprofundar essa situação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Domingos Cunha, muito obrigado pela questão que coloca, mas eu devo dizer-lhe que eu tenho procurado, neste debate, junto do Sr. Secretário, trazer-lhe exatamente aquilo que o senhor agora acaba por fazer o apelo: é, quando têm conhecimento, denunciem e é o que eu estou a fazer.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: E tenho a expectativa que o Sr. Secretário resolva o assunto. O senhor não pode é acusar. Quem denuncia, o senhor critica; quem não denuncia, o senhor também critica, como estava a criticar aqui o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. Portanto, o senhor defina o que é que quer.

Agora, Deputado Domingos Cunha, relativamente a esse caso da tuberculose, é muito grave, e eu a si não lhe vou dar lições sobre essa matéria, porque me

recuso a dar e V. Ex.^a é que me dá a mim nessa matéria, mas a queixa foi efetuada por um guarda prisional. Após várias tentativas e desespero, recorreu à Inspeção Regional de Saúde e foi feita uma investigação pela Inspeção Regional de Saúde. E depois, Sr. Secretário, a recolha foi feita – isto é que é grave – no hospital de Angra e, uma vez que é necessário um *kit* para a identificação da bactéria, como o senhor sabe tão bem como eu, isso não foi mandado para o Instituto Ricardo Jorge. Sabe porquê? Para identificação e confirmação do diagnóstico. E sabe qual foi a razão invocada pelo hospital? É que, na requisição, não tinha sido enviada pelo médico do Centro de Saúde, não constava informação clínica, como coisa que, numa requisição para andar de funcionário em funcionário, se pusesse lá informação clínica, que é confidencial e que está no processo do doente, como o senhor sabe tão bem como eu. E, afinal, Sr. Deputado, acabou por se saber que o sangue não foi enviado para o Instituto Ricardo Jorge porque o hospital não tinha os *kits* para a conservação do sangue (é isso que se passa!), uma vez que esse protocolo já não existia por falta de pagamento, Sr. Secretário.

E se quer, agora, que não fui eu que inventei isto, foi-me tudo denunciado, está aqui a resposta da Direção Regional de Saúde, a quem o utente também recorreu, e vou ler-lhe, Dr. Domingos Cunha e Sr. Secretário Regional: “Sobre o assunto em epígrafe...”, que é exatamente responsabilidade dos testes IGRA, que o doente também se queixou, porque estava aflito, porque tem a família em casa e os filhos, aflito,...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Um mês sem saber se estava contaminado!

O Orador: ... sem saber o que é que lhe acontecia, se tinha ou não tinha a doença, foi ao hospital saber e não consta do seu processo clínico e não foi mandado, porque a Sra. Dra. do hospital entendeu não mandar. Mas, estamos a brincar com quem? Os senhores não se preocupam com isto? Está aqui: Direção

Regional de Saúde, João Batista Soares, que responde ao utente e para o Presidente do Conselho de Administração do hospital de Angra: “Sobre o assunto em epígrafe, e tendo em conta a recente informação de que todos os agendamentos para a realização dos testes IGRA se encontram cancelados [não sou eu que digo], transmitimos que constitui competência dos hospitais do Serviço Regional de Saúde providenciar a confirmação do diagnóstico da tuberculose através dos meios laboratoriais e sempre que necessário recorrer a laboratórios fora da região para o efeito. Assim, os custos destes meios complementares não devem ser imputados à USI, nem exigidos termos de responsabilidade para a sua concretização. Esta orientação já tinha sido transmitida no nosso ofício n.º 1447/2016, de 21 de março, pelo que alertamos para o cumprimento desta diretiva, com vista a evitar eventuais problemas de saúde pública nesta área”. Não sou eu que o digo, Sr. Dr. Domingos Cunha! Espero tê-lo esclarecido. Foi o Sr. Diretor Regional de Saúde que o disse, o problema esteve no hospital de Angra, que não mandou as análises, nem fez a análise e deixou estragar a amostra e o sangue; teve necessidade de fazer nova recolha.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Um mês depois!

O Orador: Acha isso normal? Um mês depois? Acha normal?

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): E que lhe foi confirmada a doença! Está, neste momento, em tratamento! Esteve um mês a contaminar quem estava à sua volta!

O Orador: E, neste momento, está em tratamento, Sr. Dr. Domingos Cunha.

Portanto, respeito pelos doentes, respeito pelo doente é isto, é levar a tempo e horas, é não andar na jigajoga e nas tricas, como disse o Sr. Secretário, e obrigar... O Diretor Regional de Saúde é o próprio a confirmar que é um problema de saúde pública e que é um problema entre o hospital de Angra e a unidade de saúde de ilha, ele próprio confirma as tricas entre uma unidade de

saúde e a outra. E eu quero saber como é que se resolve; e eu quero saber por que é que estes doentes não foram sujeitos a *follow up*; e eu quero saber quantos casos são. Isto não é demagogia, isto é defender o interesse dos doentes e quem vem para aqui fazer discursos de demagogia (não é o seu caso), nem sequer tem direito da minha parte, não tem o mínimo de resposta, porque interessa-me dirigir-me ao Sr. Secretário e saber como é que vai resolver este caso, Sr. Deputado Domingos Cunha, e V. Ex.^a também o será.

Mas, já agora, Sr. Secretário, e como vai falar a seguir, presumo eu, eu tenho outro caso para lhe apresentar, que também, pronto, não é de valorizar, a gente vem para aqui fazer *show off* com o problema dos doentes, coitadinhos; a gente devia era deixá-los morrer e não trazer para aqui o problema, mas eu vou apelar à sua sensibilidade, Sr. Secretário.

Um caso do Hospital da Horta. Uma doente para cirurgia cardíaca, e eu pergunto-lhe, Sr. Secretário, cirurgia cardíaca, com indicação para cirurgia cardíaca, por estenose severa, para substituição valvular aórtica, 4 de maio. As pessoas estão desesperadas. Isto é o filho da senhora que escreve, já escreveu ao Sr. Secretário Regional e não obteve resposta; já escreveu ao Sr. Presidente do Governo e não obteve resposta. Portanto, eu quero saber se o senhor tem resposta para dar a esta doente, porque recebeu uma resposta do Hospital da Horta afirmando que todos os doentes para cirurgia cardíaca estão centralizados numa lista no hospital de Ponta Delgada. Portanto, a 2 de novembro, recebe outro ofício, do HDES, de Ponta Delgada, como dizia o outro Secretário da Saúde, “... que não é realizada cirurgia cardíaca nos hospitais regionais”. Toda a gente sabe! “A paciente encontra-se em 48.º lugar numa lista de espera de 78. A resposta dos centros de cirurgia cardíaca nacionais, Serviço de Cirurgia Cardioráxica dos três hospitais centrais de Lisboa, do Hospital da Universidade de Coimbra e do Hospital Nélcio Mendonça, no Funchal...” (Imagine, o Funchal é que socorre os Açores!) “... não tem ultrapassado as 60

cirurgias”. Neste caso, eu pergunto-lhe, Sr. Secretário, e o 61, morre? Já tivemos aqui, há uns tempos, que eram só 300 cirurgias de oftalmologia no hospital de Angra; aqui, cardiotorácicas, nos Açores, são só 60 que os senhores têm contratados? O 61 é para morrer?

Eu tenho que pôr as coisas neste pé, Sr. Secretário. Desculpe-me, mas tenho que pôr as coisas neste pé.

Depois, até à presente data, ontem, não tinha sido atribuído à senhora, o que viola o que está estipulado na lei e no anexo da Portaria 166/2015, de 31 de dezembro, qual a urgência. O Hospital da Horta não atribuiu a urgência, qual a urgência, quer dizer, se é muito urgente, se é urgência deferida, se é muito prioritário, se é prioritário, qual é. Portanto, o doente não sabe e já vão nove meses. Eu parece-me que o caso é muito grave. É certo que é uma idosa, mas, por isso mesmo, se calhar, merecia mais respeito.

Portanto, mais um caso, e, se tiver tempo, a gente vai continuar por aí a baixo.

E, Sr. Secretário, a coisa agora encontra-se. Se ela era 48.^a numa lista de 78, pelas minhas contas, já devia ter sido operada. Se eram 60, ela já devia ter sido operada, no final deste ano, quando ela era, em julho, a 48. Portanto, mais ou menos 30/30, ela já devia ter sido operada largamente. Por que é que não aconteceu? Porque não lhe definiram qual o seu grau de urgência no seu processo.

Portanto, isto é o desespero de um filho, que vê a mãe aflita em casa, que teme pela sua vida e que, desesperadamente, recorre ao Hospital da Horta, ao hospital de Ponta Delgada, recorre ao Secretário Regional, que não responde, recorre ao Presidente do Governo, que não responde, e agora estou eu a recorrer a si, em nome dessa família, Sr. Secretário. Vai dar a resposta? Eu posso dar-lhe o nome, depois, de quem é, de quem não é. Mas o senhor sabe quem é, tem um processo. O senhor sabe quem é ou vai querer saber, mas eu posso esclarecer-lhe.

Acham isso normal? Acham que isto é demagogia? Ou é defender o interesse do utente, que denunciou, teve a coragem de denunciar? E tantos outros que não têm os meios para denunciar, e tantos outros que não têm um filho que lhes saiba escrever.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E tantos outros. E qual é a urgência, Sr. Secretário? Não está definida.

Portanto, eu agradeço que o senhor me esclareça estes dois casos.

Se querem um Serviço Regional de Saúde como nós queremos, não por discurso, não é por decreto, é que temos que atuar e se nos pedem, como o Sr. Presidente do Governo já várias vezes me pediu, “Então, denuncie, diga quem é!”, estou a denunciar e estou a dizer quem é.

Eu espero é que amanhã esse doente seja chamado para cirurgia.

E, já agora, se não há falta de recursos financeiros, por que é que só temos 60 cirurgias cardiotorácicas por ano? Por que é que não se contrata outros hospitais no continente? Por que é que não se dá o devido uso ao Vale Saúde? Agora, pelo SIGICA, agora, Sr. Secretário. Eu quero saber se esta doente vai ou não ser operada. Ela tem todas as condições para lhe ser atribuído, hoje ou ontem ou anteontem. Depois da regulamentação do SIGICA, tem todas as condições para isso, Sr. Secretário. Como é que vai resolver este caso? É que se aquelas três unidades de saúde não dão resposta, há outras no continente que dão resposta, e boas. Por que é que a região está cingida ali? Então, queremos ou não queremos tratar doentes? Ou é só discurso de retórica da excelência e disto e daquilo? Não, Sr. Secretário, não podemos deixar o Serviço Regional de Saúde manchado por estes casos. Já são dois, espero ter tempo para lhe dar ainda mais algum.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados, de uma forma global, eu também não gosto de meras retóricas, eu gosto é de atuar e resolver os problemas e, pelo menos, nestes primeiros dias de mandato, acho que já dado demonstrações, mas não é preciso, a prática é que o dirá, de que as coisas são para se resolverem e é para isso que nós aqui estamos. E também de forma humilde, desde a minha primeira intervenção, reconhecer quando as coisas não funcionam bem e quando é necessário alterar para que elas, efetivamente, funcionem.

Relativamente à questão do pó preto, para que fique, de uma vez por todas, esclarecido, eu, há pouco, quando mencionei a questão de não terem sido canceladas cirurgias com os doentes no bloco, eu estava a referir-me à questão de já estarem anestesiados, que foi a situação que eu referi de uma doente oncológica que, efetivamente, foi operada. Era esse o caso que eu estava a dizer. Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não estava a dizer que era mentira, eu estava a referir-me concretamente a essa questão. Agora, no dia 3 de janeiro, efetivamente, houve duas doentes, que não estavam anestesiadas, que estavam preparadas para ir para o bloco e foi cancelado porque o processo verificou-se que se mantinha. Esta é a verdade e eu não tenho necessidade de estar a dizer o contrário, foi o que aconteceu.

Sra. Deputada Mónica Seidi, eu também lamento que o hospital da ilha Terceira esteja, diariamente, nos jornais. Nós parece que tivemos uma trégua de sete meses e agora, de repente, todos os dias, temos casos, alguns deles já aconteceu, mas pronto.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não! Já vem de há sete meses!

O Orador: Relativamente à questão que colocou, não é verdade, permita-me só corrigir, que os técnicos tenham levado três semanas para resolver o problema. O problema gerou-se de forma mais substancial no dia 4 de janeiro, que foi o dia em que eu estava de regresso do Corvo e, a partir desse dia, eu acompanhei sempre a situação. Portanto, até ao fim de semana, como não se sabia, efetivamente, qual era a origem do problema, nem o problema era público, nem era necessário, primeiro era preciso resolver internamente, tudo foi feito para que, efetivamente, as coisas se resolvessem da melhor forma possível. No dia 4, ainda ao fim do dia, vieram matérias de Ponta Delgada; no dia 5, os materiais do HSEIT foram para o hospital de Ponta Delgada para se verificar se o problema era ou não da esterilização; no dia 6, chegou o técnico; no fim de semana, estiveram a trabalhar e foram sempre acompanhados quer pela administração, quer pelos próprios enfermeiros responsáveis de cada uma das áreas. Aliás, desde o dia 5 de janeiro, eu próprio estive em contacto direto com o Sr. Enfermeiro Luís Furtado, da Ordem dos Enfermeiros, que acompanhou sempre esse processo até ele estar resolvido. Portanto, o que é certo é que, no dia 10, a questão foi resolvida e foi nesse dia 10 que a comunicação social trouxe essa questão à baila e, nesse mesmo dia, o Conselho de Administração esclareceu a situação.

Portanto, não havia necessidade, Sr. Deputado Paulo Estêvão, de o Governo Regional estar a esclarecer algo que já estava esclarecido por parte do Conselho de Administração.

Portanto, os técnicos, quer o especialista na área da esterilização, quer os outros dois técnicos do SUG, em reunião final com os enfermeiros, com o diretor do bloco e da cirurgia, verificaram, reverificaram o equipamento e chegaram à conclusão que estava resolvido. Portanto, o problema ficou sanado de forma definitiva.

Sr. Deputado Artur Lima, sobre a questão do IGRA e da tuberculose, efetivamente, foi uma das primeiras questões que eu tive que tratar no hospital e tenho conhecimento dessa troca de correspondência com o Sr. Diretor Regional da Saúde,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Confirma?

O Orador: ... confirmo que havia essa situação por resolver.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado, permita-me que esclareça, que o envio do sangue para o Instituto Ricardo Jorge fosse por falta de pagamento. Isso não é verdade, garanto-lhe eu. Foram encomendados, na altura, 50 kits...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Sr. Deputado, o problema foi identificado na altura, foi resolvido, não era por falta de pagamento ao Instituto Ricardo Jorge, encomendou-se, e existem provas disso, 50 kits ao Instituto Ricardo Jorge, não vieram, na altura, porque não havia *stock* suficiente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando é que se encomendou?

O Orador: ... e o Instituto Ricardo Jorge pode confirmar isso. Portanto, não foi por falta de pagamento.

A questão entre a unidade de saúde de ilha e o hospital, posso dizer-lhe que isto aconteceu num conjunto de processos entre o Centro de Saúde de Angra e o hospital, porque todos os processos que vinham bem instruídos do Centro de Saúde da Praia da Vitória nunca houve qualquer problema. Houve, efetivamente, com uns que, por coincidência, eram todos do estabelecimento prisional e houve diálogo sobre isso e nós resolvemos imediatamente o problema. Portanto, foi durante a minha gestão, foi-me colocado o problema...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Trinta dias depois!

O Orador: ... e a situação foi resolvida.

Sr. Deputado Paulo Mendes, efetivamente, a questão das urgências no hospital e aquela sala foi motivo de uma queixa de uma utente, a inspeção fez o seu inquérito, enviou as conclusões para o hospital, o hospital também transmitiu à Comissão de Ética este mesmo relatório, fez uma reunião com a enfermeira chefe e a diretora da urgência e, portanto, terá ficado sanada essa questão, porque as pessoas estão lá, de haver uma maior preocupação, perante os profissionais médicos, de quando tiverem necessidade de fazerem qualquer comentário particular aos utentes que não o façam perante todos os que estão ali presentes. Portanto, efetivamente, houve uma queixa formal, foi à inspeção e o hospital, na altura, ainda estava eu na administração, atuou sobre essa situação. Como é óbvio, todos nós sabemos que pode voltar a acontecer, porque isto depende do estado de cada um e, de repente, pode haver um profissional que, no meio dos outros utentes, diga alguma coisa, mas, pronto, sobre isso, se voltar a acontecer, cá estaremos para resolver.

Sobre a questão dos cuidados continuados e as consultas ao domicílio, sim, senhor, Sr. Deputado, eu também fui já confrontado com algumas situações dessas e também considero e já houve unidades de saúde onde isso já ficou resolvido, que, como é óbvio, é preferível um médico de família dirigir-se à consulta ao domicílio do que estarmos a obrigar um utente num estado já complicado de debilidade física a ter que suportar questões climatéricas ou outras para se dirigir à unidade de saúde de ilha. Portanto, isso é uma situação que também já foi, nos casos pontuais que aconteceram, resolvida e, certamente, será um dos temas de conversa de todas essas que temos vindo a fazer com as unidades de saúde.

Relativamente às questões das Flores, Sr. Deputado, é evidente, na Portaria que nós publicamos relativamente ao SIGICA, que todas essas questões das listas de espera são importantes para nós e nós pretendemos resolvê-las de uma forma

eficaz. Essa questão da ortopedia, como é óbvio, é particular também, porque nós todos sabemos que existe aí relativamente a essas operações um pré e pós-operatório mais prolongado e, portanto, temos que perceber como é que, enquadrado dentro desta nova legislação, nós conseguiremos resolver todos estes problemas, para essa especialidade como para as outras que referiu, cirurgia vascular, certamente.

Sr. Deputado Paulo Mendes, esqueci-me fazer a referência à questão da doença Machado-Joseph. Sobre esse caso em concreto da fisioterapia, eu não tenho conhecimento, mas o que garanto é que vou imediatamente saber o que é que se passa e se as coisas não estiverem a funcionar em conformidade, irão passar a funcionar, sem qualquer dúvida sobre isso.

Relacionado também com esse último caso, Sr. Deputado, e a questão dos níveis de urgência, é óbvio que está inerente esta própria portaria. Não faz sentido que, nos hospitais, não seja definido, para cada especialidade, os níveis de prioridade, como é óbvio. Portanto, para pormos a funcionar o SIGICA com DLR que foi aqui aprovado e com a portaria que foi regulamentada, e volto a dizer que ela foi feita com um trabalho profícuo entre todos os hospitais, como é óbvio, essa questão particular dos níveis de prioridade tem que ser resolvida.

Sobre a questão dos funcionários, Sr. Deputado João, é óbvio, e posso dar-lhe o exemplo que há preocupação da tutela e também dos hospitais de resolverem todas as questões de carácter permanente. Aliás, o Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, no final do ano, lançou um concurso para resolver essas situações de assistentes técnicos e assistentes operacionais e, portanto, elas estão a ser tratadas de forma a se regularizarem.

Relativamente aos programas ocupacionais, é óbvio que a haver abusos, eles não podem acontecer, como isso já foi dito e já veio a público e, portanto, estamos sempre em cima dessa situação, para que não volte a acontecer.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh, Sr. Secretário, não respondeu às minhas perguntas!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Nós vamos fazer agora um intervalo, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa informar os tempos que restam a cada bancada.

Secretário: Os tempos que restam a cada bancada: Governo Regional dos Açores 14 minutos; PS 20 minutos; PSD 22 minutos; CDS cinco minutos; Bloco de Esquerda seis minutos; PCP quatro minutos; PPM cinco minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas 33 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas 07 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Exma. Sra. Presidente, a quem peço desculpa de não a ter saudado nesta condição, Exmos. Srs. Deputados aqui presentes, Exmos. Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Eu queria, na sequência do que aqui foi afirmado e foi dito, e para que não ficassem dúvidas, pelo menos na área do processo de cancelamento de cirurgias, de esclarecer que existem algumas condições em que, de facto, as cirurgias são canceladas. Uma delas é quando não há condições do doente, situação que eu pessoalmente não gostaria de pertencer; a outra quando o anestesista chumba o doente, situação que eu também não gostaria de pertencer; a terceira quando não existe tempo cirúrgico disponível, situação a que eu, sinceramente, não gostaria de pertencer, porque gostaria de ser operado; finalmente, uma questão que é por falha técnica, aquela que eu agradeceria mesmo que não me mexessem em mim, que não me operassem, que me explicassem o que é que se estava a passar e que programassem a minha cirurgia não urgente.

Em relação à situação do caso do utente com tuberculose pulmonar, eu gostaria de alertar para o imperativo que devemos ter, e a minha idade permite-me isso, de respeitarmos a confidencialidade e a privacidade sempre que falarmos de casos isolados, porque por tão descritivo que é o caso podemos, eventualmente, identificar a pessoa, que tem todo o direito de reclamar, mas tem todo o direito de ser, digamos, privado naquilo que são os seus problemas de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A pessoa até vem cá, se for preciso!

O Orador: Não quero! Peço desculpa, não quero!

Em relação à questão da situação da doença de Machado-Joseph. A doença de Machado-Joseph tem tido, por parte dos Governos da RAA, porque essa situação começou na década de 80, uma alta consideração. Uma alta consideração precisamente porque, a nível internacional, houve uma tentativa de transformar a doença de Machado-Joseph numa doença dos açorianos. Mais tarde, veio a verificar-se que, afinal, não era assim, até no Japão existe doença de Machado-Joseph, mas houve a preocupação, uma vez que tínhamos uma incidência muito grande desta patologia, em criar condições para que

houvessem tratamentos e equipas alocadas para a ajuda que estes tipos de doença merecem. E, de facto, ao longo destes tempos, inclusivamente criou-se uma associação que interage com esta equipa que se desloca regularmente à ilha das Flores no sentido de fazer sempre o levantamento e uma parte da investigação supostamente que ainda falta fazer para este grupo específico de doentes.

Eu acho que nunca é demais nós reivindicarmos a otimização dos cuidados, nomeadamente na reabilitação, que é uma área que está em crescimento em termos de resposta na região, mas que eu considero que deve ser revista e redimensionada.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida para dizer o seguinte.

Em relação a esta matéria, eu denunciei aqui que a resposta, em tempo útil, da parte do Governo à opinião pública não tem sido a mais eficaz. Isto não é uma crítica destrutiva, é uma crítica construtiva, no sentido que se melhore estes canais de acesso. É evidente que hoje não é o melhor dia para dizer isto porque parece que o Governo caiu ou, pelo menos, está em baixo, do ponto de vista da internet. Vejam bem. No Portal do Governo não é possível, não há acesso; no Gabinete de Apoio à Comunicação Social também não há acesso; no Jornal Oficial também não há acesso. Claro que faço uma busca sempre para poder apresentar aqui estas informações por parte do Gabinete do Governo e ter esta informação para não estar aqui a dizer algo que não corresponde à verdade. Mas não é possível. Estamos a funcionar em pleno Plenário, meus senhores, o Governo apagou-se, apagou-se da internet.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado Domingos Cunha, é verdade! Tenho aqui a prova, acabei de fazer a consulta a estas três entidades e desapareceram.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O Sr. Deputado está com *bug*!

Deputado Domingos Cunha (PS): O nosso Plenário também!

O Orador: Meus senhores, portanto, é algo que tem a ver com a falta de informação em relação às situações que aqui foram descritas por parte do Governo.

Deputado Manuel Pereira (PS): Que imaginação!

O Orador: Devo dizer, também respondendo ao Sr. Deputado Domingos Cunha, que estranhava muito, o Sr. Deputado Domingos Cunha, e dizia, “Bom, então, mas afinal as suas posições coincidem com as do CDS”. É algo natural, somos partidos aliados, aliás, a minha candidatura foi apoiada pelo CDS/PP e eu tive a oportunidade de apoiar outras candidaturas do CDS, portanto, são posições próximas e somos partidos próximos, evidentemente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Olá!

O Orador: Eu lembro-me do Sr. Deputado Domingos Cunha ser de outro partido,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor também!

O Orador: ... do PSD. Eu lembro-me do Sr. Secretário Regional da Saúde ser de outro partido...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor também!

O Orador: ... e deputado de outro partido, do PSD.

Portanto, sobre isto, sobre estas confusões, Sr. Deputado Domingos Cunha, estamos conversados.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor não mudou de partido, o senhor é a quinta coluna do CDS!

O Orador: Eu devo dizer, em relação à questão que me colocou, para terminar a minha intervenção, Sr. Deputado Domingos Cunha, o Sr. Deputado coloca aquela questão clássica para que o aluno apanhe um chumbo que é: se a pessoa estiver a quatro ou cinco metros, na linha de ferro, do comboio, vai morrer atropelado. O que é que se deve fazer? E a resposta, eu tenho sempre negativa, portanto, qual é a resposta correta? A resposta correta é que esse homem não esteja na linha de ferro, portanto, não esteja à beira de ser atropelado. Não tem que lá estar. Isto serve para responder à sua questão, se aquela situação que foi aqui denunciada deveria ter ocorrido, podia ter ocorrido ou não. E o que eu lhe digo é o seguinte. Este tipo de situação, na minha perspetiva, que aqui foi denunciada pelo Sr. Deputado Artur Lima e que já tinha sido denunciada, a semana passada, e está aqui noticiado pelo *Diário Insular*, esta situação não deveria ter ocorrido. As pessoas que foram colocadas perante esta situação não deveriam ter sido. É tão simples como isso. Eu acho que há aqui incompetência na gestão desta matéria. Portanto, as pessoas não deveriam ser submetidas a um internamento prévio. Como se sabe, custam 300 euros por dia. Portanto, nesse sentido, é algo que deveria ter sido e podia ter sido evitado e deve ser evitado no futuro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem agora a palavra.

Deputado Domingos Cunha (PS): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sendo assim, passo a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Sr. Secretário não respondeu às minhas questões quando falei da questão do reagendamento das cirurgias que, efetivamente, tinham sido

canceladas e se estaria previsto que os mesmos doentes tivessem algum tipo de prioridade relativamente aos outros.

Em segundo lugar, eu não disse que os técnicos tinham levado três semanas a resolver o problema, disse que eles tinham sido chamados três semanas após o problema ter sido identificado, que são coisas diferentes.

Em relação ainda à questão da tuberculose, permitam-me só uma achega: o diagnóstico da tuberculose, como todos sabem, é feito através do exame direto da expetoração e que para isso o HSEIT tem formas de o fazer, o que não me parece efetivo é que os doentes não tenham começado o tratamento da tuberculose se já tinham este exame direto positivo, porque o tal exame de sangue que não foi para fora até não é essencial para o diagnóstico da doença.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: E já agora que se fala de IGRA, penso que o teste da tuberculina também teria sido eficaz nestes casos e até porque o teste teve esgotado na ilha Terceira.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, ter-nos-ia poupado dinheiro aqui uma vez que o IGRA tem um custo muito superior ao teste da tuberculina, mas que o teste da tuberculina esteve esgotado.

(Aparte inaudível)

A Oradora: Não era preciso, podiam ter começado logo o tratamento. Isso é que não é admissível.

E só uma pequena palavra ao Dr. Faria e Maia, por quem eu nutro respeito, uma vez que somos colegas e que, obviamente, deveria ter aprendido mais com ele, embora moremos em ilhas diferentes. Os mais vulneráveis têm que vir ao

Plenário, porque é nesta Casa que se discutem os problemas da região. Gostaríamos todos nós que não necessário,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... nesta Casa, discutirmos problemas sérios sobre a saúde. Isso é que não é admissível.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados do PSD)

A Oradora: E já da outra vez o senhor veio-me falar que a telemedicina era um assunto muito sério para ser debatido aqui, mas, efetivamente, a telemedicina não funciona e a saúde não está a ser discutida de forma ligeira,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... a saúde é um direito e um dever de qualquer açoriano e é contra esse Sistema Regional de Saúde que não está a funcionar de forma correta que nós estamos aqui, para denunciar os problemas, para identificá-los e para tentar corrigi-los, sobretudo isso.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Infelizmente, os problemas do HSEIT não se esgotam nos problemas do pó preto e, segundo os órgãos de comunicação social, existem também problemas nucleares na medicina nuclear. Mas penso que será importante também fazer um enquadramento desta valência, cheia de potencial para a região e, sobretudo, para os utentes. Infelizmente, nasceu torta, e nasceu torta porque foi inaugurada em novembro de 2015 e só entrou em funcionamento em agosto de 2016, portanto, nove meses depois.

Estimava-se a realização de cerca de 600 a 700 exames por ano, até agora terão sido executados perto de 140, portanto, um número bastante inferior às expectativas iniciais e se, de facto, a região tem um rácio de realização destes

exames inferior à média nacional, a desculpa outrora dada com a necessidade dos doentes se deslocarem ao continente para efetuarem estes tipos de exame agora não serve. E não serve porquê, Sr. Secretário? Gostaríamos nós de saber que meios é que faltam, uma vez que a unidade já estará certificada.

E, já agora, gostava de saber, de forma concreta, que exames estão disponíveis nesta valência no hospital, é que me parece que há um subaproveitamento da mesma ao não serem realizados exames de várias especialidades médicas, nomeadamente na área da cardiologia e até mesmo o PET-Scan.

Gostaria ainda de saber se confirma as notícias avançadas, a semana passada, em que os exames estão a ser cancelados e que no mês de janeiro só serão realizados exames de urgência, mesmo à revelia do Conselho de Administração. Finalmente, Sr. Secretário, gostaria de saber um pouco mais sobre a dinâmica do funcionamento desta unidade, nomeadamente ao corpo clínico, à presença de um diretor clínico, que será o especialista em medicina nuclear responsável pela realização dos exames, e até à sua presença no hospital.

E termino dizendo que fique bem claro que o PSD não está contra a medicina nuclear na região, muito menos no hospital, consideramos mesmo que é uma mais valia para os utentes do Serviço Regional de Saúde, obviamente que gostaríamos que a mesma fosse dinamizada, que fosse maximizada e feita nas melhores condições possíveis, oferecendo aos utentes os exames considerados prioritários nesta valência, pelo que os dados que dispomos até agora estão aquém do esperado e daí a nossa preocupação em denunciar e fiscalizar o que está a acontecer no hospital. Esperemos que o mesmo não ocorra com a radioterapia, que foi anunciada, no hospital, a semana passada, e que agora não esperemos mais nove meses até que a mesma inicie funções.

Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, eu devo dizer aquela graça que se diz: aqui no Parlamento e na saúde, a idade não é um posto, portanto, as coisas tratam-se com isenção e não fazendo evocações à menor ou maior antiguidade. Isso é na tropa que se faz assim, mas aqui não é assim, aqui são com factos concretos. E devo dizer-lhe, Sr. Secretário, uma coisa. As pessoas já chegaram a um ponto que a última coisa que lhes importa é a sua privacidade; eles querem é ver o seu problema resolvido e disponibilizaram-se para vir aqui e disponibilizam-se para falar consigo, porque já falaram para todo o sítio, já andaram para todo o sítio. A notícia é quase tão pública como público é o problema de saúde pública para a tuberculose. É quase a mesma coisa.

Portanto, Sr. Secretário, muito sucintamente. O problema não foi resolvido a tempo e a horas, foi a partir de maio, quando V. Ex.^a era administrador do hospital, até lá foi negligenciado e se a pessoa não é esclarecida e não vai lá, continuava negligenciado, porque mais ninguém tinha feito caso. E quantos e quantos não haverá assim? É o que me preocupa. É quantos e quantos não haverá assim. Portanto, é isso que se passa.

Sr. Secretário, a pergunta é muito simples. A região só opera 60 doentes cardíacos por ano, por que é que há uma lista única no hospital de Ponta Delgada? Por que é que foi criada essa lista? Por que é que não se contrata? Se há dinheiro, se em primeiro lugar está a vida de uma pessoa? Eu já não vou dizer, como o outro, avaliar quanto custa, quanto vale a vida de uma pessoa. Por que é que há só 60 cirurgias por ano? Porque o 61 morre? Portanto, por que é que não se contrata e contratualiza com mais unidades de saúde no continente? Porque existem, estão disponíveis e, devo dizer-lhe, a preços bastante concorrenciais, não sei se até mais do que no público.

Portanto, Sr. Secretário, é essa questão que eu gostaria que me esclarecesse sobre os doentes cardíacos, o que é que vai fazer?

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo e, já gora, aproveito também para saudar o público e dou razão, de facto, ao Sr. Deputado Dionísio Maia, que fez questão de não esquecer o público. Eu acho que é uma inovação regimental aqui, nesta Casa, que, se calhar, faria todo o sentido, até porque é o público que nos elege. Se calhar será uma das poucas afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Dionísio Maia com a qual eu irei concordar.

Temos aqui também, se calhar, e confesso que sou caloiro praticamente nesta Casa, mas assisti aqui a uma nova estratégia ou tática parlamentar em que temos um Secretário e um Subsecretário que encarnam a figura de uma espécie de polícia bom e polícia mau. O Sr. Deputado Domingos Cunha parece que encarnou a personagem de Subsecretário e se calhar de polícia mau. E perante aquelas que são questões legítimas que foram colocadas por mim baseadas em denúncias que me fizeram chegar, acho estranho que ainda considere que é necessário aprofundar, aprofundar ainda mais.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não foi isso que eu disse, Sr. Deputado!

O Orador: Eu aconselho, em primeiro lugar, a consultar, no caso dos doentes Machado-Joseph, a reunir com a associação que os representa e, se calhar, terá oportunidade de ouvir ainda mais queixas do que aquelas que eu proferi aqui, nesta Casa. Se calhar, também deveria ter atenção àquelas que foram as explicações dadas de forma muito esclarecedora e também de forma muito direta pelo Sr. Secretário, que respondeu e admitiu até algumas falhas no sistema, quer no que diz respeito à prestação de cuidados continuados, na

deslocação de médicos de família a casa de doentes acamados, que é uma situação que ainda não está concretizada, foi admitida pelo Sr. Secretário, mas que, e espero que isso venha a acontecer e estaremos atentos, de certo, irá acontecer no futuro e que será uma falha que será colmatada. Espero que assim seja.

Também acabo por estranhar, ou talvez não, porque o Sr. Deputado Domingos Cunha, se calhar, acaba por também seguir aquela que é a linha ideológica do Partido Socialista, assumida aqui, desde o início, por parte do Sr. Deputado Dionísio Maia,...

(Burburinho da Câmara)

O Orador: ... que nos diz, infelizmente para um Governo do Partido Socialista, que “os açorianos terão de aceitar um serviço regional bom, à medida das nossas possibilidades”. Este aqui “à medida das nossas possibilidades” será a explicação eterna deste Governo do Partido Socialista para todas as falhas que venham a ocorrer no Serviço Regional de Saúde.

Portanto, nesse sentido, se calhar, nem vale a pena estarmos aqui a debater o que quer que seja, porque será sempre conforme as nossas possibilidades. Eu atrevo-me quase a dizer que, se calhar, o Partido Socialista deveria aqui aliar-se ao PSD e ao CDS, que, ao longo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não, está aliado é consigo! Os senhores é que são sócios!

O Orador: ... de anos e anos, nos quiseram fazer crer que nós vivíamos acima das nossas possibilidades e que teríamos que admitir e suportar o peso de uma pobreza que é estrutural e que, afinal de contas, é um fado, porque temos que suportar durante toda a nossa vida e que não podemos reivindicar por melhores condições.

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Ora, parece-me que temos aqui um mau pronúncio daquelas que serão as políticas de saúde assumidas pelo Partido Socialista para os próximos quatro anos. E espero que o Sr. Secretário Regional da Saúde continue a evidenciar a postura que evidenciou aqui, nesta Casa, hoje, ao admitir que existem falhas que vão ser colmatadas e que está aberto, claro, como é óbvio, a todas as sugestões e críticas que possam vir da oposição.

Eu posso até aprofundar o caso das más práticas éticas e deontológicas que, aparentemente, já cessaram no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo e até vou prescindir daquela que é a minha privacidade, porque eu assisti a uma dessas situações. Eu, como utente do Serviço Regional de Saúde, dirigi-me às urgências do Hospital de Santo Espírito e tive ocasião de assistir, em plena sala de espera, à tentativa, por parte de uma profissional de saúde, de convencer uma paciente a ficar internada e eu fiquei ali, não só eu, como outros utentes, a conhecer o diagnóstico e, inclusive, o tratamento. Bem, acho que essa é uma prática que deve ser condenada e espero que já tenha sido cessada.

Agradeço a atenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso foi num hospital do Serviço Regional de Saúde? Foi?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este debate de urgência, sendo sobre saúde, dá-nos também a oportunidade de discutir outras matérias que até aqui não foram focadas.

E, em primeiro lugar, queria manifestar-lhe, Sr. Secretário Regional da Saúde, alguns desejos. Desejo, desde logo, de reverter algumas das políticas seguidas pelo Governo que o antecedeu e do seu antecessor. Queria congratular-me consigo no sentido de reconhecer que uma dessas matérias já foi revertida. Como sabe, o Governo que o antecedeu e o titular da saúde que o antecedeu defendiam que os presidentes dos conselhos de administração dos hospitais deviam ser gestores, no sentido estrito do termo, isto é, licenciados em Gestão, e não propriamente clínicos, porque esses não sabiam nada da poda. Pois queria reconhecer, Sr. Secretário Regional, que essa primeira medida já foi revertida e saudá-lo porque a Presidente do Conselho de Administração do hospital da ilha Terceira é uma clínica capaz e competente, como qualquer outro gestor, para gerir os interesses do hospital.

Mas o segundo desejo que lhe queria fazer, Sr. Secretário Regional, é que o seu Governo e o senhor, em particular, tivessem a possibilidade de reverter outra das políticas que foi seguida pelo anterior Governo e pelo seu anterior sucessor, nomeadamente a desastrosa deslocação de médicos especialistas aos centros de saúde sem hospitais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2014, altura em que essa legislação entrou em vigor, houve uma quebra de 80% nas deslocações dos médicos especialistas aos centros de saúde; melhorou em 2015; estabilizou em 2016, com uma diferença, é que a diversidade de especialidades que se deslocam aos centros de saúde continua a estar muito distante daquilo que era antes da entrada em vigor da legislação de fevereiro de 2015. E isso, Sr. Secretário Regional, teve duas consequências. Em primeiro lugar, a imediata. Houve gente com necessidade de assistência especializada que não a teve; em segundo lugar, o que representa só por si uma medida de má gestão, houve um aumento significativo das despesas efetuadas

pelas unidades de saúde de ilha com as deslocações dos doentes para fora das suas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas tenho também, Sr. Secretário Regional, um terceiro desejo, é que V. Ex.^a, ao contrário daquilo que fez o Governo que o antecedeu e o seu antecessor na sua pasta, seja capaz de reverter aquilo que se passa com as listas de espera cirúrgicas. E digo, Sr. Secretário, que esta não é uma matéria para resolver, é que já deveria estar resolvida. É que aquilo que o seu antecessor legislou e o Governo do Partido Socialista que o antecedeu e do qual o senhor não fazia parte, por isso lhe estou a fazer um apelo à reversão das políticas desse Governo, fez publicar um conjunto de legislação que não passa do papel, não é cumprida e essa legislação tem dois anos, janeiro de 2015, maio de 2015. E sabe o que é que ela contemplava? Contemplava, nomeadamente nas áreas cirúrgicas, de acordo com a prioridade atribuída a cada um dos doentes, um tempo máximo de espera e pressupunha essa legislação que o doente fosse informado do momento em que era inscrito, até hoje por cumprir; que fossem publicadas as listas dos doentes no Portal da Direção Regional de Saúde, no sentido dos doentes saberem o seu posicionamento nas listas, até hoje isso está por cumprir; que no Portal da Direção Regional de Saúde...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor teve culpa disso!

O Orador. cada uma das unidades públicas de saúde da região, nomeadamente os hospitais, fizessem publicar mensalmente o tempo máximo de espera para cada uma das áreas cirúrgicas de consultas e de exames complementares de diagnóstico, até hoje isso está por cumprir. E a pergunta que lhe faço, Sr. Secretário Regional: Como pode um doente indefeso, fragilizado, saber se o seu tempo máximo de espera está ou não ultrapassado? Não lhe foi dado um documento correspondente à data em que foi inscrito, não tem conhecimento dos tempos máximos de espera do cuidado de saúde para o qual

lhe foi recomendado dirigir-se, não pode reclamar! Que direitos é que tem este doente? Foram os senhores que criaram esses falsos direitos, que estão no papel, mas não passam do papel.

Deputado João Bruto da Costa e Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, queria apelar a que tivesse a coragem, o Governo de que faz parte e o senhor de reverterem as políticas que foram cedidas pelo anterior Governo e pelo anterior Secretário Regional da Saúde.

E queria colocar-lhe, ainda nesta matéria, porque ela também não passou do papel, a seguinte questão. Diz a legislação sobre a portaria, nomeadamente que define os tempos máximos de resposta garantidos, que o doente tem o direito de ser informado pela instituição da prestação de cuidados quando esta não tenha capacidade para dar resposta dentro do tempo máximo de resposta garantida aplicável à sua situação clínica e de que lhe é assegurado serviço alternativo de qualidade comparável e no prazo adequado através da referenciação para outra entidade do Serviço Regional de Saúde ou para uma entidade do setor privado convencionado. Esta é a alínea c), do artigo 2.º, do Anexo da Portaria 58/2015, de 6 de maio de 2015, há quase dois anos. E sabe, Sr. Secretário Regional, o que é que os gabinetes do utente dos três hospitais da região estão a fazer quando os doentes reclamam? É uma resposta redonda, não lhe oferecem nenhuma alternativa, é esperar pela sua vez. Portanto, isto não passou do papel e não poderia passar do papel porque o Governo anterior e o seu anterior titular da saúde fizeram publicar, a 18 de abril de 2015, uma portaria que previa o estabelecimento de uma convenção em determinadas áreas cirúrgicas que ficou vazia, ninguém concorreu!

Portanto, Sr. Secretário, não há resposta, isto não passa do papel. As pessoas continuam a minguar à espera, de forma desesperada, que sejam resolvidos os seus problemas. Qual foi a resposta do anterior Governo? Criar uma produção

adicional de apenas 25%, em vez de a deixar libertar à capacidade de cada uma das unidades públicas, limitou-a. Portanto, Sr. Secretário Regional, eu gostaria de lhe fazer este apelo: reverta, tenha a coragem, reverta as políticas que o anterior Governo do Partido Socialista estabeleceu na região e o seu antecessor, a bem dos doentes e a bem daqueles que necessitam de cuidados de saúde urgentes.

Tinha também uma outra pergunta final para lhe colocar, relativamente...

Deputado André Bradford (PS): Final é bom!

O Orador: ... ao seguinte, Sr. Secretário Regional. Temos conhecimento do parecer à Conta da Região do Tribunal de Contas de 2015, que as responsabilidades financeiras decompostas entre dívida direta e as responsabilidades decorrentes da construção do hospital da ilha Terceira, da parceria público-privada, ultrapassam os 1000 milhões de euros, 862 milhões de euros de dívida direta, 167 milhões de euros atribuídas às responsabilidades financeiras da construção do hospital da ilha Terceira. Essa dívida da saúde, de 2015 para 2014, aumentou 35 milhões de euros. São esses os dados que o parecer à Conta da Região de 2015 do Tribunal de Contas contem.

Deputado Francisco César (PS): Muito abaixo daquilo que os senhores diziam!

O Orador: Isso são as contas... Não sabe fazer contas!

Deputado Francisco César (PS): Ah! E o senhor sabe?

O Orador: Depois, o senhor certamente terá em seu poder os dados relativos...

Deputado Francisco César (PS): Que os senhores diziam outra coisa, diziam! Enganaram-se em 500 milhões!

O Orador: ... às contas de 2016, que as terá no seu poder, e esta Assembleia só terá a possibilidade de as ter na sua posse a 31 de agosto deste ano, de 2017, é isso que está previsto.

A pergunta concreta que lhe faço é se pode garantir a esta Assembleia que, no âmbito do próximo orçamento, o orçamento para 2017, que aqui discutiremos em março, se nos pode assegurar que haverá um reforço das verbas para a área da saúde, no sentido de que essa dívida seja contida.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra porque, de facto, o Sr. Deputado Paulo Mendes dirigiu-se, numa parte da sua intervenção, particularmente a mim.

O Sr. Deputado Paulo Mendes conhece-me do dia-a-dia, como eu o conheço a si, sei qual é a sua formação profissional, mas gostaria de lhe dizer claramente e olhando diretamente para si que a pessoa que está com este fato é um deputado eleito tal como o senhor, não é nem mais nem menos do que isso. Faz o trabalho que qualquer deputado tem que fazer no exercício da sua atividade e não se sobrepõe, em nenhuma situação, a nenhuma senhora nem senhor deputado naquilo que são as suas competências e o seu trabalho nem se sobrepõe àquilo que são competências do Governo. O Governo tem a suas competências, a Assembleia tem as outras. A pessoa que está aqui, o senhor olha para mim e neste fato sou eu; se não me conhece o suficiente, penso que me vai passar a conhecer a partir de agora.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, quero dizer-lhe uma outra coisa. Falhas nós já aqui reconhecemos, ao longo das nossas intervenções, que acontecem, gostaríamos que não acontecessem, tudo faremos e fazemos para não acontecer, mas isso são circunstâncias que nós, muitas vezes, nem sequer perspetivamos, nem

sequer idealizamos que possam acontecer, mas acontecem, e, portanto, nós temos que intervir quando as identificamos e por isso todas as iniciativas de qualquer grupo parlamentar, representação parlamentar aqui trazem são bem vindas, porque nós temos que saber e temos que intervir nessa matéria e assim o Governo tem feito.

Agora, há uma coisa, Sr. Deputado, é que o senhor afirma aqui que assistiu, no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, a más práticas éticas e deontológicas e eu pergunto-lhe: O senhor tomou alguma iniciativa junto das entidades responsáveis nesta matéria?

Deputada Zuraída Soares (BE): Está aqui a iniciativa!

O Orador: Tomou?

Não, Sra. Deputada, não é aqui! As questões éticas e deontológicas não se tratam na Assembleia, tratam-se junto dos órgãos e dos organismos...

Deputada Zuraída Soares (BE): Também se tratam aqui!

O Orador: ... representativos das classes. Esses é que são responsáveis por essa situação, não é aqui, Sra. Deputada.

Portanto, pergunto-lhe, é uma pergunta muito concreta: Fez alguma coisa nesse sentido?

Deputada Zuraída Soares (BE): Agora temos que trazer um livro de reclamações para o Parlamento para poder intervir?

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Num debate sobre saúde e muito rapidamente porque o tempo já não permite alongar-me, eu podia trazer inúmeras situações, que o Sr. Secretário, certamente, conhece, até pelas funções que exerceu anteriormente, sobre os

problemas de saúde que afetam a ilha Graciosa. Mas eu vou limitar-me a alertar V. Ex.^a para o problema que tem sido de médicos na ilha Graciosa.

Nos últimos anos, passaram pela Graciosa 14 médicos contratados. Infelizmente, nenhum ficou por muito tempo, apenas um permaneceu alguns anos e também, infelizmente para os seus doentes, foi-se embora no final do ano passado. Neste momento, a Graciosa tem um médico ausente por motivos de doença e, no final do ano passado, tinha apenas uma médica de clínica geral e familiar a prestar serviço no Centro de Saúde, que é a Presidente do Conselho de Administração, uma vez que a outra médica contratada estava de férias.

O que eu queria chamar a atenção do Sr. Secretário é natural que o senhor me vá responder que, para a semana, já tem novos médicos contratados, o problema é que os senhores estão a contratar médicos por contratos de três meses e os graciosenses estão um pouco cansados de ver os médicos com quem ganham confiança, com quem gostam de ser atendidos e que vão conhecendo os problemas da ilha e os problemas de saúde dos utentes a irem-se embora recorrentemente. Algo se passa naquele centro de saúde, naquela unidade de saúde de ilha para que não haja médicos que fiquem o tempo suficiente na Graciosa e que se queiram fixar naquela ilha. E mesmo aqueles que se querem fixar, que pretendem lá permanecer, por alguma razão, que eu gostaria que o senhor resolvesse tão urgentemente quanto possível, deixasse de existir essa situação para que os médicos pudessem, finalmente, permanecer na Graciosa, os doentes graciosenses não passassem os problemas que estão novamente a passar para terem consultas e para poderem ter o seu médico de família.

Podia também trazer-lhe as questões dos doentes que se deslocam para a ilha Terceira e que voltam para trás sem terem a consulta que estava agendada ou podia também falar-lhe de uma situação, que me foi trazida ainda na viagem para cá para a Horta, de uma menor de 17 anos a quem não foi autorizado o acompanhante, situações que se vão repetindo, umas atrás das outras, e que

trazem maiores constrangimentos aos doentes da ilha Graciosa, trazem maiores constrangimentos a quem já tem problemas,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Traga o livro de reclamações, é porque se não tiver não pode ser trazido aqui!

O Orador: ... aos problemas que os doentes já têm da sua saúde e que são agravados mais ainda pelos problemas que são causados pelas dificuldades que sentem na sua relação com o Serviço Regional de Saúde. Porque quando trazemos a este Parlamento as situações dos mais vulneráveis, ao contrário do que foi dito pela bancada do Partido Socialista, não é aproveitar essa situação; são esses, efetivamente, que precisam de uma atenção, de uma denúncia e de trazer a este Parlamento os problemas que vão vivendo, nomeadamente os problemas de saúde da ilha Graciosa, que se vão arrastando, ano após ano, sem terem solução e que nós esperamos que V. Ex.^a possa, finalmente, pôr cobro a essas situações.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, uma intervenção, não poderia deixar de não resistir à provocação que foi aqui lançada, e que me parece particularmente grave, pelo Deputado Luís Maurício. É particularmente grave e eu já vou explicar.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, longe de mim querer dar-lhe lições em matérias jurídicas, mas deixe-me que lhe diga que uma lei é uma coisa e uma portaria é outra coisa completamente diferente. Estamos a falar de um ato administrativo, de um ato que alguns juristas chamam ordinário e que serve, sobretudo, para organizar e orientar serviços. Portanto, o Governo não violou

qualquer lei que proteja direitos de utentes do Serviço Regional de Saúde, Sr. Deputado, longe disso.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor não pode vir aqui fazer uma acusação dessas gravíssima e não ter a resposta que é merecida.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): E propositada!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, eu também lhe queria fazer um apelo: por favor, Sr. Deputado, não reverta a portaria dos tempos máximos de resposta garantida, porque isso seria um tremendo erro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que o senhor deveria fazer, Sr. Secretário, deixo-lhe aqui esse apelo, é reanalisar esta matéria, introduzindo, eventualmente, alguns ajustamentos, algumas correções, admito, mas, como é óbvio, não ceda a esta tentação de voltar para trás, porque esta portaria tem um efeito muito bom, introduz qualidade nos serviços prestados, um horizonte, um objetivo de melhorar a qualidade desses serviços,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não são cumpridos!

O Orador: ... introduz exigência na organização e nos próprios conselhos de administração dos hospitais e também força à maximização da capacidade de resposta do setor público, que sempre foi um objetivo da esquerda, em geral, e do PS, em particular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na prática isso não acontece!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, é neste sentido que nós devemos caminhar, no sentido do futuro, da melhoria do serviço, das qualidades e dos direitos conferidos aos utentes e não perante o facilitismo do PSD. É muito difícil atingir isso, é muito difícil este cenário de exigência e de melhoria, então,

vamos baixar os braços, esquecer isso e voltar para trás. Nós não faremos isso, não acredito que o façamos.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dizer que o Serviço Regional de Saúde é um orgulho para todos os açorianos, especialmente aqueles que vivem em ilhas mais pequenas, como a minha. Enquanto alguns, há relativamente pouco tempo, referiam a dívida da saúde como um mal maior, o Governo investia em infraestruturas, em novas valências, em novos serviços para garantir um serviço de qualidade à população.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esses, curiosamente, agora, clamam por mais despesa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quando Guterres saneou as contas da região como é que era? No continente foi bom!

O Orador: Na Graciosa, nós tínhamos um serviço mínimo no atendimento permanente, internamento...

(Diálogo inaudível entre alguns Deputados da Câmara)

O Orador: Vou repetir. Na Graciosa, nós tínhamos um serviço mínimo com atendimento permanente, internamento, consultas de medicina geral e familiar, vacinação, fisioterapia, raio-X e laboratórios de análises clínicas.

Nós, com os Governos do Partido Socialista, acrescentamos consultas de especialidades, que é um património nosso, e ainda psicologia, nutrição, eletrocardiografia, terapia da fala e medicina dentária.

Criou-se um serviço de enfermagem ao domicílio...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É ao contrário!

O Orador: ... e de equipas multidisciplinares, foi reforçado o quadro de enfermagem, separou-se, para uma maior eficácia, o internamento das urgências. Foi criado um serviço de apoio social e implementados os cuidados continuados, foram reforçados os serviços de fisioterapia, de raio-X e de análises clínicas. Foi criado um programa que permite aos utentes e médicos o acesso às suas análises clínicas, foi implementada a telemedicina em algumas especialidades. Foram, ainda, celebradas convenções em diversas especialidades médicas para assegurar consultas aos utentes e meios de diagnóstico e terapêutica. Foram feitos diversos rastreios, nomeadamente do cancro da mama, do colo do útero, da cavidade oral e do cólon, bem como ainda foi construído de raiz um novo centro de saúde, com melhores condições para os utentes e também para os profissionais que ali prestam serviço.

No caso específico que o Sr. Deputado João Costa trouxe aqui, importa esclarecer. A Unidade de Saúde da Ilha Graciosa tinha contratos de prestação de serviço médicos com empresas, é verdade, cujos contratos terminaram no dia 31 de dezembro, cessaram nessa data e essas empresas não aceitaram a renovação ou a celebração de novos contratos, apesar de isso lhes ter sido proposto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porquê?

O Orador: O Sr. Deputado, já agora, que está a perguntar porquê, eu posso dizer porquê: é porque os médicos quiseram ir ganhar mais. É assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o médico já fez um comunicado a dizer que isso é mentira!

O Orador: Não, não! Mas digam ao médico para vir falar comigo, que eu explico-lhe como é que é e é muito fácil.

E é bom esclarecer aqui todos os graciosenses que podem ter acesso a médico de família, tendo em conta que a Unidade de Saúde da Ilha Graciosa tem dois médicos especialistas em medicina geral e familiar afetos ao quadro e um aposentado a exercer funções também com a especialidade de medicina geral e familiar,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estava lá há quatro anos!

O Orador: ... com lugar ainda para inscrever utentes que estavam na lista do médico que saiu, que embora nem estivesse a especialidade e que prestava serviço através de uma dessas empresas.

Assim, a Unidade de Saúde da Graciosa conta, neste momento, com três médicos de medicina geral e familiar e não se regista uma grave carência de médicos, como o Sr. Deputado João Costa está a tentar fazer. No entanto, já foi autorizada a abertura de um concurso para recrutar mais um médico para o quadro e a Saudaçor também lançou um concurso público para a celebração de contratos públicos de aprovisionamento relativos à prestação de serviços médicos às unidades de saúde da ilha e da região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Veja lá se o médico vai fazer consultas de especialidade!

O Orador: Oh, Sr. Deputado João Costa, o senhor quando falou, eu estive aqui atentamente a ouvir o que eu disse, o senhor agora tenha paciência. O senhor sabe, é preciso ter muita coragem para se levantar aqui e falar, mas é preciso ter mais coragem para estar aí sentado e ouvir.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: Eu, não me querendo referir a este caso em particular, até porque isso acontece em várias áreas na ilha Graciosa, vemos que algumas pessoas fazem juras de amor àquela ilha,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é o “senador” da saúde naquela ilha!

O Orador: ... mas quando aparece mais dinheiro, é claro que aproveitam para se porem a andar e, depois, arranjam um bode expiatório, mas arranjam alguém para...

Agora, é claro, Sr. Deputado, que eu não acho mal as pessoas saírem para terem melhores condições, não acho mal, é natural, é justo, é humano e é assim que acontece muitas vezes; o que é desnecessário aqui é arranjar um bode expiatório e o senhor nisso sabe trabalhar muito bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Explique-se! Não fique por meias palavras, diga as coisas!

O Orador: Na área da saúde, na Graciosa, e, aliás, como acontece noutras ilhas, nem tudo corre bem, existem fragilidades que devem ser corrigidas e é nisso que nós devemos focar a nossa atenção. No entanto, nada justifica o constante aproveitamento que o partido político que, na Graciosa, é liderado por V. Ex.^a faz das alegadas insuficiências que causam muito desconforto e desconfiança à nossa população.

Da nossa parte, da parte dos deputados do Partido Socialista que estão aqui nesta bancada a representar a nossa ilha Graciosa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que está a defender aí?

O Orador: ... podem contar com o nosso empenhamento constante para melhorar o sistema, nomeadamente para estabilizar o quadro médico, que é isso que nós andamos a lutar já há muitos anos, e para criar mais consultas de especialidade, coisas que os outros não fazem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: É isso mesmo, Sr. Deputado. Obrigado por me ter ajudado.

Eu agora perguntava ao Sr. Secretário o que é que está a ser feito para estabilizar o quadro médico na Graciosa e também o que é que está a ser feito no sentido de alargar as consultas de especialidade também naquela ilha.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começando aqui pela ordem das questões, Sr. Deputado Paulo Estêvão, há bocadinho, eu fiz essa menção, o Serviço Regional de Saúde é um todo e relativamente à questão que foi colocada aqui pelo Sr. Deputado Artur Lima, o hospital, em devida altura, fez o esclarecimento, nós achávamos que estava completamente esclarecido, daí a não necessidade de termos que fazer qualquer outro esclarecimento adicional.

Dra. Mónica Seidi, a informação que eu tenho e que o hospital terá transmitido logo na mesma semana, no dia 10, quando surgiu a notícia, é que logo nessa semana três dessas intervenções foram efetuadas e que todas as outras estão a ser reagendadas.

Quanto à medicina nuclear, a intervenção que nós tivemos a semana passada foi, de facto, esclarecer a questão dos números, porque houve algum mal-entendido na comunicação social, o próprio responsável pela empresa acaba por dizer que não foi bem aquilo que disse, a questão é que, tal como os números que a Sra. Deputada mencionou há pouco, em cerca de quatro meses tivemos cerca de 160 exames, multiplicando isso por dois dá...

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: Setembro, outubro, novembro e dezembro são quatro meses!

Portanto, nós tivemos cerca de 160 exames, o que significa que, fazendo uma estimativa para o ano, teremos à volta de 640 exames por ano, dentro daquilo que nós estávamos à espera.

Deputado Bruno Belo (PSD): É fazer as contas!

O Orador: Portanto, esperemos é que, de facto, o serviço continue a funcionar, todos nós sabemos que essas questões particulares, quer da medicina nuclear, quer da radioterapia, são muito exigentes ao nível dos licenciamentos que tem e, como tal, nós, Governo Regional, o que pretendemos é que essas empresas cumpram aquilo que está estabelecido, quer na lei, quer nas próprias condições do próprio licenciamento.

Relativamente aos exames que estão lá a ser efetuados, são aqueles todos que estão na portaria, já foi comunicado pela própria empresa que estaria na disposição de fazer outros exames que não estão, estamos a rever essa situação.

Relativamente à cardiologia, os exames ainda não foram realizados, pela informação que tenho, porque não está ou não foi garantido ainda, por parte da empresa, quando esses exames fossem realizados, que tivesse a presença de um cardiologista lá. A informação que eu tenho é que eles estão a fazer negociações com cardiologistas no sentido de garantir essa situação.

A questão do PET-Scan, é óbvio que nós também gostaríamos que, na região, fosse realizado este exame, mas, por enquanto, a empresa não está em condições de o oferecer.

Sr. Deputado Artur Lima, e já fazendo a ponte aqui também para aquilo que o Sr. Deputado Luís Maurício referiu, estas questões das listas cirúrgicas estão a ser revistas. Nós estamos e foi encarregue, aliás, na portaria que saiu de regulamentação do SIGICA, está lá expresso que encarregamos a Saudação de rever todas essas questões das convenções com as entidades privadas e foram dados prazos para ser feito desta forma. Portanto, é nossa intenção, e essa

portaria já é da minha responsabilidade e, portanto, estarei eu aqui para a defender e demonstrar a sua execução, que nós vamos, com certeza, cumpri-la na íntegra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Três perguntas concretas!

O Orador: Sabemos que nós estamos a falar de uma área muito complicada, não é só termos mais médicos a operar; há um conjunto de outras situações que os Srs. Deputados sabem muito bem que estão aqui envolventes e que a portaria tenta regulamentar isso. Portanto, nós vamos, certamente, conseguir cumprir tudo aquilo que aqui está descrito.

De uma forma global, Sr. Deputado Luís Maurício, os seus desejos já foram por mim aqui expressos logo na defesa do Programa do Governo. Está escrito no Programa do Governo que nós, de forma humilde, iremos rever todas aquelas situações que não estejam a funcionar ou que precisam de melhorias. E, como tal, eu elegi, desde logo, a questão da deslocação de especialistas e da deslocação de doentes como uma prioridade a resolver nos próximos tempos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Afinal, o PSD tinha razão!

O Orador: É um trabalho que já está a ser efetuado, as unidades de saúde, e eu já divulguei isso publicamente, não vou dar nenhuma novidade, eu já anunciei publicamente que as unidades de saúde de ilha já apresentaram, até 31 de dezembro, uma proposta de necessidades de deslocação de especialistas. Nós, no dia 25 de janeiro, vamos estar reunidos à mesma mesa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria! Estava tudo tão bem!

O Orador: ... entre todas as unidades de saúde de ilha e os hospitais, para analisar este plano e verificarmos, dentro das especialidades que existem e as disponibilidades que o Serviço Regional de Saúde tem, com as convenções que

sejam necessárias fazer, a nossa determinação é que o problema da deslocação de especialistas se resolva de uma vez por todas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, falar se é reverter ou não algumas das legislações, o que está aqui em casa é aperfeiçoar o que temos, o que não está a funcionar, alteramos para que, de facto, passe a funcionar, sempre e sempre em prol do utente.

Vozes de alguns Deputados do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Há três meses estava tudo bem, agora dizem “muito bem”!

O Orador: E é este o foco que nós temos vindo a transmitir com todos os que trabalham connosco, com o Serviço Regional de Saúde, que é composto por várias instituições.

Portanto, Sr. Deputado, pormenores como falou das listas espera, a produção acrescida, obviamente. A própria portaria o diz e os hospitais têm até 31 de janeiro para apresentarem as suas propostas daquilo que acham que pode ser o melhor para, com os recursos que têm, por um lado, otimizar os tempos do bloco, por outro lado, propor alteração da produção acrescida, como o Sr. Deputado, e muito bem, disse, que está limitada a 25%. Portanto, tudo o que está a ser programado, e que já é público e que está na portaria, que seja necessário para nós diminuirmos as listas de espera, nós iremos fazer, alterando a legislação que for necessário alterar.

Sr. Deputado João da Costa, eu penso que já respondi também de uma forma global. Nós temos vários médicos de medicina geral e familiar a terminar o seu estágio, há dois internos da Graciosa que estão a acabar o internato na ilha Terceira e, portanto, para, numa perspetiva de futuro, nós temos a convicção de

que iremos, com certeza, resolver a situação, quer da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa, quer de todas as outras unidades de saúde de ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Secretário! Espero que não haja ninguém que faça aproveitamento político disso!

O Orador: Relativamente às questões financeiras, em março, teremos, com certeza, oportunidade de falar sobre o orçamento e, Sr. Deputado, irá, com certeza, verificar que vai haver aqui um esforço duplo, não só de dotar o Serviço Regional de Saúde de maiores recursos, mas também de um esforço considerável de uma política de evitar os desperdícios, que também é importante. O financiamento é feito em dois pratos de uma balança, nas receitas e nos custos, e, portanto, vamos trabalhar nas duas situações.

E penso que terei respondido a todos os Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não respondeu, mas à tarde a gente conversa!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Eu vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes para a tarde.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes: Governo Regional 6 minutos; PS 6 minutos; PSD 4 minutos; CDS/PP 5 minutos; Bloco de Esquerda 30 segundos; PCP 4 minutos; PPM 1 minuto.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Eu peço aos Líderes Parlamentares e ao Sr. Secretário o favor de se aproximarem da Mesa e aos restantes um bom almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas 04 minutos.

Eram 15 horas 08 minutos.

(Neste momento, a Deputada Graça Silva substitui a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Presidente: ... *[corte na gravação]* ainda tem três inscrições.

Dou então, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente e Membros do Governo:

Porque me foram dirigidas algumas afirmações, acho conveniente esclarecer.

Sra. Deputada Mónica Seidi, agradeço e retribuo, sinceramente, todo o respeito pessoal que me manifestou. Sempre tentei ensinar o que sabia e aprender com os outros o que ainda não sei.

Reconheço, como já disse, toda a pertinência e dever que os deputados, nesta Casa, têm para que sejam porta-voz dos cidadãos. É para isso também que cá estamos. Mas, como sabe, nós, médicos, talvez mais do que outros profissionais, somos muito sensíveis e defensores dos direitos do Homem e dos direitos dos doentes. E também sabemos muito bem distinguir erro médico de erro do sistema. É por isso que para nós a antiguidade não é um posto, mas é uma posição.

Todo o doente tem direito à sua privacidade e confidencialidade, salvo se emitir um consentimento informado autorizando a divulgação de fatos ou patologias do seu âmbito privado. Não percebi onde pretende ir com isto, coartar a apresentação de casos ou problemas neste debate.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Mendes, partilho consigo algumas preocupações. Em relação ao Serviço Regional de Saúde, disse, se bem me lembro, que deveríamos, como responsáveis pelas políticas de saúde, definir aqui que Serviço Regional de Saúde queríamos ter e podíamos ter.

Provavelmente, vai entender este conceito mais tarde. Referi que o sistema é muito dinâmico, necessita de constantes adaptações e disponibilizei-me com o que sei ou possa vir a saber para ajudar nesta tarefa e é para isso que aqui estou. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

Presidente: Sendo assim, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, Sr. Secretário, penso que nós estamos a falar da quantidade de exames nos quatro meses e meio. Pelas minhas contas, se em cinco meses foram feitos 140, nos 12 meses estamos a falar de 336 exames, ou seja, metade daquilo que está previsto e, portanto, continua a ser um número bastante inferior, infelizmente para todos nós, que gostaríamos que esse número andasse, de facto, à volta dos 600 ou 700 exames que falei inicialmente.

E, depois, há outra coisa que fiquei com algumas questões, que é o facto de não serem feitos ainda exames no âmbito da cardiologia, penso que isso não está diretamente relacionado com a presença de um cardiologista no serviço de medicina nuclear. Portanto, não serão essas as normas que estão inscritas e que estão publicadas no *site* da Sociedade Portuguesa de Medicina Nuclear. Penso que o cardiologista, aqui, não é ele que faz a leitura do exame, não é ele que interpreta o exame, portanto, a presença dele será perfeitamente dispensável, desde que sejam garantidas todas as outras formas e requerimentos que estão estipulados pela sociedade que anteriormente referi. E volto a frisar, o PSD não é contra a medicina nuclear na Terceira, o PSD quer que esta valência seja maximizada, sempre a pensar nos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

A Mesa, de momento, não tem mais inscrições e se não existirem vamos passar ao encerramento do debate.

Julgo então que é para encerrar. Então, vou dar a palavra... Não sei se o Sr. Secretário quer ainda, com o tempo que lhe resta, dizer alguma coisa para depois, então, o requerente fazer o encerramento final.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que, neste debate, procuramos esclarecer todas as dúvidas que existiam sobre, em primeiro lugar, o motivo principal que levou ao agendamento deste debate e, por outro lado, a todas as questões que foram colocadas por todos os Srs. e Sras. Deputados. É esta a nossa forma de trabalhar, estamos aqui disponíveis para avaliar as políticas que existem e aquelas que pretendemos aplicar e corrigir tudo aquilo que for o melhor em prol dos utentes do Serviço Regional de Saúde. E, como tal, é com isto que podem contar, Srs. Deputados, é com isto que podem contar os açorianos e os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Então, para encerrar também, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional da Saúde:

O CDS trouxe a esta Casa um debate com frontalidade, com seriedade e com objetividade. Notei, e devo registar, da parte de V. Ex.^a, uma postura de diálogo

e de abertura, que registamos. Ao contrário de algumas intervenções aqui à cegonha, de enfiar a cabeça na areia e tentar esconder o problema, V. Ex.^a procurou responder ao assunto. E é isso que nos interessa.

As pessoas, nos casos que eu aqui trouxe, não os inventei, foram-me denunciados, por utentes do Serviço Regional de Saúde, quer seja no caso da tuberculose do hospital de Angra, quer seja no caso da cirurgia cardíaca do Hospital da Horta, quer seja o problema da esterilização do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Portanto, Sr. Secretário, eu espero que esteja resolvido, mas tenho sérias dúvidas que esteja definitivamente resolvido.

Portanto, conte com o CDS sempre com frontalidade, objetividade para trazer aqui os problemas dos açorianos, sejam eles quais sejam, no domínio da saúde e sempre que um açoriano se queixar a mim ou a qualquer dos deputados do CDS, nós, com frontalidade, traremos aqui o problema e o levaremos até si, até ao Governo para esse assunto ser resolvido.

Dizer que temos um serviço de saúde de excelência e recusar-se a admitir os problemas e vir para aqui fazer acusações ou não aceitando, sequer, a crítica, que, como se viu, foi toda fundamenta, tudo foi fundamentado e a fundamentação, curiosamente, não era sequer minha, limitei-me a usar a fundamentação que os doentes me facultaram, como tenho prova documental aqui. Toda a argumentação que me foi facultada pelas pessoas que foram vítimas de más práticas no Serviço Regional de Saúde. E isso não pode ser escondido, tem que ser resolvido.

Traremos sempre e sempre cá as situações e o Sr. Secretário, espero que as que foram aqui denunciadas, hoje, sejam resolvidas rapidamente, senão, cá estaremos novamente para trazer o Governo à sua responsabilidade e fazer aquilo que é nosso dever: fiscalizar a ação governativa. Estamos cá com uma postura na defesa intransigente dos doentes e dos seus interesses e, sobretudo,

procurar que sejam tratados com dignidade e com humanização no Serviço Regional de Saúde. Se para algumas pessoas isso é independente ou não conta, o problema é deles; se para algumas pessoas isso não é para relevar, o problema é deles; se para algumas pessoas isto é absolutamente demagogia, o problema é deles, agora, para nós, não é discurso barato dizer que em primeiro lugar estão os utentes e vir para aqui fazer discursos de circunstância. Para nós, estão em primeiro lugar os utentes e traremos os problemas reais dos utentes aqui. E quem se recusa a admitir isso fazendo fugas para a frente está a dar um mau contributo ao Serviço Regional de Saúde, como aqui, hoje, ouvimos.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos, assim, o ponto 2 da nossa Agenda e vamos dar continuidade ao ponto 4, nomeadamente o debate sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XI – “Aprova o Plano de Gestão Hidrográfica dos Açores 2016/2021”.

Quando encerrámos os trabalhos, ontem, à noite, estava inscrita ainda a Sra. Deputada Catarina Furtado, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Este plano é, efetivamente, um documento estratégico, setorial que a região necessita. Os objetivos que lhe estão subjacentes são fulcrais para a gestão, proteção e a valorização ambiental, social e económica das nossas águas. O PSD não será obstáculo à aprovação deste diploma, mas apela, no entanto, para

que este não seja apenas mais um conjunto de boas intenções, sem concretização das suas medidas, o que, aliás, é recorrente em matéria de ambiente. Veja-se o exemplo do Plano Regional de Erradicação em Controlo de Espécies e de Flora Invasora em Áreas Sensíveis, o PRECEFIAS, cuja concretização nós sabemos bem como para.

Ouvida a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo em Comissão, o Grupo Parlamentar do PSD, após apreciação mais cabal da proposta em referência, entende necessário colocar algumas questões adicionais.

Apesar das garantias dadas em Comissão pela governante, continuamos muito preocupados com a questão do financiamento deste plano. Como tal, voltamos a questionar o Governo acerca das garantias de operacionalização do PO 2020, de modo a que a implementação deste plano não fique em causa ou sofra do mesmo tipo de atrasos de implementação que outros planos setoriais.

Muitos dos dados que dão origem a este plano que o Governo apresenta são, na verdade, velhos. Na avaliação das necessidades e disponibilidades de água, por exemplo, alguns dados de consumo datam do ano 2000. Um plano desta natureza e importância não deveria ter sido elaborado com dados que já têm 16 anos; são informações que estão desatualizadas. Perguntamos, portanto, se esta realidade não colocará em causa determinadas assunções e resultados do próprio plano.

Em relação às águas subterrâneas, verifica-se que em quase todas as ilhas a ocupação do solo nas áreas classificadas como de recarga elevada e muito elevada de aquíferos correspondem predominantemente a áreas agrícolas e/ou pastagens, o que poderá ter implicações negativas sobre a qualidade daquelas águas. Perguntamos se a medida que consta do plano para fazer face a esta situação e que corresponde a uma mera adaptação do Regime Jurídico da

Reserva Ecológica à região, definindo áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e que tem uma verba de 50 mil euros será suficiente.

Em termos de caracterização das redes de monitorização das águas superficiais e subterrâneas, estamos a falar das análises de água que nos revelam o estado das águas, os dados revelam que o que existe em termos de monitorização está aquém das necessidades determinadas até por enquadramentos legais e técnicos, havendo casos de necessidade de alargamento das redes de monitorização a um maior número de substâncias analisadas e mesmo a um aumento de periodicidade das análises. Perguntamos se estas limitações não poderão levar a questionar o estado das águas da região que consta do plano.

No que se refere aos serviços de abastecimento de água, existem ainda várias localidades em que a população não é abastecida por água tratada, em virtude dos sistemas de abastecimento públicos não possuírem quaisquer infraestruturas de tratamento de água. Isto passa-se em concelhos como a Povoação ou as Lajes das Flores. Não deveria já, por esta altura, o abastecimento ser de 100% com água tratada em todas as ilhas e localidades da região?

Em relação ao tratamento de águas residuais, apesar do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de 2007/2013, o PEAASAR II, estabelecer como objetivo atingir uma cobertura de 90% do serviço de saneamento de águas residuais urbanas através de redes fixas, até à data, apenas um terço de utilizadores domésticos açorianos possui acesso a este serviço.

Atendendo aos objetivos traçados, como se explica que existam ilhas sem implementação de quaisquer sistemas de saneamento e tratamento de águas residuais? Temos casos como o Pico, Calheta de São Jorge e por aí fora, citadas no próprio plano.

Em relação às redes de esgotos, como se explica a falta de ação do Governo perante situações conhecidas e identificadas no próprio plano de vários casos de

descargas de águas residuais sem tratamento e, portanto, poluídas diretamente para ribeiras e grotas?

Havendo um conjunto substancial de medidas no âmbito deste plano cuja responsabilidade recairá sobre as autarquias regionais, questiona-se de que forma e em que casos específicos o Governo equaciona possíveis articulações com aquelas entidades. Essa articulação é crucial para o sucesso deste plano e condição necessária para evitar situações de constrangimentos técnicos e/ou financeiros às autarquias. Impõe-se, assim, garantias que esta matéria está devidamente salvaguardada.

Reiteramos que se trata de um plano que dá resposta ao emanado na Diretiva Quadro da Água e na Lei da Água, com as devidas salvaguardas e mecanismos, até por via do previsto naqueles documentos orientadores, mas o que constituem salvaguardas poderão também, e esperamos que não seja o caso, constituir formas de prolongar e prorrogar as medidas no tempo, deixando as diversas entidades responsáveis por elas folgadas e com o seu sentido de obrigação e de responsabilidade atenuado. Por isso, e na senda daquilo que vem sendo a atuação do Grupo Parlamentar do PS Açores, estaremos atentos à implementação deste plano, esperando que o mesmo não acabe por se transformar num logro concretizado ou semi concretizado.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Os recursos hídricos da Região Autónoma dos Açores estão num estado lastimável. Temos problemas de várias ordens: de poluição, de eutrofização, de intrusão salina, de inundações frequentes e recorrentes, de flora invasora sem

controle, de má conservação – ou melhor, de ausência de conservação – das zonas limítrofes às diversas massas de água, de falta de fiscalização, de má compatibilização com as atividades económicas, nomeadamente as agrícolas, e isto sem entrarmos ainda nos problemas dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano.

E se é assim em muitas das ilhas da nossa Região, também o é na ilha das Flores, da qual posso falar com maior conhecimento de causa.

As caldeiras, que são um *ex-libris* da minha ilha e um valor ambiental único que pertence aos florentinos e aos açorianos em geral, não estão infelizmente protegidas nem cuidadas. Como se pode esperar que a Caldeira Negra não esteja num estado ecológico “medíocre”, quando durante anos não se realiza qualquer ação de combate à flora invasora?

É necessário realizar ações de controle da cana-roca (*Hedychium Gardnerium*) e do incenso (*Pittosporum Undulatum*), usando meios que não sejam prejudiciais para o ambiente e consideramos que devia ser autorizada a presença de animais, ovinos, caprinos, bovinos, nas zonas limítrofes desta caldeira, de forma a contribuírem para um controle destas próprias plantas infestantes.

Isso, sim, seria uma verdadeira medida de proteção ambiental. No caso específico desta caldeira, não bastará o estudo da sua batimetria e dinâmicas sedimentares para efetivamente conduzir a um bom estado ambiental. Um estudo que, aliás, o Governo Regional prevê só ter tempo ou vontade de fazer lá para 2019. Adiamentos, esquecimentos e promessas: continua a ser o que o Governo Regional do PS tem para oferecer aos florentinos!

Queremos, ainda, colocar algumas questões ao Governo Regional:

Por que é que não têm sido realizadas ações de monitorização sistemática da qualidade da água das caldeiras das Flores ou por que é que os seus resultados não têm vindo a público?

Quanto é que o Governo Regional vai investir em monitorização das cargas de poluentes na ilha das Flores ao longo deste período de planificação?

E em relação à grave eutrofização da Caldeira da Lomba? Que ações estão previstas?

Pretende o Governo introduzir mais limitações ou constrangimentos à atividade agrícola, quer na presença dos animais, quer na utilização de fertilizantes e outros produtos fito-farmacêuticos, a somar às que já existem, nas zonas próximas das massas de água da ilha das Flores?

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

O Governo Regional já nos habituou, nesta como noutras matérias, que mais fácil e mais barato do que atacar diretamente os problemas e as suas causas, é elaborar um plano, mais ou menos detalhado, sempre bem espaçado no tempo, que permita ir disfarçando a ausência de soluções.

A planificação, em si mesma, é positiva se for um guia para a ação. Mas o problema é que, sistematicamente, se verifica que, com este Governo, a planificação é antes um guia para a inação! Planifica-se o que não se pretende realizar.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não se pode dizer isso com os planos quinquenais, Sr. Deputado!

O Orador: No meio do arrazoado deste plano, tal como acontecia com o plano anterior, pouco se vislumbra de concreto e objetivo, em termos das respostas que as populações exigem. Apesar das ambiciosas declarações de intenções que manifesta, não vemos aqui espelhada uma aposta decidida no esforço de conservação e proteção dos recursos hídricos que pertencem a todos os açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Uma vez que já tinha sido requerida à Mesa a informação dos tempos e que, por lapso, não fiz a informação, vou pedir ao Sr. Secretário que o faça neste momento.

Secretário: Então, os tempos são os seguintes: o Governo Regional 16 minutos; o PS sete minutos e meio; o PSD 13 minutos; o CDS oito minutos e meio; o Bloco de Esquerda sete minutos e meio; o PCP cinco minutos; o PPM dez minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Agradeço que se inscrevam.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema é que foram colocadas questões ao Governo e a Sra. Secretária não fala!

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, se não existirem inscrições, nós vamos passar à votação na generalidade.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional, tem então a palavra.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito boa tarde a todos.

Iniciamos, então, com as questões que foram levantadas, ontem.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Paulo Mendes, do Bloco de Esquerda. Foi referida uma incoerência entre o ponto 5 do artigo 8.º, da página 13 do nosso documento, e o Anexo 3.2, da página 35. Ora bem, o ponto 5 do artigo 8.º refere que, no prazo de dois anos a contar da data de entrada em vigor do PGRH Açores, deve ser apresentado um relatório intercalar, no qual se devem descrever o progresso utilizado, realizado na execução do programa e, em 2021, proceder à revisão dos conteúdos do mesmo; o 3.2 refere que, no que se refere à divulgação, à análise do progresso de implementação, a DRA, para além das obrigações de reporte, de acordo com o artigo 15.º, deve proceder à produção anual de relatórios. Portanto, não se trata de uma incoerência, a DRA deve proceder à produção anual de relatórios de informação que permitam avaliar o grau de implementação deste plano, sendo uma medida de acompanhamento e regulação do plano por parte desta entidade. Adicionalmente, o processo referido no ponto 5 deriva das obrigações da Lei da Água. São, por isso, processos distintos: um que cumpre as regras da Lei da Água e o outro que é um procedimento de monitorização.

Uma segunda incongruência apontada refere que, na página 19 desta proposta de DLR, tabela 2, não apresenta todas as massas de água subterrâneas que se encontram, por sua vez, na tabela 4. De facto, as duas tabelas apresentam informações distintas. A primeira, a tabela 2, da página 19, corresponde à síntese das pressões sobre as massas de água, à síntese das pressões, e a tabela 6, nas páginas 23 e 26, apresenta a síntese dos objetivos ambientais da região hidrográfica dos Açores. Na primeira tabela não estão apresentadas todas as massas de água subterrâneas, porque apenas três delas sofrem pressões,

nomeadamente uma na Graciosa e duas no Pico. Portanto, como referi na apresentação deste plano, cerca de 94% das massas de água subterrâneas estão em bom estado, os 6% restantes dizem respeito às três massas de água subterrâneas com pressões. Portanto, também no nosso entender, não se trata de uma incoerência, mas acho que é algo que se consegue explicar com alguma facilidade.

Foi levantada também uma questão pelo facto de, nas tabelas 5 e 6, páginas 22 a 26 desta proposta de DLR, os aquíferos não serem considerados uma pressão e na tabela 31 já se menciona a monitorização dos aquíferos na Praia da Vitória. As tabelas 5 e 6 dão nota do estado das massas de água nesta região hidrográfica, no cômputo geral são francamente positivos, uma vez que 84% das massas de água regionais apresenta um estado bom, em 2015. No caso das subterrâneas, 94 em 2015 também.

Considerando os estudos elaborados que indiciam um potencial de situação de risco e que as autoridades norte-americanas iniciaram as operações de descontaminação, esta situação deve ser acompanhada. Assim, as medidas propostas visam o desenvolvimento de monitorização quantitativa e química específica para acompanhamento da evolução desta situação identificada, assim como a elaboração de um estudo técnico que equacione as opções de remediação em desenvolvimento e que proponha eventuais reajustes, caso necessário, para a manutenção do cumprimento dos objetivos ambientais da Diretiva Quadro da Água e da Lei da Água para estas massas de água. Isto só demonstra que há aéreas previamente sinalizadas para atuarmos assim que for necessário. E de notar que nos pontos de monitorização destas massas de água, de acordo com os requisitos da Diretiva Quadro de Água, encontram-se em bom estado, mas identificadas parcialmente como em risco de poderem vir a incumprir. Portanto, são alvo de monitorização especial.

É referido também, de forma semelhante, que para Santa Maria a mesma não tem pressões de água subterrânea, mas depois está contemplado como uma medida específica. Na tabela 2, página 19, não são mencionadas pressões nas águas subterrâneas de Santa Maria, porque, efetivamente, só existem pressões identificadas na Graciosa e no Pico. Na tabela 7 está registado como um estudo e eventual implementação opções de remediação e recuperação e solos e águas subterrâneas na ilha de Santa Maria. Isto só demonstra, mais uma vez, que há áreas previamente sinalizadas para atuarmos assim que for necessário.

Acrescento que um estudo conduzido pela ANA, Aeroportos de Portugal, relativo à contaminação de solos e águas subterrâneas na área envolvente do Aeroporto de Santa Maria, demonstra a necessidade de ponderar este problema no âmbito do PGRH e, nomeadamente, respetivos programas de medidas da própria ANA.

Com efeito, este estudo, ainda de carácter preliminar, indicia contaminação da água subterrânea num dos locais inventariados por hidrocarbonetos.

Por outro lado, nos pontos de monitorização destas massas de água, de acordo com os requisitos da Diretiva Quadro de Água, estes encontram-se em bom estado. Neste contexto, e não obstante os procedimentos preventivos introduzidos pela ANA, a presente medida visa precisamente analisar a necessidade de se proceder a operações de remediação de solos e de água subterrânea nas áreas afetadas, de acordo com a reavaliação de resultados do estudo referido e do desenvolvimento de trabalhos de campo que se mostrem necessários.

Foi também referido ainda que os portos não são contemplados neste plano, mas estão previstas medidas para conter a contaminação nos mesmos. Os portos, enquanto infraestruturas, efetivamente não estão abrangidos, sim, mas as massas de água que os rodeiam estão. No caso do PGRH Açores estas massas de água estão caracterizadas como massas de água superficiais, costeiras pouco

profundas, as quais cumprem objetivos ambientais. Contudo, considerando a especificidades dos usos e atividades que se desenvolvem nestas áreas, aliadas às evidências significativas de alterações hidromorfológicas e a áreas portuárias da categoria A, justifica-se a análise e a necessidade de reclassificação e de limitação destas massas de água como zonas fortemente modificadas.

Além disso, considerando que as atividades portuárias poderão configurar uma situação de poluição accidental, as mesmas devem ser devidamente acauteladas e estarmos preparados para planos de ação para intervir, de modo a mitigar contaminações das massas de água costeiras.

Relativamente à intervenção do CDS/PP relativamente ao primeiro ponto, que menciona, e bem, efetivamente, se nada fosse feito, como é referido no próprio estudo, a evolução dos cenários previstos aponta para que nas ribeiras e nas lagoas não conseguíssemos, na sua maioria, atingir estados melhores que medíocres ou razoáveis. É uma verdade e é precisamente por isso que estamos aqui com este plano, atualmente.

Uma referência também ao facto de nas tabelas do relatório não técnico, página 43, só estarem mencionadas 15 das 23 lagoas identificadas no plano, portanto, com a ausência de oito lagoas. O que acontece é que no exercício em que se colocaram os cenários foram avaliadas as potenciais pressões sobre as massas de água, nomeadamente as relativas aos setores urbano, agropecuário, turismo e indústria. Inicialmente, foram analisados também os setores de energia e outros usos, mas que se revelaram pouco significativos em termos de alterações destes mesmos cenários. No caso particular das oito lagoas referidas, ou não referidas, neste caso, a Negra, Caiado, Empadadas, Norte, Sul, Rasa de Sete Cidades, Rasa de Serra Devassa, Canária e Santiago, as mesmas serão alvo de pressões de origem florestal e não se afiguram significativas, de acordo com os requisitos da Diretiva Quadro de Água.

Adicionalmente, não foram consideradas alterações do setor florestal, pois tal implicaria que nas cartas de ocupação de solo, não sendo assim possível quantificar e sinalizar alterações.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Secretária, desculpe, mas tem de falar mais alto, senão não se houve!

Oradora: Se houver silêncio ajuda!

(Apartes inaudíveis)

(Risos da Câmara)

Oradora: Em todo o caso, para evitar dúvidas futuras, em próximos estudos, serão acrescentadas estas oito lagoas com notas específicas de não estarem nos cenários vistos.

Terceiro ponto, levantado pelo CDS/PP. Na tabela 6, página 26 da proposta deste DLR, a massa de água Ribeira Grande está localizada no grupo da ilha do Faial. É, efetivamente, um erro e, portanto, far-se-á essa correção. Da mesma forma, é também referido que, no final desta mesma tabela, há três grupos de massas de água, relativas a massas profundas, que continuam como se continuassem do Corvo. Portanto, é uma questão gráfica que também, naturalmente, será corrigida.

Depois, temos aqui três questões adicionais que se baseiam, essencialmente, na questão dos conceitos usados neste plano. E relativamente a estes, é importante partilhar convosco o seguinte.

A delimitação das bacias hidrográficas assenta em critérios hidrográficos e hidrológicos, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial. No que respeita à terminologia, as definições constantes da proposta de diploma, consta o termo da Diretiva Quadro de Água, assim como o termo adequado à região

hidrográfica, lago, lagoa, ribeira. Por outro lado, a comparabilidade do estado das massas de água entre os diversos estados-membro aconselha a que sejam adotadas as mesmas definições, sem prejuízo, naturalmente, de estarem acauteladas especificidades regionais. Por outro lado, a Diretiva Quadro de Água prevê dois sistemas de classificação, sendo o A constituído por fatores praticamente fechados, cujos limites não se adequam à nossa realidade. A título de exemplo, se assim fosse essa nossa opção, apenas quatro lagoas estariam aqui sobre análise. Por outro lado, o sistema B, que foi o adotado, em virtude de permitir estabelecer limites para cada uma das classes, permitiu-nos selecionar 23 lagoas, na nossa região. Consideramos fundamental e defendemos junto da Comissão Europeia, que, em termos de dimensão mínima do plano da água, teria que ser 0.0.1 km², enquanto o valor mínimo previsto previa 0.0.2 km².

Importa também reter que a seleção das massas de água relevantes implica a respetiva monitorização, bastante exigente, o que, aliada à realidade arquipelágica das nossas nove ilhas, traduz-se em custos muito elevados para a região e o eventual benefício que tal pode ser daí retirado, eventualmente, não compensado.

Por outro lado, as medidas previstas visam dar resposta às principais pressões existentes na região e, como tal, as restantes massas de água não identificadas também irão beneficiar. Note-se que das 47 medidas programadas 35 têm como âmbito a aplicação a nível global.

Relativamente às questões colocadas pela Dra. Catarina Furtado, Sra. Deputada, a primeira delas, que se refere ao não cumprimento do plano, dos planos em geral, é uma afirmação demasiado forte e que necessita de dados concretos para ser apresentada neste Plenário, em especial quando nós estamos a discutir um plano muito específico. Portanto, não faria mais nenhum comentário que não esse.

Relativamente à questão do financiamento deste plano em termos da operacionalização do PO 2020, as medidas que constam do mesmo, como sabem, estão divididas entre diversas entidades, sendo a grande maioria da responsabilidade das autarquias e uma parte da Direção Regional do Ambiente, por via do Governo Regional dos Açores.

Todas as medidas que estão previstas e já elencadas no plano de investimentos do Governo Regional dos Açores têm já as suas candidaturas asseguradas no âmbito do PO 2020. Portanto, esse é o que nós conseguimos fazer, o quadro atual tem medidas previstas, tem valores definidos e as candidaturas estão feitas e estão aprovadas.

Relativamente à utilização dos dados, pois era muito bom que nós pudéssemos ter dados sempre o mais atuais possíveis, essas monitorizações têm custos bastante elevados e, portanto, nós usamos sempre aquilo que é disponível. São considerados adequados pelos grupos de trabalho que desenvolveram este plano, pois assim entendemos também que eles são adequados para as conclusões que podem ser retiradas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Dados de 2000, Sra. Secretária! Dezasseis anos! É uma fragilidade do diploma! Não é para brincar com o assunto!

A Oradora: Relativamente à ocupação dos solos com carga elevada, é também importante referir que todas as lagoas existentes nos Açores, com exclusão do Corvo, têm planos de bacia hidrográfica associados e, portanto, muito embora possam não estar previstos neste plano que, hoje, estamos aqui a discutir, todas têm o seu plano de gestão de bacia hidrográfica analisado, com medidas específicas. Portanto, todas elas são monitorizadas no âmbito desses planos.

Relativamente às questões colocadas sobre abastecimento de águas tratadas e de águas residuais, como a Sra. Deputada sabe, trata-se de uma matéria que compete às autarquias, ao poder local e não ao Governo Regional dos Açores, portanto, nesse caso, abtemo-nos de responder relativamente a esse tema.

Pergunta-nos, e bem, como é que nós articularemos com estas entidades importantíssimas na gestão desta Lei da Água com as autarquias, tal como fizemos em termos de plano e como temos vindo a fazer. Este plano resulta, precisamente, da integração destas entidades enquanto elementos base para a definição das medidas, para a análise dos resultados que foram gerados e, portanto, é uma questão de parceria. A nós compete-nos monitorizar e assegurar que o plano é cumprido, mas não somos os únicos intervenientes nesta matéria. Temos, sim, que colaborar em parceria com as autarquias, é isso que temos feito e é assim que vamos fazer.

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado João Corvelo, e sobre a primeira referência do estado lastimável dos nossos recursos hídricos, com poluição, má conservação, ausência de fiscalização, problemas de captação de água, nem sei o que lhe diga, porque nós temos estudos que estão em cima de mesa e que são bastante, do nosso ponto de vista, credíveis, foram feitos por universidades, por profissionais da área com vastos anos de conhecimento e experiência que apontam precisamente o contrário. Portanto, sem consubstanciar um pouco mais essas afirmações, não tenho mais nenhum comentário a adicionar.

Relativamente às questões das lagoas das Flores, como foi referido, ainda há pouco, todas as lagoas dos Açores têm um plano de gestão de bacia hidrográfica. Portanto, todas têm medidas previstas, de acordo com cada uma das realidades...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: ... e, portanto, as medidas que permitem, precisamente, ir ao encontro dos objetivos pretendidos em termos de qualidade das massas de água.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Só para fazer aqui alguns esclarecimentos e volto a frisar que nós reconhecemos os objetivos do plano como sendo importantes. Agora, quando diz que esclarece a minha primeira pergunta, não era uma pergunta, era uma chamada de atenção, porque nós sabemos que, em matéria de ambiente, e eu dei um exemplo concreto, existem planos, os planos podem até ser bem elaborados, mas peca-se sempre pela implementação, ou seja, a concretização deixa muito a desejar. E o que nós pedimos e fazemos essa salvaguarda é que não se deixe este plano cair no esquecimento em termos de implementação.

Depois, quando me diz que dados de 16 anos que partem como base para este plano, que considera adequados, pois olhe que a equipa que faz o plano e responsável pelo plano aponta esta questão como sendo uma lacuna. Portanto, aí há uma incongruência e acho que nenhum plano deveria ter esta antiguidade em termos de dados de base.

Depois, quando me fala na coordenação com as autarquias, o plano é da responsabilidade, em primeira instância, do Governo Regional e, portanto, há aqui algumas responsabilidades que recaem, efetivamente, sobre as autarquias, nomeadamente ao nível do abastecimento e saneamento, mas há também uma cota parte de responsabilidade por parte do Governo e o que nós pedimos é que haja uma maior articulação entre Governo e autarquias, também a bem do plano e da sua concretização.

Depois, não me respondeu, e era só para fazer essa salvaguarda, aqui em relação à monitorização, porque as análises que nos dão o estado das massas de água, o que refere o plano é que são ineficientes e que são inadequadas. Portanto, no caso das águas subterrâneas, nós sabemos que só metade da monitorização, só metade das análises é que seria obrigatório fazer é que é feita. É feita a análise química, mas, depois, a análise quantitativa não é feita. Isto não

colocará em causa também os resultados do plano? Coloquei essa questão e gostaria também só de a ver respondida.

Eram esses esclarecimentos.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, em primeiro lugar, muito obrigado pelos seus esclarecimentos e vou-lhe deixar ficar mais duas questões, a primeira das quais muito concreta.

Como é que explica aos açorianos e aos terceirenses, em particular, que, ao longo de todo o período de vigência do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, todas as massas de água da ilha Terceira sejam consideradas como estando em bom ou excelente estado de qualidade quando ainda, no ano transato, o relatório do LNEC volta a confirmar a presença de contaminantes nos aquíferos da Praia da Vitória? É que neste caso temos duas certezas, Sra. Secretária, a primeira é que a Praia da Vitória fica na ilha Terceira e a segunda, e julgo que concordará comigo, é que a presença de contaminantes na água não é um parâmetro de excelência, ou será para o Governo Regional?

Portanto, a primeira questão é esta.

A segunda questão é a seguinte. Sabendo de antemão que esta segunda fase do plano teria, pelo menos, um ano de atraso na sua implementação, porque razão não se procedeu à reprogramação do cronograma financeiro apresentado, mais concretamente no que se refere às verbas para serem executadas em 2016. No fundo, existiam 36 medidas, cuja aplicação deveria ter tido início em 2016 e, também em 2016, deveriam ter sido executados já mais de 11 milhões de euros, cerca de 20% do total do investimento para a segunda fase deste plano. Portanto, o que nos está a ser pedido é que aprovemos, agora, um cronograma financeiro que, logo à partida, não poderá nunca ser cumprido e, como tal,

perguntamos porque razão não houve uma adequada reprogramação que nos possibilitasse agora estarmos a aprovar um cronograma realista. E convém não esquecer que um dos objetivos específicos deste plano, tal como disposto no diploma e cito, é “a definição de programas de medidas e ações previstos para o cumprimento dos objetivos ambientais, devidamente calendarizados, espacializados e orçamentados”. Ora, eu pergunto a V. Ex.^{as} se o que aqui se apresenta está devidamente calendarizado, espacializado e orçamentado. Faz algum sentido que estejamos a aprovar medidas e verbas para executar num ano que já findou? E não querendo parafrasear o Sr. Deputado André Bradford, é caso para dizer que isto é absurdo. É absurdo porque nós não podemos voltar a 2016 para executar verbas num ano que já terminou. Portanto, por que razão é que não se corrigiu esta situação?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já agora, saudar os membros do público, se estiver alguém no público! Mas eu espero que lá em casa estejam a assistir a este debate, que, apesar de extremamente técnico, também tem uma vertente também ela muito política.

Gostaria de começar por dizer à Sra. Secretária que entendemos e aceitamos grande parte das explicações que foram dadas, face àquelas que foram tidas pelo nosso Grupo Parlamentar como incoerências, mas consideramos, apesar de tudo, que este relatório técnico resumido é um pitéu. É um pitéu para as autoridades norte-americanas. Porquê? Porque faz um diagnóstico extremamente favorável relativamente aos aquíferos e à qualidade da água na Praia da Vitória. Ora, se no diagnóstico nós assumimos publicamente que não

há problema algum com as águas da Praia da Vitória, bem, acho que os norte-americanos, as autoridades norte-americanas, se calhar, podem muito bem utilizar este relatório como uma prova de que está tudo bem e que, ainda por cima, o Governo Regional compromete-se a monitorizar a qualidade da água, ou seja, a fazer todo o trabalho, então, para quê se preocuparem com o estado da qualidade da água na Praia da Vitória.

Mais. Eu consultei não somente o relatório técnico resumido, mas também a totalidade do relatório e cheguei à conclusão que, de facto, não só no relatório técnico resumido, como também no relatório técnico, a região admite que não há problema algum relativamente aos aquíferos da Praia da Vitória, quando, na página 252, e passo a citar, é referido o seguinte: “No caso vertente da ilha Terceira, não existem massas de águas subterrâneas em risco”. Portanto, se não existem águas subterrâneas em risco, se calhar, para as autoridades norte-americanas, se tiverem acesso a este relatório, poderá servir como recurso para,...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... “Então, se não há problema algum, por que é que nós nos havemos de chatear?”. Se as autoridades regionais, os principais interessados e os principais prejudicados não assumem um problema, que é um problema grave e que afeta, não só os praienses, mas, quem sabe, no futuro, todos os terceirenses.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

Alerto, apenas, que dispõe de um minuto.

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*):

Muito bem.

Relativamente à Deputada Catarina Furtada, efetivamente concordamos que a quantidade de análises e a monitorização das águas subterrâneas não é a ideal. Portanto, faz parte das medidas do plano incrementar, precisamente, as análises, o acompanhamento dessas águas. Reconhecemos isso e por isso uma das medidas é precisamente aumentar esse controlo.

Relativamente às questões das Lajes da Praia da Vitória, é preciso distinguir duas coisas: uma são as águas subterrâneas que são analisadas e nos conduzem aos resultados que constam deste plano; outra questão é a questão pontual e bastante delimitada que diz respeito à Base das Lajes, onde, efetivamente, se detetaram...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não!

Deputada Zuraida Soares (BE): E Angra!

A Oradora: ... problemas.

Sim, sim. Estamos a falar de uma questão...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... bastante pontual,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é pontual!

A Oradora: ... o que nós pretendemos é que ela não afete as massas de água que estão aqui, as maiores e que foram analisadas, mas, sim, há ali uma questão. Relativamente à questão da programação financeira, o plano começa em 2016 e as medidas começaram em 2016. Não há reprogramação, porque há trabalho já feito e, portanto, o que consta aqui...

(Aparte inaudível da Câmara)

A Oradora: Porque o trabalho já está feito, já começou a ser feito. Portanto, em 2016, já começou a ser feito trabalho nesta matéria.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Portanto, não fazia sentido recalendarizar.

Obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

Presidente: Informo que o Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que a Sra. Secretária não tem tempo agora para me responder,...

Deputado André Bradford (PS): Então, se sabe, por que é que pergunta?

O Orador: ... mas eu...

Mas, então, posso fazer a intervenção que me apetecer, posso? Obrigado.

É questão é que eu tenho quase a certeza que ainda não foram executados os 11 milhões de euros...

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Não! Os 11 milhões não foram executados!

O Orador: Então, esses 11 milhões de euros deviam ter sido passados, eventualmente, para 2017 ou redistribuídos. Foi esse o apontamento que eu fiz.

Depois, eu acho que, Sra. Secretária, minimizou, de sobremaneira, o problema que há com a contaminação dos aquíferos na Praia da Vitória. Sim, porque os relatórios, sucessivamente, apontam e não apontam qualquer coisa de simples, são contaminações com metais pesados, como o chumbo, como o mercúrio, como o vanádio, como o boro, são vários. Portanto, eu julgo que considerar as massas de água com excelente qualidade ou boa qualidade, quando nós temos contaminantes, é um bocadinho excessivo.

Em todo o caso, Sra. Secretária, e também como já sei que não tem mais tempo para me responder, digo-lhe o seguinte. Apesar de eu considerar que, de alguma forma, o plano poderia ter sido um bocadinho mais ambicioso ao nível do

critério de seleção das lagoas, de inclusão das lagoas, mas também já recebi a sua resposta para isso, nós, em primeiro lugar, temos noção da importância do plano e da responsabilidade que este plano tem, portanto, vamos votá-lo favoravelmente e estaremos atentos ao relatório intercalar, que será apresentado em 2018, para vermos como é que está a ser o progresso na evolução do estado de qualidade das massas de água.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, não tem tempo, não lhe vou fazer perguntas, mas vou continuar a defender a nossa tese de que este plano tem incongruências, incongruências que a Sra. Secretária Regional negou, dando a sua explicação, mas que, na realidade, não nos convenceu. E como se não chegassem aquelas que já foram apresentadas pelo Deputado Paulo Mendes, eu vou apresentar-lhe mais duas incongruências, que geram dúvidas (dúvidas legítimas), que a Sra. Secretária já tentou colmatar, mas que permanecem.

Na tabela 2.^a, da página 19, do relatório técnico resumido, pode constatar-se que algumas, talvez demasiadas, lagoas das ilhas de São Miguel, Pico e Flores são consideradas, e cito, “Massas de água sujeitas a poluição difusa, resultantes, nomeadamente, da prática da agropecuária”. Ora, concentremo-nos, por exemplo, na Lagoa das Furnas, em São Miguel, e de acordo com o referido relatório, o estado desta lagoa é medíocre e assim permanecerá, de acordo com o mesmo relatório, até 2021, onde é exetável que atinja o estado razoável e em 2027 o estado bom. Ora, sem mais, esta previsão, Sra. Secretária Regional, é totalmente irrealista (cá está a tal incongruência!), quando é sabido que a Lagoa

das Furnas continua a receber águas de escorrência, provenientes da agropecuária.

Deputado Francisco César (PS): De que pecuária, Sra. Deputada?

A Oradora: Tal como foi irrealista prever,...

Está nervoso, Sr. Deputado?

Deputado Francisco César(PS): Não, não estou!

A Oradora: Não? Posso continuar? Muito obrigada.

... Sra. Secretária Regional, prever...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraida Soares possa fazer a sua intervenção!

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

... no anterior plano, que, em 2015, a qualidade da água já tivesse saído do estado medíocre (lembro que estamos em janeiro de 2017!). A verdade, por isso, é que não saiu, e não saiu porquê? Porque, de acordo com a análise do Governo Regional, estima-se que ainda existam cerca (estou a falar no plano) de 1500 cabeças de gado (1500 cabeças de gado!), está lá no plano, não é o Bloco de Esquerda que diz, nas suas margens. Pergunta: Vão lá continuar, Sra. Secretária Regional? É que se vão, como é que pensa o Governo Regional garantir o estado bom da qualidade da água das lagoas das Furnas em 2027, passando para razoável em 2021?

Segunda incongruência ou irrealismo ou tapar o sol com a peneira, como a Sra. Secretária lhe queira chamar.

Também na tabela 2, página 19, quer em São Miguel, quer nas Flores, são identificadas lagoas cujas as massas de água estão sujeitas a pressões de origem desconhecida. Dúvida: quais são estas pressões de origem desconhecida? Não há qualquer indicação da sua origem, porque elas são desconhecidas, mas o problema é que também não há nenhuma medida identificada que procure identificar estas origens desconhecidas, ou seja, estamos resignados à origem

desconhecida, por exemplo, na Lagoa Verde das Sete Cidades, para não falar nas outras todas que estão identificadas. Quer isto dizer, Sra. Secretária Regional, que o Governo se resignou a progressivamente perder a Lagoa Verde das Sete Cidades ou a Lagoa Negra das Flores?

No entanto, Sra. Secretária Regional, outra incongruência, o relatório prevê que, por exemplo, a Lagoa Verde atinja um estado bom em 2027. Mas, Sra. Secretária Regional, como é que vai atingir o estado bom se, neste momento, é medíocre e não sabem qual é a origem das pressões a que a lagoa está sujeita?

Há um trabalho para fazer, presumimos nós, mas que não está no plano, não está no relatório, não está lá, Sra. Secretária Regional, daí a legitimidade de dizer que há algumas incongruências, lacunas, ausências, não são propositadas, não são deliberadas, ninguém disse isso, agora, faltam lá. Portanto, há incongruências e, se há incongruências, há dúvidas e era isto só que eu lhe queria dizer.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): E sabe o Sr. Deputado que o Governo não tem tempo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse nada ainda!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começo a ser bombardeado com apartes e ainda não comecei a falar, mas, não, eu não vou fazer perguntas ao Governo Regional, apenas dizer o seguinte.

Para já, vou votar favoravelmente esta iniciativa. Eu penso que isso já vos sossega, já vos garante a aprovação da legislação em análise. Já não votam sozinhos. Essa é uma questão fundamental. Mas só o farei se as alterações, nomeadamente por parte do Grupo Parlamentar do CDS e também por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, forem adotadas, porque, mais uma vez e para aqueles que, inclusivamente, se sentam aí, nas bancadas do Governo, e que colocam em causa o funcionamento do parlamentarismo, há aqui um documento, mais uma vez, que aqui chega a este Plenário, que é analisado, foi analisado pelos diversos grupos e representações parlamentares e sofre alterações que o Governo Regional reconhece como boas. Portanto, evidentemente que este documento foi trabalhado nos gabinetes, mas, aqui, existiu a capacidade de detetar um conjunto de incongruências, um conjunto de erros, por exemplo, em relação também à ilha do Corvo, que foram referenciados pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP e, nesse sentido, uma vez que existe abertura em relação a estas modificações, a Representação Parlamentar do PPM está na disposição de votar favoravelmente o documento.

Para terminar, dizer que a matéria que me parece aqui mais problemática é, realmente, a contaminação dos aquíferos na Praia da Vitória, não só por uma questão técnica, com certeza que é uma questão técnica, mas é uma questão política também; é uma questão política, porque, de alguma forma, reduz a nossa capacidade de negociação junto das autoridades nacionais e dos Estados Unidos. Portanto, um documento deste tipo pode levantar-nos dificuldades no âmbito das negociações que é necessário fazer. Se nós próprios, se o Parlamento dos Açores e o Governo dos Açores consideram que é uma questão de pormenor e uma questão menor, depois é muito difícil pressionar o nosso interlocutor dizendo-lhe, “Não, nós consideramos que isto é um problema grave”, e ele diz, “Não! Tanto que não é grave que os senhores não o consideraram no âmbito da documentação específica que produziram em

relação a esta matéria”. Portanto, esta é uma questão política, mais do que técnica, que eu considero que o Governo Regional ainda está a tempo de poder considerar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria, nesta breve intervenção, referir-me a dois pontos em particular. Por um lado, ao debate construtivo que veio daqui de algumas bancadas, com perguntas pertinentes e focadas, quer da parte do CDS, quer da parte do PSD, e que foram respondidas, penso, e que demonstram também a atitude construtiva do Governo para melhorar um diploma que já foi reconhecido que é de manifesta importância para os Açores e para a continuidade daquilo que eu considero que é o bom estado do ambiente na região e também, nesta perspetiva, dizer que é preciso considerar que o Governo Regional tem, ao longo do tempo, estado ocupado e preocupado com muitas dessas questões, nomeadamente com a recuperação das massas de água.

Mas é preciso também transformar isto num debate realista face àquilo que acontece na chamada eutrofização das lagoas, que, como toda a gente sabe, ou a maioria deve saber, é um processo de enriquecimento de nutrientes que é inevitável e imparável e cabe só aos Governos, às entidades que têm responsabilidades nessa matéria, atrasar ou mitigar quando o estado de eutrofização já é grande.

E ao contrário do que também eu percebi aqui da intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, o trabalho existe e a incongruência é um pouco da perspetiva que tentou aqui, de algum modo, indicar, dizendo que, no caso concreto de algumas massas águas importantes e que, classicamente, são indicadas como de grande eutrofização quase dizendo que não tinha havido nenhuma melhoria e

que as coisas estavam piores. Ora, não é bem assim, e não é bem assim porque o Governo Regional tem um estudo que é feito sistematicamente, desde 2005, e que se baseia não é na retórica do estado insuficiente ou medíocre, é em índices, é no índice do estado trófico das lagoas, nomeadamente das Furnas e das Sete Cidades. E se nós formos ver o que é que esse índice do estado trófico, que é uma relação entre a quantidade de nutrientes e a transparência da água, numa das acessões que são confirmadas tecnicamente, mas que podem ser até por outros indicadores que não têm a ver só com o fósforo, podem ser mais complicados ainda, mas atendendo a essa classificação, a esse critério, as lagoas têm três estados tróficos: oligotrofia, mesotrofia e eutrofia. E neste caso concreto das Furnas, da Lagoa Azul e da Lagoa Verde, de 2005 a 2015, nós começámos, por exemplo, na Lagoa das Furnas com 57 de índice em matéria de estado trófico e, portanto, num estado de eutrofia, ou seja, de bastantes nutrientes, e chegou-se a 2015 com 55. Houve uma ligeira melhoria aqui, mas na Lagoa Azul partimos de 56,3 e chegámos a 38,3, e no caso da Lagoa Verde de 54,9 para 50,4, ou seja, há uma melhoria nestas três massas de água,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: que estão passando de um estado de eutrofia para mesotrofia. Agora, esta luta é permanente e incessante e é aqui e em qualquer parte do mundo. Eu recorro só um caso muito conhecido de um país muito rico, que é o Canadá, que para resolver um problema do Lago Erie levou anos e anos para que isso acontecesse. É este o processo que está acontecendo também nas massas de água dos Açores, com uma atividade permanente e com medidas permanentes que passam por questões que têm a ver, por exemplo, com a diminuição acentuada das atividades agropecuárias, da reflorestação e pelo desvio dos cursos de água, que são os três principais fatores que foram identificados pelos estudos técnicos como as principais fontes de poluição das nossas massas de água, nomeadamente aquelas que eu referi.

Portanto, eu penso que, neste debate, o que fica claro são duas coisas: o entendimento e também o bom senso do Governo dos Açores em atender e entender algumas das questões pontuais que foram aqui respondidas e que, de algum modo, o Governo também entende que melhora o plano, nomeadamente com as questões que foram colocadas, sobretudo pelo CDS e também algumas do PSD, no sentido de incorporar positivamente essas questões, e, por outro lado, também fica claro que o Governo Regional tem uma estratégia clara para resolver um problema que é fundamental...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... para os Açores, que é a questão do tratamento e do cuidado com as nossas águas, quer sejam elas territoriais, quer sejam elas costeiras.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR foi aprovada, na generalidade, com 30 votos a favor do Partido Socialista; 18 votos a favor do PSD; 4 do CDS/PP; 2 abstenções do Bloco de Esquerda; 1 do PCP; 1 do PPM.

Presidente: Está aberto o debate nas especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não sei se fiquei com essa ideia do Sr. Deputado José Contente ter dito, das alterações que nós propomos, que não aprovam a l) e a u), é isso?

(Aparte inaudível)

O Orador: Está bem! Pronto! Eu percebi isso!

Então, Sra. Presidente, só para dizer que as propostas são essas, de facto, para adequar estas definições um pouco mais à realidade dos Açores e para fazer também corresponder as definições do diploma àquilo que é aplicado no próprio plano.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Só por economia de tempo, dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem também uma proposta de alteração para a correção de uma tabela e que julgo que já foi distribuída na sala.

Também podemos dizer que iremos aprovar algumas das propostas de alteração aqui apresentadas pelo CDS/PP, no âmbito deste diploma.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação na especialidade.

Considerando que o artigo 1.º deste diploma aprova o anexo que é integrante à legislação, eu vou pôr à votação, em primeiro lugar, a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, porque altera a tabela 7.ª, se não estou em erro, deste anexo. A 6.ª. Por isso, terá que ser votado em primeiro lugar e antes ainda do articulado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Não há.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º com a alteração ao anexo que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do Partido Socialista; 18 votos do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos então agora ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 3.º e nomeadamente à proposta de alteração apresentada pelo CDS a este mesmo artigo.

Eu pergunto à Câmara, uma vez que o PS anunciou que não irá aprovar todas as propostas de alteração às alíneas, quais é que quererão votar em separado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Para informar a Câmara que pedimos a votação em separado das alíneas l) e u).

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma interpelação. Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

É para solicitar que, nas propostas de alteração do CDS, as alíneas fossem votadas separadamente.

Presidente: Muito bem.

Sendo assim, vamos então votar alínea a alínea e começamos pela proposta de alteração à alínea b).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS; 18 votos do PSD; 4 do CDS/PP; 1 do PCP; 1 do PPM; 2 votos contra do BE.

Presidente: Alínea f).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea g).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea h).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea i).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea j).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea k).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea l).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Ainda está a tempo, porque ainda não mandei sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS; 3 votos a favor do CDS/PP; 1 voto do PCP; 1 voto do PPM; 18 abstenções do PSD; 2 do BE.

Presidente: Alínea m).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea n).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea o).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea p).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea q).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea r).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea s).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea t).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea u).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do Partido Socialista; 17 abstenções do PSD; 3 votos a favor do CDS/PP; 2 abstenções do BE; 1 voto a favor do PCP; 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Alínea v).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: E por fim a alínea w).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar agora o artigo 3.º com estas alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4.º.

Acabámos de votar o artigo 3.º com as alterações que foram aprovadas.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Solicitava que se voltasse a repetir a votação geral do artigo 3.º, se faz favor.

Obrigada.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 3.º com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 16 votos do PSD; 3 votos contra do CDS/PP; 2 votos a favor do BE; 1 do PCP; 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então passar à votação do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 16 votos do PSD; 3 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 16 votos do PSD; 3 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 16 votos do PSD; 3 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 8.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS; 16 votos do PSD; 3 do CDS/PP; 2 do BE; 1 do PPM; 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 9.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 10.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a proposta de DLR foi aprovada com 30 votos a favor do Partido Socialista; 17 votos do PSD; 3 do CDS/PP; 1 do PPM; 2 abstenções do BE; 1 do PCP.

Presidente: Muito bem. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Alonso Miguel, pede a palavra para?

Deputado Alonso Miguel (CDS/PP): Uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra. Dispõe de cinco minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que nós, apesar de considerarmos que este plano e que a implementação deste plano chega um pouco tarde e a más horas, já devia ter sido implementado, e de menorizar algumas questões que nos parecem extremamente importantes, como a contaminação dos aquíferos da Praia da Vitória, damos aqui primazia àquele que é o objetivo último deste plano e que é a recuperação e salvaguarda da qualidade das massas de água.

Dizer ainda que nas propostas de alteração que nós tínhamos colocado, o facto de não terem aprovado as definições para lago ou lagoa e para ribeira implica, desde logo, duas coisas: uma, a definição que ali está deveria incluir todas as mais de 90 lagoas que existem nos Açores;...

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... duas, a definição de ribeira, tal como lá está, é a definição de rio que está presente na Lei da Água, e um rio não é igual a uma ribeira. Portanto, devia estar ali a definição correta, que nós tínhamos proposto, e que adequava aos critérios que eram utilizados no plano.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado José Contente, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também congratula-se pela aprovação deste importante instrumento estratégico para o planeamento e, sobretudo, para a ação do Governo Regional nas nossas águas territoriais e costeiras e, independentemente de alguma minudência que tenha ficado pelo caminho, o que realçou deste debate foi o entendimento claro de que a maioria dos partidos nesta Casa também fez o seu papel e o seu trabalho no sentido de considerar que os instrumentos de planeamento estratégico da RAA acabam por ser uma luz de quem tem razão, porque vê ao longe. E tem razão antes porque vê ao longe. E naturalmente que isto significa que não é de balde que a maior parte das associações internacionais, quer ligadas ao turismo, quer a outras situações, continuam a considerar, e ainda bem, a região, há muitos anos a esta parte, como uma região ambientalmente sustentável e é para isso que nós vamos continuar a pugnar nos Açores de hoje e de amanhã.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM absteve-se na votação inicial do documento. Tal como eu tinha dito na minha intervenção, foram aprovadas alterações por parte do Parlamento, os diversos grupos e representações parlamentares, neste caso só de grupos parlamentares, que introduziram melhorias significativas ao documento e, portanto, nesse sentido, votámos favoravelmente em votação global.

Devo dizer, só para terminar, que a declaração de voto que me antecedeu, a tal luz que vem ao longe, quero dizer, eu não votei este princípio que foi elaborado, votei um documento específico e não essa clarividência estratégica que a intervenção que me antecedeu referenciou. Portanto, que fique bem claro que estamos a falar de um documento específico e não de uma perceção estratégica, a tal luz que vem ao longe e que é brilhante e maravilhosa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Então, agora, sim, para a interpelação, Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h05m.

Eram 16 horas e 38 minutos.

Eram 17 horas e 15 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Deputada Bárbara Chaves ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, entramos agora no ponto 5 da nossa Agenda: Projeto de Resolução n.º 3/XI – “Recomenda ao Governo Regional a realização de um estudo sobre a problemática da toxicodependência”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos foram aprovados pela Conferência de Líderes e são os seguintes: o Governo, o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda dispõem de 25 minutos; o

PSD 20 minutos; o CDS 15 minutos; as Representações Parlamentares do PCP e do PPM têm 10 minutos.

Para apresentar o diploma, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

Eu vou tentar resumir, digamos, a história e o percurso deste projeto de resolução o mais possível, porque, sendo certo que tarde é o que nunca chega, parece que agora chegou a possibilidade de o vermos aprovado, na sua resolução e no seu desígnio, o que nos apraz registar.

Este projeto de resolução começou em março de 2015, quando o entregámos, nesta Casa, e quando referíamos o seguinte: “Os índices de consumo de substâncias psicoativas, na RAA, que constam dos relatórios anuais sobre a situação do país em matéria de drogas e toxicodependência, da responsabilidade do Instituto da Droga e Toxicodependência, IDT, devem ser complementados por uma investigação sistemática para que se identifiquem os fatores que lhes estão subjacentes. Nesse sentido, a presente resolução [em março de 2015] recomendava a elaboração de um estudo, por parte da Universidade dos Açores, que permitisse tal desiderato”.

Já agora, Sra. Presidente, se me permite, aproveito a oportunidade para solicitar que, no caso deste projeto de resolução ser aprovado em todas as linhas do corpo deste diploma, onde se lê “IDT” se possa substituir por SICAD, porque, na altura, este organismo já tinha sido substituído IDT pelo outro. Portanto, há aqui um erro que eu solicito que possa ser, em redação final, corrigido.

Este projeto de resolução obviamente que desceu à Comissão Permanente de Assuntos Sociais e, em setembro desse mesmo ano, portanto, em setembro de 2015, o então Secretário Regional da Saúde disse o seguinte, e leio o relatório da Comissão: “O Secretário Regional da Saúde disse suscitar duas hipóteses de interpretação deste projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda:

ou obter mais informações sobre a realidade desta problemática [problemática da toxicodependência] ou encontrar novas soluções para o combate a esta realidade. Uma vez que lhe [lhe, ao Sr. Secretário] parecia ser mais provável ser a primeira hipótese, o Secretário Regional da Saúde informou que já existem vários estudos e relatórios sobre este assunto, quer de âmbito regional, quer nacional, e por isso, juntando aos livros igualmente publicados nos Açores abordando esta temática, não lhe aprecia premente a realização deste estudo”.

Foi pena que ao Sr. Secretário Regional da Saúde de então não lhe tivesse ocorrido retirar o “ou”, é que não é obter mais informações sobre a realidade da problemática da toxicodependência na nossa região ou encontrar novas soluções para o combate a esta realidade. Não é “ou” é “e”, é fazer um estudo que nos permita obter mais informações, sobretudo de natureza qualitativa e não tanto quantitativa, porque essa temo-la através dos estudos de natureza nacional que englobam os Açores e porque conseguimos ter mais informações poderemos, de uma forma mais eficaz, encontrar novas soluções para o combate a esta realidade.

Obviamente que no seguimento desta postura e em sede de Comissão, o projeto de resolução do Bloco de Esquerda foi reprovado com os votos do Partido Socialista e a abstenção dos outros partidos para sede do Plenário.

Entretanto, no percurso deste projeto de resolução, o Partido Socialista mostrou abertura para rever a sua posição e mostrar, digamos, algum interesse em que este estudo, na realidade, fosse feito.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda entregou, nesta Casa, no dia 6 de julho do ano passado, 2016, um novo projeto de resolução, com uma proposta de substituição integral do anterior, que dizia, em epígrafe, o seguinte: “Os índices de consumo de substâncias psicoativas na RAA que constam dos relatórios anuais sobre a situação do país em matéria de drogas e toxicodependência, da responsabilidade do Instituto da Droga e Toxicodependência, leia-se SICAD,

devem ser complementados por uma investigação sistemática, para que se identifiquem os fatores que lhe estão subjacentes. Nesse sentido, a presente resolução recomenda a realização de um estudo sobre a problemática da toxicodependência na RAA que permita cumprir tal desiderato”.

Em dezembro de 2016, portanto, o mês passado, em sede Comissão Permanente de Assunto Sociais, o atual Secretário Regional da Saúde, acerca deste projeto de resolução, afirmou que “da parte do Governo a vontade é de cumprir o que a resolução determinar”. E acrescentou também que “para termos um estudo que nos dê a realidade específica dos Açores, levando a políticas melhor adaptadas à nossa realidade, há várias formas:...”, disse o Sr. Secretário Regional, “... o aumento da amostragem é uma forma; a inclusão de variáveis específicas é outra forma; ou uma proposta de raiz (raiz regional), caso não sejam satisfeitas as duas anteriores”, pelo que nós concluímos que há abertura da parte do Governo Regional e, se há do Governo Regional, há do Partido Socialista e vice versa, para que este projeto de resolução possa ser aprovado.

Gostaria, no entanto, nesta primeira intervenção, de clarificar com o Sr. Secretário Regional melhor estas três hipóteses, se elas são exclusivas ou se podem ser concomitantes e, portanto, complementarem-se entre si. Portanto, exatamente qual é a intenção do Sr. Secretário e a sua avaliação relativamente a este projeto.

Neste momento, nada mais a acrescentar, Sra. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A toxicodependência é um verdadeiro flagelo social em todo o mundo, em Portugal e também nos Açores, constituindo, indubitavelmente, uma das preocupações nucleares das famílias açorianas.

A dependência controla por completo o próprio toxicómano, corrói de forma grave a sua família e corrói também de modo igualmente grave toda a comunidade envolvente.

Se analisarmos a matéria ao nível das drogas ilícitas, importa que tenhamos em consideração os fenómenos da criminalidade, em especial dos crimes contra o património decorrentes da necessidade que o consumidor tem de obter recursos para adquirir o produto estupefaciente, do sentimento de insegurança gerado pela prática desses mesmos crimes, sobretudo na população mais vulnerável, como os idosos, e os meios que os órgãos de polícia criminal e demais entidades empregam no combate ao fenómeno.

Por outro lado, no campo das drogas lícitas, como, por exemplo, o álcool, não pode desprezar-se o efeito dessa dependência na desestruturação familiar e em todas as consequências que daí advêm para a globalidade dos membros do agregado, com especial incidência nas crianças e jovens que o integram.

O combate às dependências é uma guerra sem fim, mas à qual não devemos fugir. É uma luta difícil, que é travada diariamente por polícias, magistrados, profissionais de saúde, técnicos de ação social, professores e por muitos pais e mães, que não podem ser abandonados à sua sorte.

A perceção social acima descrita é complementada pela dureza dos números conhecidos. Como foi aqui referido, o relatório anual 2013, a situação do país em matéria de droga e toxicodependência traça um quadro negro da região, nesta matéria, quer na população em geral, quer na comunidade escolar. Anteriormente, os estudos *Dependências e outras violências*, realizados em 2005 e em 2009/2010, já tinham revelado dados preocupantes nesta região autónoma.

No âmbito da presente iniciativa, foram auscultadas várias entidades e o sentimento de abandono transmitido obriga-nos a agir rapidamente. A título de mero exemplo, a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Angra do Heroísmo refere que, “A importância da problemática na RAA é indiretamente proporcional às estratégias de mitigação do fenómeno com todas as consequências negativas que de tal facto advêm, demonstrando as deficiências da política de combate ao uso de substâncias e a outras problemáticas aditivas”. E conclui a referida Comissão, que volto a citar: “Há inequivocamente um défice claro nas iniciativas de intervenção, mormente no domínio da prevenção”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A região precisa de uma estratégia para abordar de forma articulada o problema das dependências que não fique apenas no papel e tenha concretização prática. Neste âmbito, é fundamental e urgente realizar um estudo sobre o tema, do qual resulte um diagnóstico completo e atualizado. Entendemos que deve abranger uma multiplicidade de comportamentos aditivos e contemplar todas as variáveis necessárias à caracterização de cada ilha, numa metodologia que permita concretizar o conceito “Pensar global, agir local”, de modo a que consigamos melhorar progressivamente os mecanismos de prevenção, identificação de situações de risco, tratamento e reinserção, numa verdadeira estratégia regional de prevenção e combate às dependências.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Ramalho, tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A dimensão do fenómeno das dependências ultrapassa o consumo de substâncias estupefacientes e psicotrópicos, por definição, ilícitas, já que se estende ao consumo de substâncias lícitas, como seja o álcool e o tabaco, cujos consumidores, infelizmente, se iniciam em idades cada vez mais precoces.

O atual Programa do Governo prevê, em conjugação com os vários parceiros da sociedade civil, a prevenção e o combate ao consumo, bem como a diminuição das dependências, através da implementação de programas e medidas de prevenção, assegurando ganhos em saúde e potenciando a adesão ao tratamento e à reinserção.

No entanto, é necessário garantir, cada vez mais, os mecanismos adequados para a efetivação do combate às dependências, promovendo o diálogo intrassectorial e intersectorial, com vista à criação de mecanismos de acompanhamento e atualização, cada vez mais sólidos.

É certo que este é um esforço que não se deve resumir apenas à ação do Governo. As famílias, as forças de segurança e a comunidade escolar e a sociedade em geral têm um papel determinante na prevenção dos comportamentos de risco dos nossos jovens.

No atual Programa do Governo há também um objetivo claro no reforço das políticas de promoção de estilos de vida saudáveis, através de várias medidas, que, no nosso entender, vão ao encontro das necessidades da região.

A criação da Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências é um exemplo claro da aposta do atual Governo na prevenção deste flagelo social, mas não só. Medidas como o fortalecimento da estrutura regional de prevenção e combate às dependências e a consolidação e implementação da estratégia regional para a promoção de estilos de vida saudável e a prevenção de comportamentos de risco, designadamente nas áreas da intervenção na promoção da saúde em contexto escolar, ou a aposta na parceria com as IPSS e

privados no âmbito das dependências em complementaridade com as instituições do Serviço Regional de Saúde. A criação de um programa de apoio e suporte às famílias dos utentes com problemas das dependências ou ainda o fortalecimento da estratégia relativa ao consumo do tabaco, nomeadamente através da manutenção e consolidação das consultas de cessação tabágica.

Estes são alguns dos exemplos concretos, no entanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que, apesar de todos os esforços realizados, a situação atual não é a mais desejada.

Neste sentido, é do nosso entender que o presente projeto de resolução poderá vir a ser uma mais valia para a nossa região, já que permitirá aprofundar e conhecer a problemática de modo mais real e objetivo, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento das políticas existentes ou até para a implementação de novas medidas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que não tive nenhuma dúvida em transmitir que a Representação Parlamentar do PPM votará favoravelmente esta iniciativa e fiz esta afirmação logo em sede de Comissão.

É evidente que se trata de um projeto de resolução que tem e assume, do ponto de vista do diagnóstico da situação, da descrição da atual situação, frases duras e tem uma análise dura. Por exemplo, “O Bloco de Esquerda afirma que se constata, igualmente, que o consumo da heroína, que é uma das substâncias com maior capacidade aditiva, tem registado um aumento da sua prevalência na RAA. A região regista também a maior taxa de prevalência de consumo relativamente às novas substâncias em comparação com as outras regiões do

país”. E diz ainda, citando o relatório anual de 2013, “A situação do país em matéria de drogas e toxicodependência permite ainda concluir que a RAA, ao contrário da generalidade do país, com exceção das regiões de Lisboa e Alentejo, é a região onde se verifica um maior aumento de consumos recentes de qualquer droga”.

Portanto, é uma análise dura, que não está a escamotear a verdade da nossa situação e a vulnerabilidade da RAA nesta matéria. Só que, como a Sra. Deputada teve a ocasião de descrever na sua intervenção, há aqui uma alteração. A alteração que existe é política, é por parte do Governo Regional, nomeadamente pelo novo Secretário Regional da Saúde, há uma nova atitude. E a nova atitude é enfrentar este problema, reconhecer que ele existe e que se trata de um problema de enorme gravidade. E nesse sentido, a sua atuação, a sua interpretação é completamente diferente da que teve o anterior titular da pasta. Dito isto, nós tivemos a oportunidade de ler um conjunto significativo de pareceres que chegaram a esta Casa em relação a este projeto e todos esses pareceres assumem....

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E alguns bem interessantes!

O Orador: ... que um estudo com estas características tem uma importância transcendental.

Primeiro, para conhecermos de forma muito específica esta realidade e depois também é um estudo, da forma como está descrito, proactivo, no sentido em que se pretende identificar o conjunto de estratégias que podem vir a ser implementadas para combater com sucesso este flagelo.

Nesse sentido, todos os pareceres reconhecem a necessidade e o mérito desta iniciativa.

Eu, para terminar, gostava de dizer que esta é uma das áreas em que é necessário...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ela está a passar um atestado de incompetência a vocês!

O Orador: ... que exista, por parte de todo o sistema político dos diversos partidos e do Governo, unidade na ação e que seja afastada aqui qualquer perceção ou qualquer tentativa de fazer luta política e partidária nesta questão. Eu acho, acho, não, tenho a certeza absoluta que este tema nos une a todos, à esquerda e à direita, que todos estamos preocupados e que não há dúvida nenhuma que os dados apontam para uma situação preocupante. É preciso agir e agir com determinação e, já agora, com unidade em relação a esta matéria.

Por isso, Sra. Deputada, da parte do PPM, tem o apoio entusiástico a esta proposta, reconheço-lhe o mérito, uma importância estratégica muito importante e também reconheço ao Sr. Secretário da Saúde uma nova atitude e uma abertura que eu penso que deve ser registada neste Parlamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. Secretárias e Srs. Membros do Governo:

O CDS obviamente que considera a temática aqui trazida pelo Bloco de Esquerda muitíssimo pertinente, até porque a RAA continua a ser referida como uma das regiões mais problemáticas em termos de dependências.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: E se já os relatórios anuais que aqui foram referidos são muito duros em relação às toxicodependências na região, se formos olhar para o relatório do SICAD, de julho de 2016, sobre os comportamentos adictos aos 18 anos, é devastador. E não posso deixar de mostrar aqui os resultados. Os Açores estão destacadíssimos no consumo de anfetaminas, no consumo de novas substâncias psicoativas, o dobro do consumo do total nacional, destacadíssimos no consumo de alucinogénios, destacadíssimos no consumo de cocaína. Na

região, nós temos 10,3% de consumo de novas substâncias psicoativas enquanto o total nacional é de 4,9. Em relação aos alucinogénios, Açores 8,7, o total nacional 4,8, praticamente o dobro em quase tudo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quase quatro vezes mais!

A Oradora: Só temos o segundo lugar no consumo da canábis.

Mas mais grave do que isso. No mesmo estudo, foram avaliados os tipos de problemas associados ao consumo de substâncias ilícitas e novamente a região encontra-se destacada em relação a todos, e refiro-me: os Açores estão à frente nos problemas relacionados com o rendimento na escola e no trabalho; os Açores estão destacados nos problemas de conduta em casa; os Açores estão destacados nos problemas financeiros que resultam dos consumos, nos atos de violência de conduta desordeira, nas questões de saúde, na condução sob o efeito de álcool e drogas e só se encontra em segundo lugar nas relações sexuais desprotegidas devido ao consumo de substâncias ilícitas. Portanto, isto é o quadro da região, em 2016, em jovens de 18 anos.

Portanto, estes resultados são a prova cabal de que a nossa política regional de combate às dependências falhou redondamente e falhou redondamente porque a região, nos últimos anos, resumiu-se a andar a distribuir metadona, ou seja, a de substituir uma droga de adição por uma droga de substituição, que a única coisa que faz é tentar mitigar os sintomas de privação, porque, a longo prazo, são drogas que se tornam também drogas com grandes dependências, como todos nós sabemos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não é bem assim!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É, é!

A Oradora: Portanto, a este respeito, Sr. Secretário, eu gostaria de saber e que me esclarecesse,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenha dúvidas!

A Oradora: ... as drogas de substituição, a única coisa que fazem, e volto a repetir, Sra. Deputada, é tentar controlar os sintomas de privação e tentar controlar um problema que é social, mas são drogas que, no futuro, acabam por se tornar, elas próprias, dependências.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: E em relação a estas drogas de substituição, Sr. Secretário, gostaria de lhe colocar as seguintes questões.

Porquê a diferença de abordagem existente nas diferentes ilhas? Isto porque em São Miguel e na Terceira é administrada metadona, enquanto, por exemplo, no Faial é administrado o suboxone.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isto é uma proposta do Bloco de Esquerda. Tem de fazer perguntas é ao Bloco de Esquerda!

A Oradora: E gostaria de saber se existem dados que justifiquem esta diferença de abordagem na RAA, se os médicos têm...

Presidente: Sra. Deputada, alerto apenas para a temática do que estamos aqui a tratar,...

A Oradora: Toxicodependência!

Presidente: ... que é apenas o estudo...

Sim! Não é toxicodependência, é o estudo sobre toxicodependência!

A Oradora: Sim, está bem, mas estamos a falar... Oh, Sra. Presidente!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Alto e pare o baile!

A Oradora: Neste Plenário, já tivemos latitudes muitíssimo maiores.

Presidente: Oh, Sra. Deputada, a questão... Sra. Deputada Graça Silveira,...

A Oradora: Já agora, Sr. Secretário, cada vez que se fala...

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira!

A Oradora: Eu peço desculpa, Sra. Presidente.

Presidente: A questão da latitude, quem a concede é a Mesa.

A Oradora: Com certeza!

Presidente: A única questão que eu estou a alertá-la é que, naturalmente, fez uma pergunta que eu não disse que não a poderia fazer, alertei-a que o assunto que estamos aqui a tratar é um projeto de resolução para que se faça um estudo e, naturalmente, todo o enquadramento que fez foi admitido e faz todo o sentido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E porque se faz um estudo? Essa agora!

A Presidente: O que a senhora está agora a tentar saber é medidas concretas, neste caso concreto de medidas sobre drogas de substituição e por que é que elas se fazem de forma diferente em diferentes ilhas. Não é exatamente isto que nós estamos aqui a tratar.

A Oradora: Oh, Sra. Presidente....

Presidente: Todo o seu enquadramento, Sra. Deputada,...

A Oradora: Eu peço desculpa.

Presidente: ... faz sentido, porque consubstancia a necessidade do estudo, como a senhora própria alegou, mas, claramente, que a questão vai um pouco além daquilo que está aqui a ser tratado. Estava só a alertá-la para isso, para ter em consideração, no decorrer da sua intervenção.

A Oradora: Sra. Presidente, eu devo lembrar-lhe que só faz sentido fazer um estudo sobre a problemática da toxicod dependência se esse estudo permitir resolver as questões da toxicod dependência.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E que a gente tem de referir!

A Oradora: E as questões da toxicod dependência na região têm sido resolvidas assim. Numas ilhas a administrar metadona....

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Por muito que incomodem ao Partido Socialista, a verdade é essa!

A Oradora: ... e noutras suboxone. Portanto, este estudo pode, inclusivamente, chegar à conclusão de que é mais importante administrar suboxone no Faial e

metadona em São Miguel. Portanto, acho que esta pergunta está enquadrada e é mais que legítima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando começa a ver o Partido Socialista incomodado, interrompe!

A Oradora: Já agora, tentando enquadrar mais, Sr. Secretário, pergunto-lhe...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Só espero que o tempo tenha sido descontado!

A Oradora: ... se nos podia dar os resultados, neste momento, quais são as taxas de sucesso de adesão à terapêutica e quais são as taxas de reabilitação, para termos uma ideia daquilo que temos estado a aplicar na região, durante estes últimos anos, qual foi o resultado que se obteve depois dos milhões que se gastaram.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: E já agora também gostaria de questionar sobre, por exemplo, o apoio à família, porque todos nós sabemos que este é um dos grandes dramas da toxicod dependência na juventude, onde é que está o apoio às mães, que têm, muitas vezes, que tomar decisões difíceis quando têm filhos desesperadamente em síndrome de privação a chantagear uma família inteira. Precisam de apoio psicológico, precisam de apoio...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que estão as assistentes sociais? Onde é que andam?

A Oradora: ... de como devem atuar e intervir nesses momentos, onde é que está esse apoio à família e onde é que está o apoio à família e aos jovens que, todos os dias, travam uma luta para se manterem na abstinência, porque todos nós sabemos que as recaídas são muitas e que a cada recaída recomeça um novo inferno.

Portanto, para já, fico-me com estas questões.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Em matéria de consumo de drogas e de toxicodependência nos Açores, parece ser consensual que nos defrontamos com um problema...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do CDS/PP e do PS)

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... que faz com que nos situemos acima da média nacional nas prevalências de consumo de qualquer droga, na população total e na jovem adulta.

É uma situação extremamente preocupante também porque existe uma prevalência elevada de consumos entre a população escolar, de acordo com dados do SICAD, com as óbvias e graves consequências de saúde para as novas gerações de açorianos.

Perante a gravidade desta situação, o BE recomenda ao Governo Regional que elabore um estudo. O estudo é sem dúvida útil, mas devemos compreender que as raízes da questão são mais fundas e amplas e o combate necessário tem de ser feito a vários níveis da governação para lá da saúde.

Desde logo, no sector da educação, onde o elevado número de alunos por turma e a concentração de milhares de crianças e jovens em mega-escolas dificultam a detecção e intervenção precoce em comportamentos desviantes.

Mas também e em muito boa parte, no campo do emprego e na conciliação da vida profissional e familiar. A falta de emprego e a falta de perspectivas de futuro tornam muitos jovens açorianos mais vulneráveis aos comportamentos de risco e mesmo à dependência. A ausência dos pais, por horários laborais prolongados e instáveis, favorece a desarticulação familiar, a ausência de

comunicação no seio da família, facilitando também o surgimento de comportamentos desviantes.

Ainda a ausência de emprego constitui-se como uma enorme e dificilmente transponível barreira, na recuperação de cidadãos toxicodependentes, tornando muito difícil devolver-lhes perspectivas de vida e uma verdadeira reintegração social.

Há uma componente económica e social, e não apenas do campo da saúde e dos comportamentos, que não deve ser ignorada pelo estudo a realizar.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Para além do elenco das matérias a serem estudadas, coloca-se também a questão da forma da sua execução. Levanta-nos dúvidas a opção por recomendar ao Governo que elabore um estudo, empregando meios e fundos públicos que seriam melhor empregues no reforço das estruturas de prevenção e combate ao consumo de drogas, quando a própria Assembleia possui meios e inteira competência para aprofundar estas matérias e decidir sobre alterações às políticas seguidas nestas áreas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade! Apoiado!

O Orador: Aliás, o Governo Regional anunciou já um conjunto de medidas nesta área, incluindo um plano regional de intervenção nos comportamentos aditivos, que competirá a esta Assembleia apreciar e acompanhar e que irá merecer toda a nossa atenção.

Assim, pensamos que faria muito mais sentido encarregar a Comissão de Assuntos Sociais de elaborar um relatório aprofundado sobre esta matéria, podendo esta solicitar dados actualizados, promover audições de entidades, técnicos e especialista com intervenção nesta matéria, entre muitas outras diligências pertinentes.

Pensamos que, desta forma, se valorizaria e dignificaria este Parlamento. Concordamos com a realização de um estudo. Pensamos que deve ser a própria Assembleia Regional a fazê-lo.

Apesar do diferente entendimento que temos sobre quem deverá ter a responsabilidade sobre este estudo, julgamos importante que o mesmo se faça, pelo que, com a ressalva já mencionada, concordamos genericamente com a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h20m.

Eram 17 horas e 48 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 27 minutos.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Bem sei que o Sr. Secretário Regional ainda não se pronunciou, mas, já agora, podemos continuar a levantar algumas questões que são, simultaneamente, pedidos de esclarecimento.

Quando no ponto 1 a nossa proposta de resolução enumera alguns dos aspetos que este eventual estudo, a ser aprovado, deverá abordar, nomeadamente (é o termo aqui utilizado) quanto a escalão etário, género, situação perante a escolaridade e o emprego, condições socioeconómicas, tipologia e padrões de consumo e área geográfica de residência, obviamente que há uma outra variável que nós não pusemos aqui, mas que, estou segura, estará dentro da ideia do Governo Regional em fazer este estudo, que é as razões do consumo. O facto de não estar aqui especificado, não exclui, até porque alguns pareceres referiram esta variável.

Outra referência que também os pareceres fizeram e que também gostaria de esclarecer para ver se estamos todos a pensar a mesma coisa é que quando o nosso projeto de resolução fala em toxicodependência, obviamente que estamos a referir drogas lícitas e ilícitas, pelo que o álcool e o tabagismo também estão aqui incluídos, até porque o tabagismo também tem uma incidência particular e significativa na nossa região. Também levantou algumas dúvidas em alguns pareceres e eu gostaria de aproveitar a oportunidade para deixar essa clarificação de que nos referimos a drogas lícitas e ilícitas.

A outra clarificação, e aí peço o contributo do Sr. Secretário Regional, porque, de facto, alguns pareceres também referem essa outra variável, é a situação dos reclusos, portanto, a situação da toxicodependência, nomeadamente das doenças associadas a esta doença e que, como nós bem sabemos, pululam nos nossos estabelecimentos prisionais, infelizmente, e mesmo hábitos de dependência, que os reclusos têm ou obtêm quando estão no estabelecimento prisional, mas não entraram lá com eles. Portanto, se a situação dos estabelecimentos prisionais na

nossa região, de alguma maneira, também pode estar aqui ou não a ser pensada, digamos assim.

Finalmente, nesta segunda intervenção, nós percebemos que o Governo Regional tem toda a legitimidade para escolher as instituições e os parceiros a quem quer entregar este estudo. Na realidade, na nossa primeira proposta, tínhamos direcionado para a Universidade dos Açores, mas aceitamos, sem qualquer prurido, que sejam outras entidades e outras instituições a fazer. De qualquer maneira, a pergunta é: Se, à partida, o facto de termos retirado a Universidade dos Açores invalida que ela possa ser um parceira, em alguma parte deste estudo, já que ele é multidisciplinar, ou se o Governo entende que a Universidade dos Açores não tem cabimento nesta proposta de estudo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Informo a Câmara que está presente nas galerias um antigo deputado desta Casa, José Gabriel Eduardo, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Muito bem. Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar essa minha intervenção dizendo que, naturalmente, este é um flagelo duro e é reconhecido por todos que é um flagelo duro e difícil e também gostaria de realçar a própria unanimidade que esta proposta de resolução acatou em Comissão, incluindo também as próprias declarações do Sr. Secretário, que revê neste estudo um papel fundamental nas políticas a desenvolver daqui para a frente. Porque, independentemente dos resultados que nós temos, eles não são bons, mas devem servir de motivação ao trabalho a

desenvolver daqui para a frente, porque é do futuro que nós estamos a falar. O passado é um problema e é um problema reconhecido, mas o mais importante aqui é o futuro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E o Grupo Parlamentar do PS acha que esse estudo é pertinente, é muito importante e deve ser uma ferramenta para o desenvolvimento das políticas a serem implementadas na região daqui para a frente.

Há aqui também três áreas que eu gostava de realçar na minha intervenção: a parte da prevenção, a parte do tratamento e a parte da inclusão ou inserção dessas pessoas. Achamos que esse estudo deve colmatar essas três áreas, abranger essas três áreas, porque não vale a pena nós estarmos a trabalhar um utente e depois não haver a parte de inserção dele na própria sociedade, criando aí uma barreira ao próprio trabalho que é feito com eles.

Vimos também aqui, desde o início dessa mesma legislatura, a forma como este Governo Regional iria olhar para essa temática, com a própria criação da Direção Regional, e até numa entrevista da própria Diretora Regional, de domingo passado, há aqui vertentes que nós achamos extremamente importantes. A definição de políticas intersectoriais, que são extremamente importantes, o envolvimento das escolas, da parte política das escolas, das polícias de segurança pública e até mesmo a própria sociedade, que é importantíssimo trabalhar a sociedade nessa temática, não só os próprios utentes, mas também a sociedade, passar a mesma mensagem a diferentes públicos alvo, ou seja, adaptar a mensagem que queremos passar sobre essa temática ao público alvo. Naturalmente que a forma como se passa essa mensagem ao adulto não é igual a uma criança, e aí temos que ter um papel fundamental na definição dessa mensagem. E também queria realçar que nem tudo foi mal feito, nos últimos anos, independentemente dos resultados que nós temos.

A criação de um programa de apoio às famílias dos utentes é importantíssimo e nós achamos pertinente que isso seja realizado e tem sido feito, nestes últimos quatro anos. As próprias unidades de saúde de ilha, que passaram a ter mais autonomia na intervenção ao combate das próprias dependências. A própria Juventude Socialista Açores defendeu o apoio a projetos concelhios e multidisciplinares. A própria DRJ desempenhou um papel fundamental no apoio a vários projetos de sensibilização aos hábitos aditivos. Encerrou-se, nesta Casa, na última legislatura, a primeira e última *smart shop* criada nos Açores. O número de jovens em programas de prevenção, desde 2009 até agora, tem crescido de forma exponencial, que é um dado importantíssimo, e as próprias comissões de dissuasão, que têm um papel fundamental na aproximação dos consumidores aos serviços de saúde. E aqui quero realçar o próprio trabalho que todos os técnicos têm tido, nos últimos quatro anos, têm sido incansáveis, tanto os psicólogos, como os assistentes sociais, os próprios médicos, os enfermeiros e até a parte política. Têm sido incansáveis nesse trabalho que têm desenvolvido, nos últimos quatro anos, e que, aliás, é reconhecido por alguns membros desta Casa em funções que desempenhavam antes de cá chegarem. E até mesmo o próprio Bloco de Esquerda, no seu projeto de resolução, e cito: “A iniciativa também esclarece que esses dados [os dados do SICAD] só por si podem não evidenciar a ausência de políticas de prevenção”. Portanto, o Bloco de Esquerda, independentemente de achar pertinente esse estudo, também reconhece que, nos últimos quatro anos, tem havido uma política real de prevenção desse tal flagelo.

Se os resultados não são bons, se há um esforço de todos, dos técnicos, do próprio Governo Regional, e se há a concordância na realização do estudo, nós entendemos que temos os ingredientes necessários para criar uma boa e melhorada receita no combate a esse flagelo. Essa é a posição do Grupo Parlamentar do PS.

Aliás, e relacionando esse programa com a própria criminalidade, que foi levanta aqui, é importantíssimo juntar essas duas problemáticas, e eu dava aqui o exemplo, que eu conheço em concreto, do Concelho da Povoação, desse trabalho que já está a ser feito. É um trabalho que já está a ser feito e já está na fase do trabalho da própria sociedade, e que eu acho pertinente que até sirva de exemplo para este estudo, para uma melhor inserção dessas pessoas na sociedade onde se inserem e que, no início desse programa, a criminalidade no Concelho da Povoação passou de um certo número, que eu não sei de cor qual era, para zero. E isto são dados que a própria Polícia de Segurança Pública naquele concelho deu. Portanto, é um exemplo do bom trabalho que tem sido feito nos Açores. Esse é outro bom exemplo.

Outros parceiros, e pegando na parte dos parceiros que esta comissão pediu, há outros parceiros que reconhecem a importância deste próprio estudo. Aliás, muitos deles se oferecem para participar nesse estudo. Portanto, há aqui um consenso geral sobre a importância deste estudo e acredito que esse consenso irá até ao fim, no dia de hoje.

Obviamente, e se calhar dando aqui uma achega ao Sr. Deputado do PCP, o Grupo Parlamentar do PS não concorda que esse estudo seja feito pela Comissão. Acho que os deputados da própria Comissão não têm conhecimentos técnicos e específicos para a realização de um estudo tão pormenorizado e dessa envergadura. Se nós nos baseamos num estudo do SICAD, que tem um reconhecimento internacional do bom trabalho que faz, até mesmo nas próprias conclusões que tira desse estudo, eu não acredito que haja um deputado nesse SICAD. Portanto, o seu a seu dono e acho que deve ser uma entidade, aquelas que o Governo Regional entender,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... pode ser a Universidade dos Açores, as próprias comissões de dissuasão, as próprias forças de segurança pública podem ser incluídas nesse

estudo, em opiniões. Aliás, tal como a própria Comissão fez, que pediu pareceres às entidades competentes na matéria, portanto, nós somos da opinião que o seu a seu dono e naturalmente que não seria a própria Comissão de Assuntos Sociais a fazer esse estudo.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários Regionais:
Depois desta pausa regimental, vamo-nos recentrar no problema e...

(Aparte inaudível)

O Orador: Recentrar! Fizemos uma pausa e agora eu próprio vou voltar à questão.

Portanto, não nos descentramos da importância que esta iniciativa parlamentar do Bloco de Esquerda tem e tem para o Governo Regional.

O Governo Regional já teve oportunidade, na Comissão própria, de dizer que estava disponível para levar a cabo esse estudo.

Os próprios pareceres que foram apensos ao relatório final também vão neste sentido e todos eles reconhecem que a intenção do Governo Regional de estabelecer uma política mais integradora e abrangente é fundamental, reconhecendo também, e o parecer que o Sr. Deputado Carlos Ferreira citou da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Angra também reconhece, que o facto de termos agora, do Governo Regional ter apresentado uma Direção Regional para a Prevenção e Combate às Dependências é uma decisão que eles congratulam e permite augurar a definição de uma verdadeira

política integrada de intervenção neste domínio, ou seja, são os próprios parceiros do terreno que assim o reconhecem, tal como nós apresentámos aqui, na discussão do Programa do Governo.

Nós todos sabemos que existem cinco pilares onde nós temos que trabalhar nesta área: a prevenção, a dissuasão, o tratamento, a menorização dos riscos e a reinserção. E nós, tal como o Sr. Deputado Carlos Ferreira disse, estamos também muito preocupados com o primeiro pilar, que é a questão da prevenção, para podermos ter uma perspetiva de futuro de minorarmos os resultados que, até agora, são presentes.

O estudo que foi citado aqui, de 2014, do SICAD, revela-nos dados obtidos em 2012. A Sra. Deputada Graça Silveira já fez menção a um estudo mais recente, especificamente para os 18 anos, há também outro estudo que está presente na página do SICAD relativo ao Dia da Defesa Nacional, em 2015, que também, como é óbvio, revela dados preocupantes. Nós já estamos a colaborar com o SICAD para repetir esse estudo e assim termos mais um termo de comparação este ano no Dia da Defesa Nacional, quando se realizar nos Açores, e, em Comissão, eu fiz uma primeira apreciação sobre a oportunidade de nós utilizarmos o estudo que, em 2016, irá ser produzido pelo SICAD, é o mesmo estudo que falámos de 2014, mas agora atualizado para 2016, o Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, e, em Comissão, disse que já tinha feito um contacto preliminar de perceber se ainda íamos a tempo de, eventualmente, poder utilizar este estudo de uma forma mais abrangente, no sentido de, por exemplo, diminuir a taxa de erro que o estudo possa ter ao nível amostral e aumentar a amostra para os Açores. Também disse em Comissão que íamos, a partir dali, estudar as variáveis que o próprio estudo encerrava e verificar se ele respondia àquilo que era pretendido nesta resolução e também na ideia que o Governo Regional tinha de termos um estudo mais qualitativo e que fosse mais abrangente ao nível de cada um dos territórios.

Também falei em Comissão que nós estamos preocupados não só com as taxas de prevalência, mas percebermos quais são os fatores de risco, ou seja, porque se leva ao consumo, as razões, mas também que fatores protetores é que possam existir em cada território que minorizem esse problema.

E, como tal, são essas variáveis que nós estamos dispostos a incluir no estudo.

Dos contactos já estabelecidos e de uma reunião que está agendada já com os responsáveis deste estudo a nível nacional, conseguimos perceber, mantendo o estudo à estrutura que existe desde o que foi apresentado em 2014, ele corresponderá na íntegra àquilo que todos nós pretendemos. Como tal, o Governo Regional estará disponível, depois dessa reunião, de acertarmos, de facto, a metodologia, que possamos alargar para um outro estudo que complemente com as variáveis que nós todos pretendemos que venham a ser analisadas. E, como tal, a Universidade dos Açores poderá ser uma parceira, como outra universidade qualquer, o que é preciso é que nós cumpramos o que está na resolução, há um ano para cumprir e é isso que nós queremos e, portanto, todos os parceiros que queiram colaborar connosco serão bem-vindos e é isto que nós faremos para cumprir as determinações desta resolução.

Como é obvio, o nosso entendimento, Sra. Deputada Zuraida, é que, de facto, vamos falar de comportamentos aditivos e dependências de uma forma global, em que vamos incluir, como é óbvio, o álcool, o tabaco, mesmo a questão da medicação não prescrita, o jogo, a internet, portanto, todas aqueles comportamentos aditivos que, hoje em dia, os jovens, na nossa sociedade, têm à sua disposição e estão nos seus comportamentos.

Como tal, este é o nosso entendimento, portanto, por aí não haverá qualquer problema.

O próprio estudo de SICAD inclui a parte dos reclusos e, como tal, estará completamente abrangido por esta área.

Relativamente à Sra. Deputada Graça Silveira, focou-se na questão de um dos pilares, que é o do tratamento, eu próprio estou interessado e já encarreguei a minha equipa da Direção Regional de analisar e ter dados os mais recentes possíveis sobre essa questão do tratamento, da questão da substituição opiácea, das diferenças entre os tratamentos em cada uma das ilhas relacionadas com os programas que estão no terreno, ou seja, é da responsabilidade dos médicos que dirigem ou que estão ao serviço de cada um desses programas esta prescrição e, portanto, é preciso perceber, efetivamente, se aquilo que a evidência científica nos dá relativamente, por exemplo, à metadona se está completamente a ser seguido. Não tenho aqui dados para lhe dar que nos deem uma taxa de sucesso do programa, é preciso termos uma série que nos dê as altas, a volta ao programa, a deslocação que existe entre os programas de droga livre e os programas de substituição opiácea, portanto, há aqui um conjunto de informação que só tendo uma série nós poderemos perceber a taxa de sucesso e a efetividade que esta componente de um dos cinco pilares onde temos que atuar pode-nos dar, que é a questão do tratamento.

Nós também já definimos que é necessário que a nossa política abranja todas as componentes relacionadas com a família, com a escola e com a comunidade no seu todo.

Portanto, nessa perspetiva, já anunciamos em sede de Programa de Governo que a questão do apoio à família, a questão da reinserção é algo que nós vamos trabalhar com os outros órgãos do Governo Regional, a Secretaria Regional da Solidariedade e com a componente do emprego para implementarmos políticas que vão ao encontro deste nosso pensamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Corvelo, pede a palavra para?

Deputado João Paulo Covelo (PCP): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, se faz favor.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19h05m.

Eram 18 horas e 49 minutos.

Eram 19 horas e 10 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Deputado Bruno Belo)

Presidente: ... *[Corte na gravação]*... Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, Sra. Presidente, eu não me ia inscrever já, mas após dois anos de espera com este projeto de resolução, nesta Casa, temo ser, ou que ele seja novamente atropelado legitimamente pelo Regimento e, então, antes que haja outro atropelamento, eu gostava de dizer mais alguma coisa. Quando falo em atropelamento falo nos regimentais e legítimos intervalos.

E a primeira coisa que eu gostaria de dizer, até em resposta a intervenções já havidas, é que o Bloco de Esquerda não põe em causa, nunca o fez, que tem havido da parte do Governo Regional, deste e dos anteriores, medidas que pretendem responder ao flagelo social que é a toxicodependência e a dimensão que ela tem na nossa região e gostávamos que isso ficasse bem claro. Nunca o negámos e muito menos negámos o profissionalismo, o empenho, a abnegação das centenas de técnicos que lidam, direta ou indiretamente, com esta problemática. Agora, temos que chegar a uma conclusão. Alguma coisa está a

falhar para nós termos a dimensão deste problema que temos, na nossa região. Se há trabalho, se há empenho, se há medidas, se há iniciativas e que são inegáveis, alguma coisa falta: Faltarão articulação? Faltarão uma estratégia claramente delineada? Faltarão troca de informações e trabalho em rede mais aprofundado entre as diferentes instituições? Alguma coisa falta. Portanto, quando, em vários momentos, houve quem dissesse que o Bloco de Esquerda estava apenas a propor mais um estudo, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, poderá ser mais um estudo, mas nós pensamos que se tivermos que fazer mais dez estudos até percebermos onde é que estamos a errar, a nossa população merece esforço. Portanto, não é apenas mais um estudo. O que nós acreditamos e não temos nenhuma dúvida, neste momento, é que, daqui a um ano, o Governo regional, a tutela, as instituições e esta Casa terão seguramente nas suas mãos um estudo, porque é esse o prazo para o apresentar, que também está obrigado a delinear estratégias de intervenção nesta problemática, de acordo com o diagnóstico, e se daqui a dois ou três anos chegarmos à conclusão que o problema não teve nenhum nível de sucesso, voltamos a ter outra iniciativa qualquer, ou o Bloco ou o Governo ou qualquer outro partido dentro desta Casa. Desistir, em nome, enfim, seja de que outras razões for, nomeadamente económicas, porque os estudos custam dinheiro, é óbvio, é que em penso que nenhum e nenhuma de nós está disposta a fazer.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à iniciativa em concreto trazida aqui pelo Bloco de Esquerda, que é da realização de um estudo sobre a problemática da toxicod dependência, o CDS considera que um estudo para obter o mesmo tipo de informação que já existe em estudos feitos por entidades a nível nacional, nomeadamente o SICAD, mesmo com o aumento da amostragem, como era uma das sugestões feitas pelo Sr. Secretário Regional, não nos vem dar informação adicional sobre a problemática. Portanto, ou temos um estudo que é efetivamente capaz de destrincar as diferentes realidades das nossas ilhas e os seus respetivos contextos para que nós possamos, finalmente, delinear uma estratégia regional para a problemática ou, caso contrário, o estudo é pouco: é pouco ambicioso, é pouco eficaz e, depois, também, é pouco racional em termos de racionalização de gastos.

Portanto, aquilo que eu acho que é importante é que este estudo, primeiro, faça uma análise da nossa realidade recente. E reconheço a frontalidade com que o Sr. Secretário respondeu à minha pergunta, dizendo, “Eu não sei, hoje, quais são as taxas de reabilitação, eu não sei, hoje, quais são as taxas de adesão à terapêutica e já estou motivado para perceber as diferentes abordagens em termos de terapias de substituição que estão a acontecer nas diferentes ilhas”. Portanto, primeiro, é importante que este estudo integre os resultados do nosso passado recente, para percebermos o que é que não funcionou e mudarmos a estratégia. Porque aquilo que a região precisa, efetivamente, não é de mais um estudo. Aliás, por falar em mais um estudo, eu devo lembrar, porque eu acompanhei as várias reviravoltas e várias baixas à Comissão e as substituições integrais deste projeto de resolução e uma das coisas que desapareceu pelo caminho foi a Universidade dos Açores, que penso que faria todo o sentido estar envolvida num estudo sobre a realidade regional.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas quem é que diz que não vai lá estar?

A Oradora: Nós temos psicólogos, nós temos sociólogos que estudam sobre o nosso contexto especificamente, eu pergunto, se não for a Universidade dos Açores, vai ser uma entidade nacional? Então, a ser uma entidade nacional, voltamos à estaca zero e à proposta do Sr. Secretário de integrarmos o estudo do SICAD com uma amostra mais alargada. Porque, ou fazemos um estudo...

Deputado André Bradford (PS): Mas é importante ou não é importante?

A Oradora: Não!

... que, efetivamente, nos dê uma informação adicional e que permita destrinçar as nossas diferentes realidades, até por ilha e por diferentes contextos, ou, então, se é para obter o mesmo tipo de informação, torna-se completamente desnecessário e não percebo por que é que a Universidade dos Açores, que aparece no primeiro projeto de resolução, entretanto, desapareceu. Não sei se a Sra. Deputada Zuraída Soares achou que a Universidade dos Açores não estava devidamente preparada para a realização do estudo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Já lhe respondi a isso. Não vou responder outra vez!

A Oradora: Disse que não tinha nada contra que fosse a Universidade dos Açores. Uma coisa é não ter nada contra, outra coisa é ter retirado da sua iniciativa a Universidade dos Açores. São duas coisas completamente diferentes.

E, portanto, aquilo que o CDS continua a afirmar que é necessário para a região é uma estratégia integrada no combate às dependências, que dê respostas eficazes, rentabilizando o melhor possível os recursos disponíveis, hoje, na região.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): A senhora tem estado neste debate?

A Oradora: Porque, até agora, e infelizmente é assim, limitamo-nos a gastar milhões, a varrer para debaixo do tapete uma realidade que é uma realidade presente e não vale a pena continuar a varrer para debaixo do tapete uma realidade social com consequências graves. Sabemos que a utilização de terapias de substituição, uma das coisas que faz é mitigar as consequências sociais deste flagelo, mas que não resolve a situação e, antes pelo contrário, só agrava a situação das famílias que continuam a sofrer em silêncio.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Gostava de saber o que é que aconteceu, entretanto, para a sra. Deputada mudar de posição!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para reforçar aquilo que eu disse entre os dois intervalos regimentais, porque eu disse perfeitamente isso que a Sra. Deputada, agora, não sei se me está a voltar a questionar, mas vou clarificar.

Eu, na minha intervenção, fiz o percurso da nossa posição, desde a ida à Comissão até ao dia de hoje, e, portanto, para ficar claro.

O estudo do SICAD, por iniciativa deles, vai realizar-se em todo o território nacional, no ano de 2016; nós vamos estudar a possibilidade de alargar a amostra no sentido de ela ser mais representativa...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... ao nível de ilha, relativamente a esse estudo. Também referi que nós já percebemos que o estudo com o conjunto da centena de variáveis que tem parece-me que não vai responder àquilo que nós queremos. Eu disse isso, há bocadinho. Portanto, como tal, vamos complementá-lo com outro estudo. Quem será a entidade que o irá fazer, vamos, rapidamente, tentar perceber qual

será. E também disse, há pouco, que a Universidade dos Açores será uma parceira, como todas as entidades que estão no terreno e que queiram, e é importante também referir isso, participar. E, como tal, eu penso que é preferível o texto da resolução ficar como está, o Governo Regional irá, junto das entidades com as quais costuma trabalhar, pôr o estudo em cima da mesa e, portanto, se a Universidade dos Açores quiser e se enquadrar naquilo que nós pretendemos, muito bem, se não será uma entidade que, durante o prazo que nós temos, queira responder às necessidades que temos para cumprir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de abordar algumas das questões que foram aqui focadas, quer em relação ao estudo, salientando a aparente unanimidade que merece, neste Parlamento, a realização do estudo, o que, para nós, é fundamental e será um passo importante para que, como também já foi referido, a região defina uma verdadeira estratégia na abordagem das dependências.

Relativamente a algumas das questões que foram aqui focadas pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, gostaria de destacar aqui duas afirmações.

Em primeiro lugar, destacar a seguinte afirmação: “Nem tudo foi mal feito!”. É verdade, Srs. Deputados, nem tudo foi mal feito, mas o grau de exigência não pode ser este. Ficamos satisfeitos apenas porque nem tudo foi mal feito é diminuir o critério de qualidade que pretendemos todos, e, nesta matéria, eu estou certo de que pretendemos todos, para a nossa governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E citando o Sr. Deputado João Paulo Ávila, que aprecio e a quem reconheço elevadas qualidades, vou aqui citá-lo na seguinte frase: “Se há um esforço dos técnicos e os resultados não são bons, o que é que está a faltar, Srs. Deputados?”, está a faltar, precisamente, uma estratégia regional, que não tem havido e que, esperamos todos, a partir do estudo que vai ser realizado, seja definida de forma ponderada, articulada e, posteriormente implementada.

E permitam-me, na presença do Sr. Presidente do Governo Regional, dar aqui aquele que é para mim o maior exemplo da falta de estratégia da região em matéria de dependências.

Em 2008, na formação da Orgânica do X Governo Regional, foi criada a Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, que trabalhou, desenvolveu, inclusive, um plano regional de prevenção e combate às dependências, 2010/2012, que se pressupunha que tivesse continuidade, mas não teve; pelo contrário, o Sr. Presidente do Governo Regional, aqui presente, em 2012, na formação do seu XI Governo Regional, extinguiu a mesma direção regional; e, em 2016, o Sr. Presidente do Governo Regional cria novamente uma Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, na nossa perspetiva, muito bem, o que nos parece que é, de facto, uma assunção...

Deputado André Bradford (PS): Parece?! Ainda não tem a certeza!

O Orador: ... do erro ou dos erros cometidos em matéria de abordagem da prevenção e combate às dependências e, para nós, merece a nossa saudação. Como referiu também aqui muito bem o Sr. Deputado do Partido Socialista, o importante é o futuro, e, falando de futuro, assumindo os erros cometidos, Sr. Secretário Regional, a sua abertura para a realização do estudo para o aproveitamento, a rentabilização do estudo que vai ser desenvolvido a nível nacional pelo SICAD é para nós um excelente sinal e reiteramos que entendemos que as variáveis que integram o estudo nacional devem integrar também o estudo regional, para que possamos continuar a comparar os

resultados da região com outras regiões, caso contrário perdemos o termo de comparação, mas também é fundamental, como foi aqui referido, que se acrescentem todos os indicadores necessários para caracterizar cada uma das ilhas, de modo a que, a partir daí, e constituindo o estudo a realizar o diagnóstico mais abrangente e atualizado da situação da região se possa, efetivamente, definir e implementar a tão necessária e urgente estratégia regional para a prevenção e combate às dependências nos Açores.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Pedi a palavra só para esclarecer alguns pontos para ficarmos todos de acordo. Aliás, ninguém está contente, ninguém disse que estava contente e eu posso repetir aquilo que disse na minha primeira intervenção.

Os dados não são bons, mas devem servir de motivação ao trabalho a desenvolver. Foi isso que eu disse.

Aquilo que eu também disse foi, e agora pela ordem correta das coisas: se os resultados não são bons, se há um esforço de todos, técnicos e Governo, e se há concordância de todos nós na realização deste estudo, então é porque temos os ingredientes necessários para criar uma boa e melhorada receita. Daqui não vão sair conclusões, daqui vai sair o início.

Deputado Francisco César (PS): Início do processo!

O Orador: Do processo. As conclusões vão ser dadas pelas pessoas competentes. Portanto, só para corrigir e para repetir aquilo que eu disse.

E, aliás, eu comecei a minha intervenção dizendo que esse era um flagelo duro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já está a começar a desprender-se em apartes!

O Orador: Se fosse um flagelo mole, aí nós estaríamos contentes, aí nós estaríamos e eu estava aqui a dizer que nós estávamos contentes. Mas isso é uma opinião generalizada, eu acho que não há nenhum deputado aqui, nesta Casa, e nenhum membro do Governo que esteja contente com esses resultados. Portanto, ninguém disse isso, reafirmo, ninguém disse que estava contente com esses resultados.

Obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de Resolução n.º 15/X – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2015”, apresentada pela Mesa da ALRAA.

O documento foi distribuído por todos, seguiu toda a sua tramitação normal.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, depois desta miniconferência, foi deliberado anteciparmos o ponto 10 da nossa Agenda, nomeadamente a Petição n.º 41/X – “Segurança no transporte coletivo de crianças nos Açores”. Esta petição foi apresentada pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, na qualidade de primeiro subscritor.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, dispõe que cada grupo e representação parlamentar pode intervir uma única vez até ao máximo de 10 minutos.

Peço ao Sr. Relator da Comissão para apresentação do relatório.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

SOBRE A PETIÇÃO “SEGURANÇA NO TRANSPORTE COLETIVO DE CRIANÇAS NOS AÇORES”

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 30 de março de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, por videoconferência com a Sede, na cidade da Horta, Delegações de S. Jorge e Graciosa e ainda por audioconferência, a fim de

analisar e dar parecer sobre a Petição “Segurança no transporte coletivo de crianças nos Açores”.

1st. Capítulo – Introdução

A 28 de julho de 2015 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição intitulada “Segurança no transporte coletivo de crianças nos Açores”, cuja autoria é da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba.

A presente petição defende uma alteração do atual contrato de fornecimento do serviço de transportes escolares.

O subscritor da Petição justifica tal pretensão com o facto de o contrato em vigor [2002] ser anterior “à entrada em vigor da legislação específica ao transporte coletivo de crianças [2006].”

2nd. Capítulo – Enquadramento jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

3º. Capítulo – Apreciação na generalidade e na especialidade

A Petição em análise tem por objeto “Pedido de alteração do Contrato de Fornecimento do Serviço de Transportes Escolares (Resolução n.º 127/2002, de 1 de agosto, do Governo Regional dos Açores)”.

Tal pedido é justificado, pelos subscritores, através dos seguintes argumentos:

- “falta de cumprimento das regras de segurança no transporte coletivo de crianças na ilha Terceira”;
- “Os contratos de fornecimento do serviço de transportes escolares celebrados entre a RAA [...] e os concessionários de transporte coletivo de passageiros decorrem da Resolução n.º 127/2002, de 1 de agosto, sendo, nestes termos, anteriores à entrada em vigor da legislação específica ao transporte coletivo de crianças, em 2006.”
- “nestes contratos não se encontra expressamente prevista a obrigação dos concessionários quanto ao cumprimento das condições de segurança.”

Face ao exposto, solicita-se “a denúncia dos contratos de fornecimento do serviço de transporte escolar, de modo a garantir nos novos contratos o cumprimento integral das condições de segurança para o transporte de crianças.”

A Comissão de Economia deliberou proceder à audição da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Tomás de Borba, subscritores da petição, e do Conselho Executivo da Escola Tomás de Borba.

A Comissão de Economia no dia 28 de janeiro de 2016 procedeu à audição da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Tomás de Borba, representados por Célia Silva, Vice-Presidente, e Sílvia Quadros, Secretária da Direção.

A Secretária da Direção começou por afirmar que aquela Associação sempre teve uma preocupação com o problema da falta de segurança no transporte coletivo de crianças e por isso tinham enviado cartas denunciando esse facto aos líderes parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e ao Secretário Regional da Educação e Cultura, numa reunião solicitada.

A questão essencial, segundo a Subscritora, tinha a ver com a sobrelotação dos transportes públicos que fazem o transporte de crianças para as escolas que originam que muitas das vezes essas mesmas crianças viagem em pé, infringindo as leis em vigor sobre esta matéria.

Segundo a Secretária da Direção, seria necessário rever o contrato existente com as operadoras desde 2002 com o objetivo de garantir a segurança do transporte coletivo de crianças para impedir que continuem a viajar de pé.

“O transporte coletivo regular não garante a segurança das crianças”, concluiu.

O Deputado Jorge Macedo referiu que nas diversas audições efetuadas a propósito de duas propostas que tinham a ver com esta matéria, os diversos operadores afirmaram que a responsabilidade da introdução de um responsável acompanhante deveria ser assumida pela entidade contratante.

A Vice-Presidente afirmou que o contrato existente previa o transporte das crianças no modelo regular, mas o que estavam a pedir era que as crianças não fossem transportadas de pé nem em autocarros sobrelotados, lembrando que não estavam a exigir o acompanhamento por um responsável.

O Deputado Paulo Estevão perguntou se na paragem da escola os funcionários orientavam os alunos na entrada nos autocarros, se o número de alunos por percurso eram respeitados e se os alunos com menos de 12 anos viajavam sentados, conforme tinha verificado a Direção Regional de Transportes.

A Secretária da Direção afirmou que relativamente ao apoio nas entradas e saídas dos autocarros isso era cumprido, não havendo, no entanto, o aumento da

oferta, confirmando que desde o segundo período os autocarros viajam com a lotação esgotada e por isso a falta de segurança continuava, confirmando que tinha sido pedida uma verificação à Direção Regional de Transportes, mas que desconheciam os seus resultados.

O Deputado André Rodrigues perguntou se o que estava em causa era o facto de os alunos deverem viajar sentados e que interpretação fazia da atual legislação.

A Secretária da Direção afirmou que o transporte regular de passageiros fazia com que as operadoras deixassem de estar obrigadas a cumprir o regime jurídico do transporte coletivo de crianças.

A Vice-Presidente completou, afirmando que, segundo a Secretaria Regional da Educação e Cultura, estávamos perante transporte regular e não transporte escolar, referindo que o contrato nestes moldes a entidade que pagava não tinha qualquer controlo, incluído dos horários e a sua adaptação ao período letivo, lembrando que, apesar das empresas saberem o número de alunos, não oferecia lugares suficientes no transporte regular.

Lembrou ainda que a proposta do Governo Regional vinha no sentido de isentar as empresas das regras de transporte de crianças.

O Deputado António Toste Parreira constatou que a Direção Regional dos Transportes tinha feito uma vistoria ao transporte de crianças efetuado pela Empresa de Viação Terceirense e que evidenciaram a existência de lugares para todas as crianças.

A Secretária da Direção informou que tinha conhecimento, através de uma mãe moradora nos Biscoitos que na ligação de Angra com aquela freguesia havia sobrelotação.

A Vice-Presidente completou que nas inspeções feitas pela PSP foi detetado que eram cumpridas as regras para o transporte de pessoas sentadas e em pé,

mas que a questão tinha a ver com o facto das crianças não deverem ser transportadas de pé, pelos riscos que isso acarretava.

No dia 9 de março de 2016 a Comissão de Economia procedeu à audição do Conselho Executivo da Escola Tomás de Borba, representada por Leandro Sousa, Presidente, e Verónica Silva e Hélia Santos, Vice-Presidentes.

O Presidente de Conselho Executivo, a propósito desta petição, informou a Comissão que, a nível de segurança no transporte das crianças, tinham existido alguns problemas pontuais, levantados por alguns pais e prontamente retificados. Informou ainda que neste momento as regras estavam a ser devidamente cumpridas.

O Deputado André Rodrigues perguntou que tipo de diligências tinham sido efetuadas para que as regras fossem cumpridas e se esse problema só se passava na Ilha Terceira e naquela escola, já que a petição apenas se referia a esta ilha.

O Presidente do Conselho Executivo destacou duas medidas que tinham sido tomadas: gradear toda a escola para que houvesse um acesso disciplinado aos autocarros e o destacamento de dois ou três funcionários, nas horas de ponta, para ajudar a entrar e sair da escola.

Relativamente a falhas noutras escolas da Ilha Terceira, afirmou não ter qualquer conhecimento.

A Deputada Zuraida Soares mostrou a sua perplexidade pelo facto de se dizer que não existiam problemas no cumprimento das regras no transporte dos alunos e, ao mesmo tempo, assiste-se a uma petição com mais de 300 assinaturas a denunciar isso mesmo, perguntando, afinal, de onde vinha esta discrepância de análise ou avaliação.

O Presidente do Conselho Executivo disse não saber o que despoletou esta petição e afirmou que só souberam à *posteriori* e que, mesmo assim, tinham feito uma reunião com a empresa de transporte para verificação dos procedimentos.

A Deputada Graça Silveira perguntou se os problemas detetados e referidos pelos peticionários tinham uma maior incidência naquela escola.

A Vice-Presidente do Conselho Executivo afiançou que nunca tiveram queixas da Associação de Pais, daí a estranheza que aquele órgão demonstrava perante o conteúdo da petição.

O Presidente do Conselho Executivo informou que tinha sido dado conhecimento da entrada da petição na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Informou ainda que a empresa tinha fornecido o número de passageiros transportados e que ele próprio tinha entrado nos autocarros para aferir a qualidade do serviço.

O Deputado Paulo Estevão perguntou se tinham conhecimento que muitos alunos viajavam de pé.

O Presidente afirmou que não conseguia precisar, mas que esses dados tinham sido facultados, lembrando que não era à escola que competiria fiscalizar.

4th. Capítulo – Parecer

A Comissão deliberou, por unanimidade, com os votos do PS, PSD e CDS-PP, pronunciar-se da seguinte forma:

1. Os peticionários consideraram que os contratos celebrados ao abrigo da Resolução N° 127/2002 de 1 de Agosto não são obrigados a cumprir as regras de segurança no transporte coletivo de crianças definidas no DLR 23/2006/A, de 12 de junho;
2. Outra preocupação transmitida pelos peticionários foi a de existir crianças a serem transportadas em pé, nomeadamente no transporte escolar da

Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, que recorre ao transporte público regular para realizar o transporte escolar;

3. Durante as audições, pela parte dos porta-vozes dos peticionários, constatou-se, algumas dúvidas interpretativas sobre a legislação em vigor, nomeadamente entre as várias tipologias de serviço de transporte coletivo de passageiros, seja ele o regular, o regular especializado e o ocasional, com o transporte coletivo de crianças e o transporte de alunos;

4. Os peticionários consideram que a legislação de transporte coletivo de crianças deveria ser aplicável ao transporte público coletivo de passageiros;

5. Sobre esta matéria importa salientar o seguinte:

a. A Região Autónoma dos Açores com o DLR 23/2006/A, de 12 de junho, adaptou a Lei n.º 13/2006 de 17 de Abril que definiu, a nível nacional, o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, onde se define um conjunto de regras básicas de segurança no transporte coletivo de crianças e jovens que assumem um papel fundamental na proteção desta faixa etária mais jovem, contribuindo para reduzir o risco de acidentes de viação;

b. A adoção de medidas especiais aplicáveis a todos os operadores regionais que se destinem a transportar especificamente grupos de crianças e jovens constitui uma forma de promover condições acrescidas de segurança e qualidade neste segmento de transporte, criando soluções com o objetivo de compatibilizar as regras de segurança com as desejáveis condições da sua aplicação, necessárias numa região com as nossas especificidades;

c. A Resolução Nº 127/2002 de 1 de Agosto autorizou o Secretário Regional da Educação e Cultura a celebrar, em nome da Região Autónoma dos Açores, com os concessionários de transporte coletivo de passageiros, os contratos de fornecimento de transporte escolar, de forma a estabelecer as regras e as condições deste tipo de atividade, tendo em conta as seguintes premissas:

- a. A necessidade de anualmente assegurar o transporte escolar de uma forma generalizada e universal;
- b. A necessidade de fixar as regras e conceitos a aplicar, de forma a uniformizar o serviço de transporte escolar tendo em conta os fatores sociais e ambientais;
- c. A necessidade de coordenar o serviço de transporte escolar com a rede de transporte coletivo de passageiros por forma a viabilizar ambos, definindo os princípios comuns das obrigações de prestação de serviço público;
- d. As empresas de transporte coletivo de passageiros podem efetuar todas as tipologias de serviço, sendo que o transporte de alunos é efetuado ao abrigo do regime de serviço que for contratado, seja este em serviço regular (transporte público coletivo de passageiros), serviço regular especializado ou serviço ocasional, sendo aplicável a legislação que regulamenta cada um dos serviços;
- e. A maioria dos alunos dos estabelecimentos de ensino da Região são transportados em serviços regulares (transporte público coletivo de passageiros), só recorrendo os estabelecimentos de ensino a serviços de transporte coletivo de crianças, serviços regulares especializados, em situações pontuais relacionados com necessidades especiais de transporte, ou ainda para realização de visitas de estudo ou deslocação a eventos, serviços ocasionais;
- f. Segundo o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, o transporte escolar é feito utilizando a rede de transporte público coletivo de passageiros que sirva a localidade onde se situa a escola, devendo para tal os percursos e horários das carreiras adequarem-se às necessidades do sistema educativo;
- g. Exclusivamente nas situações em que não exista uma rede de transporte público que sirva a escola, ou em que esta não tenha características adequadas ao transporte dos alunos, podem ser criados circuitos a funcionar em regime de serviço regular especializado, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de Junho;

- h. Se uma determinada tipologia de serviço não satisfaz as pretensões dos estabelecimentos de ensino, sempre poderá recorrer a outra tipologia de serviço que considera mais adequada;
- i. Os serviços regulares (transporte público coletivo de passageiros), que transportam todas as tipologias de público, inclusive crianças, exclui do seu âmbito de aplicação, entre outros modos de transporte, o transporte coletivo de crianças, de acordo com a Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros;
- j. No caso particular do transporte escolar da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, o serviço é assegurado pelo transporte público coletivo de passageiros, serviço regular, estando obrigados a cumprir as regras de segurança definidas no DLR 9/2015, de 15 de janeiro;
- k. O conselho executivo afirmou ter realizado iniciativas e ações para que o transporte escolar fosse mais seguro e adequado às necessidades dos seus alunos, sendo que o assunto foi analisado e discutido em assembleia de escola após a petição ter sido realizada por parte da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba;
- l. Foi do conhecimento da Comissão que elementos da Polícia de Segurança Pública acompanhados por elementos da Direção Geral dos Transportes realizaram, após denúncia do Conselho Executivo e da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, diversas ações de fiscalização aos transportes públicos regulares que servem a referida escola, não tendo sido encontrado qualquer incumprimento à legislação em vigor, nomeadamente, em termos de sobrelotação dos veículos;
- m. Da análise dos factos é possível verificar que não há contestação à legislação que regulamenta o transporte escolar, quanto muito, dúvidas sobre o cumprimento da mesma pela parte das empresas de transportes coletivo de

crianças, tratando-se, portanto, em caso de violação da lei, de um problema de fiscalização pelas forças de segurança;

n. Não obstante o resultado positivo das fiscalizações realizadas, o princípio da precaução e a necessidade de continuar a assegurar um sentimento de segurança no transporte de alunos junto da comunidade escolar, recomenda que se intensifiquem as ações de fiscalização da PSP aos transportes públicos regulares que sirvam meios escolares;

o. Da análise das audições foi possível verificar uma desarticulação temporal e de perceção do problema, entre as posições do Conselho Executivo e da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, o que recomenda que esses dois órgãos de escola envidem os melhores esforços para melhorar a sua comunicação e colaboração;

6. Constatar que a Petição, por ser subscrita por 425 peticionários, reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião plenária;

7. Dar conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da petição, ao Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba e ao Comando Regional da Polícia de Segurança Pública.

O Relator: *José Ávila*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente: *Francisco Vale César*

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, saudar este tipo de iniciativa da Associação de Pais da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba enquanto peticionários no exercício do seu direito consagrado no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, numa aproximação de eleitores e de representantes eleitos.

Sem dúvida que o transporte coletivo de crianças é uma preocupação de todos, pois estas têm de ser transportadas em condições de segurança, reduzindo o risco de acidente, sendo a segurança uma condição que nunca pode ser posta em causa.

A presente petição defende uma alteração do atual contrato de fornecimento do serviço de transporte escolar, uma vez que o contrato em vigor é datado de 2002, ou seja, anterior à entrada em vigor da legislação vigente da altura relativa ao transporte coletivo de crianças, o DLR n.º 23/2006-A, de 12 junho.

Sendo, sem dúvida, perceptível a preocupação destes pais e encarregados de educação, dado que a questão essencial se punha com a sobrelotação do transporte de crianças, considerando que muitas vezes estas viajavam em pé fazendo com que o transporte coletivo não garantisse condições de segurança das mesmas. No entanto, com a primeira alteração ao DLR n.º 23/2006-A, que estabelece o Regime Jurídico do Transporte Coletivo de Crianças, clarificou-se a salvaguarda de alguns aspetos relativos à segurança no transporte de crianças e jovens, contribuindo para a melhoria das condições dos mesmos, reduzindo, assim, o risco de acidentes de viação.

Aliás, importa referir que estamos a falar de uma petição que deu entrada nesta Casa há mais ou menos um ano e meio e há praticamente um ano que contém as condições de subir a Plenário. Esta petição demorou tanto tempo a chegar que até deu tempo para o Bloco de Esquerda e o Governo Regional de

diligenciassem com propostas legislativas que levaram à aprovação do diploma que alterou...

Deputado André Bradford (PS): E isso é mau? Resolver o assunto é mau!

A Oradora: ... o regime jurídico de transporte coletivo de crianças.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A escola das Capelas é mais ou menos a mesma coisa. Deixe vir a da escola das Capelas, que é mais ou menos a mesma coisa!

A Oradora: Esta petição deu entrada, nesta Casa, a 28 de julho de 2015, tendo sido relatada à Comissão de Economia a 30 de março do ano passado, mas só hoje, 18 de janeiro de 2017, é que o Parlamento se pronuncia perante a Associação de Pais da Escola Tomás Borba.

Assim, e basicamente o que estamos a fazer hoje é apenas cumprir um formalismo, pois já não existe nada de novo para os legítimos representantes do povo dos Açores dizerem aos peticionários.

Se queremos, como todos, dizemos, “Dignificar o Parlamento e aproximar os eleitores dos seus legítimos representantes, devemos tentar ser mais céleres na forma como damos respostas aos eleitores”.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Eu terei que fazer um esclarecimento.

Deduzi da sua intervenção, e tenho que assumir que é uma autocrítica, porque, como a Sra. Deputada bem sabe, as Agendas para os Plenários são feitas sobre proposta minha, mas vão à Conferência de Líderes e são aprovadas por todos.

Portanto, efetivamente, o número de diplomas que nós tivemos no decorrer do ano de 2016 foi de tal ordem que impediu, infelizmente, concordo perfeitamente consigo que nós teríamos que ter capacidade de dar resposta a tudo o que entra nesta Assembleia, mas, infelizmente, não foi possível agendar

para Plenário nenhuma petição, porque também nos parece que, como órgão legislativo, temos que dar prioridade às iniciativas legislativas que entram nesta Casa, infelizmente, ficaram sete petições pendentes da última legislatura. Naturalmente, será uma reflexão a fazermos todos, porque é uma responsabilidade de todos nós.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, embora seja um facto que a petição demorou muito tempo a chegar para discussão em Plenário, a verdade é que também é preciso registar que o Parlamento também reagiu à questão que foi levantada pela Associação de Pais. Isso não tira mérito à chamada de atenção que aqui foi feita por parte do CDS, é necessário que as petições cheguem muito mais rapidamente, mas também é importante referenciar o seguinte. Por exemplo, da parte do PPM, nós tivemos oportunidade de apresentar, logo no dia 9 de abril de 2015, veja-se bem, efetuámos um requerimento ao Governo Regional a interessarmo-nos sobre este assunto e a colocar diversas questões. O Governo Regional respondeu um mês depois,...

Deputado André Bradford (PS): Mas isto é sobre a petição!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eh, pá! Isso é um recorde! Se conseguiram responder um mês depois!

Deputado André Bradford (PS): É sobre os peticionários?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Eu acho que o Sr. Deputado André Bradford quer falar antes de mim!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no uso da palavra, faça o favor de continuar!

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, foi perfeitamente audível para toda a Câmara, tenho que lhe responder.

Então, eu estou a descrever aquilo que foi feito por parte do Parlamento no âmbito desta questão.

Deputado André Bradford (PS): Por parte do PPM!

O Orador: E o PPM não faz parte do Parlamento dos Açores, é da lua, de certeza absoluta!

Oiça, Sr. Deputado, esse tipo fica-lhe mal, desprestigia esta Casa,...

Deputado Francisco César (PS): Fica-lhe mal é a si!

O Orador: ... estou a demonstrar que foi feito trabalho individualmente. Iria falar a seguir do requerimento que o Bloco de Esquerda apresentou sobre este mesmo assunto e o que eu estou a demonstrar aos pais que nos estão a ouvir é que, por parte de vários grupos e por parte do Governo, por parte da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, por parte do PPM, por parte dos deputados de todos os grupos parlamentares existia o interesse em resolver esta questão. Se o Sr. Deputado considera que isto é uma coisa estratosférica e irrelevante, o problema é seu, mas eu acho que está errado.

Presidente: Sras. Deputados!

O Orador: Portanto, deixe-me voltar ao assunto.

Aqui em relação a esta questão, pela parte dos diversos grupos, vou falar, a seguir, do requerimento do Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda faz um requerimento, no mês seguinte, também a interessar-se sobre esta questão, portanto, estamos a falar de um requerimento de maio, em que o Bloco de Esquerda se interessa, pergunta, faz várias perguntas ao Governo Regional e até pergunta quanto é que custa o valor despendido no transporte escolar por ano: são mais de cinco milhões de euros, é a média, não é? Cinco milhões de euros. A resposta foi de cinco milhões e meio, 2012; em 2013, cinco milhões e quatrocentos mil, etc..

Portanto, a questão é esta. O Governo responde... Uma das coisas que eu considero que é fundamental é que o Governo relata, descreve esta situação à Direção Regional de Transportes, que é a entidade responsável pela fiscalização, e, portanto, o Governo também age em relação à situação que é descrita, quer por parte da Associação de Pais, quer por parte dos partidos políticos que se interessaram por esta questão.

Portanto, neste âmbito, podem existir muitas críticas ao Parlamento, muitas; nesta matéria, de forma específica, já demonstrei, acho eu, e tinha aqui mais um conjunto de ações que, entretanto, foram desenvolvidas pela Comissão também, pela Comissão, que desenvolveu vários procedimentos no sentido de se interessar, de saber o que é que está em causa, de melhorar a fiscalização, de perceber até que ponto é que estas questões estão resolvidas, da própria escola, perguntar à escola o que é que estava a fazer, e a escola responde que já colocou um gradeamento, responde que já colocou funcionários junto do momento em que os alunos apanham os autocarros e que, portanto, já está a fiscalizar, já está a responder. Portanto, houve um interesse, não é agora que se está a fazer qualquer coisa, já muita coisa foi feita em relação a este assunto e, tanto quanto eu sei, com mérito, porque a questão não foi levantada mais e o que me dizem é que está muito melhor. Portanto, em relação a esta questão, eu penso que a ação do Parlamento foi uma ação eficaz e meritória e fizemos aquilo que tínhamos a fazer.

Deputada Graça Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

Os transportes escolares são um serviço essencial para permitir a frequência escolar a todas as crianças da nossa Região que, por força da distância a que

residem, não têm outra possibilidade de acesso ao respectivo estabelecimento de ensino.

A política de concentração escolar tem feito aumentar as distâncias, o tempo de deslocação e a quantidade de crianças que, todos os dias, na nossa Região, têm de realizar viagens mais ou menos longas para chegarem à sua escola.

Como resultado, o sistema de transportes escolares é caro, complicado e, sobretudo, tem bastantes falhas e insuficiências.

A opção pelo transporte de alunos em serviços de transporte regular de passageiros traz problemas, pois estas carreiras não são pensadas especificamente para o transporte escolar e, entre outros problemas, obriga por vezes a deslocações mais demoradas, do que seriam se o transporte fosse exclusivamente destinado ao transporte escolar. Mas também estão sujeitos por vezes, como aconteceu no caso aqui exposto pelos peticionários, a terem de viajar de pé em autocarros lotados o que, como se compreende, e em especial em relação às crianças mais novas e tal não deve acontecer.

De forma ainda mais problemática, existem lacunas sérias no sistema de transporte escolar. Lacunas que vão sendo supridas ou minoradas com o esforço de Câmaras e Juntas de Freguesia, mas que compete ao poder regional resolver. A situação, que veio recentemente a público, dos alunos da Freguesia da Calheta do Nesquim, não é, infelizmente, caso único. E diga-se que, mesmo este caso, só está temporariamente remediado pelo Município. Não está resolvida de forma duradoura.

É preciso localizar e resolver estas lacunas, que acontecem em várias ilhas, e garantir que todas as crianças açorianas têm transporte escolar seguro, confortável e adequado.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores membros do Governo:

É importante também que se tenha consciência de que as empresas que garantem estes transportes são sobretudo pequenas empresas locais, que asseguram postos de trabalho e um serviço essencial às comunidades.

Denunciámos recentemente atrasos nos pagamentos devidos à empresa que assegura estes transportes na ilha do Pico. Sabemos que o mesmo sucede noutras ilhas e reafirmamos: é preciso que, independentemente dos seus contratos serem geridos a nível local pelas escolas, os transportes sejam pagos atempadamente a estas empresas. A sua sobrevivência e a existência de transportes escolares eficazes e de qualidade depende também disso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo e Sras. e Srs. do público:

Poderia fazer aqui ou poderia retirar conclusões acerca daquele que poderia ser perspetivado como um caminho tortuoso que esta petição teve; podia, também, se calhar, aqui, lançar dúvidas, mas não vou entrar por aí, não vou explorar essa hipótese de que quando as duas iniciativas apresentadas, nesta Casa, que procuravam colmatar as falhas detetadas no transporte escolar, poderia lançar a dúvida do porquê de, nessa altura, não terem agendado também, nesse mesmo Plenário, a colocação desta petição. Não vou entrar por aí.

(Burburinho na Câmara)

O Orador: Agora, eu posso entrar e devo entrar, é que estranho muito que haja sempre uma preocupação, que eu até digo que é uma preocupação obsessiva, por tentar blindar aquela que foi uma resolução, que ainda está em vigor, de 2002, e que regulamenta o contrato ou os contratos estabelecidos com várias empresas de transporte coletivo regular para efetuarem o transporte escolar. E

há sempre uma preocupação obsessiva em assegurar a não contestação a essa resolução, já de 2002, de tal forma que ela está blindada e há todo um interesse, que eu ainda não percebi porquê, qual a motivação desse interesse para nunca se mexer na forma como são estabelecidos os contratos de transporte escolar. E o que parece evidente, nesta Assembleia, e também pelo Governo Regional, é que há sempre a tentação para fazer de conta que todos os problemas ocasionados, e que não são poucos, no âmbito do transporte escolar, nada tem a ver quer com o quadro legislativo que regulamenta todas as normas de segurança no transporte, quer escolar, quer mesmo do transporte coletivo regular, e também para nunca colocar em causa aqueles que são os contratos no âmbito do transporte escolar.

Este não é caso único, o caso que deu origem a esta petição. Na mesma ilha, eu, enquanto utente do transporte coletivo terrestre, tive ocasião de presenciar, há coisa de dois anos, é verdade, de forma muito regular, posso dizer numa base diária, a existência de crianças que eram transportadas, no âmbito do contrato de transporte escolar, de pé, porque o autocarro estava lotado. Não me estou a referir aqui especificamente à carreira que deu origem a esta petição, mas a uma outra carreira que também levava crianças para outras escolas da cidade de Angra.

É claro que, tal como o Deputado João Corvelo fez questão de mencionar, e bem, muito recentemente, tivemos notícia de outro mau exemplo, que é o caso do transporte escolar para a Calheta do Nesquim. O problema foi, entretanto, resolvido de forma transitória, previsivelmente só até ao final do ano letivo, não pela escola nem pela tutela, mas pela autarquia das Lajes do Pico e, portanto, confirma-se aquela que é uma incoerência entre aquilo que é postulado pelo Governo Regional, ao longo dos últimos anos, de que serão as empresas que terão que adequar o seu serviço às necessidades das escolas, mas, na realidade, nós assistimos a uma prática contrária, que são as escolas e a comunidade a

tentarem adequar as suas necessidades àquelas que são as práticas das empresas, ou seja, os horários e as carreiras, quando não deveria ser assim.

O caso da Calheta do Nesquim é um caso típico desse contrassenso.

Toda a gente sabe que a comunidade escolar precisa de um transporte, não da escola para a paragem, mas, sim, da escola até à residência. É claro que não estamos aqui a exigir que todo o aluno tenha um transporte até à beira da sua casa, não é isso que se exige, mas também é verdade que, num percurso de 3km, não queremos deixar as crianças e os jovens a 1km ou mesmo até 2km de casa, não é isso que se pretende.

Portanto, eu acho que, com um bocadinho de bom senso, alguns destes problemas poderiam ser facilmente resolvidos.

Agora, quero chamar a atenção para o quadro legislativo que norteia todos aqueles que são os requisitos de segurança para o transporte coletivo de crianças.

O atual quadro legislativo, apesar das alterações, continua a permitir que uma criança possa ser transportada, no âmbito do contrato estabelecido para o transporte escolar, num autocarro que serve o transporte regular de passageiros sem que tenha que obedecer exatamente às mesmas regras de segurança que são exigidas à mesma criança se for transportada, por exemplo, no transporte especializado de crianças. Portanto, não faz qualquer sentido.

Isto dá origem àquilo que eu poderei transformar numa rábula que é: um autocarro de transporte regular de passageiros pode transportar crianças no âmbito do transporte escolar? Pode. O transporte de crianças para as escolas deve ser feito de acordo com as regras de segurança para o transporte de crianças? Exato. As empresas de transporte regular de passageiros podem transportar crianças no âmbito do transporte escolar? Podem. E o que acontece às empresas com contratos para a realização de transporte escolar que não

garantam condições para que todas as crianças possam viajar sentadas no transporte regular de passageiros que as leva para as escolas? Nada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nada!

O Orador: E é este o estado do transporte escolar na nossa região, que não se limita à ilha Terceira, mas que é generalizado a todas as ilhas dos Açores.

Era mais do que tempo de rever todo o transporte escolar, de conformar aquele que é o transporte escolar às regras de transporte, que são, felizmente, asseguradas também no transporte especializado para crianças, se não teremos a mesma criança, como acontece, aliás, foi-me transmitido por uma empresa de transporte coletivo de passageiros, que me disse que sim, que é possível uma criança, de manhã, ser transportada num autocarro que se dedica também ao transporte regular de passageiros, o qual não é obrigado, por lei, a cumprir com todas as regras de segurança previstas para o transporte de crianças, e a mesma criança, ao final do dia, apanha um transporte especializado de crianças e tem...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem de cumprir todas as regras!

O Orador: ... que cumprir todas as regras, e bem, que presidem ao transporte especializado de crianças.

Portanto, é incompreensível como é que podemos estar aqui a dizer que o transporte escolar não é condizente com o transporte de crianças. O que é que estamos a transportar, então? Se calhar, há uma grande diferença de conceito. Os alunos não são crianças, deverá ser isso. Ou, então, podem ser alunos de manhã e crianças à tarde. Ou vice-versa.

Obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Atingimos o nosso horário regimental, mas, conforme foi deliberado pela Conferência, vamos prolongar os nossos trabalhos até terminarmos este ponto.

Sendo assim, passo a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção necessariamente breve, uma vez que o tema já foi amplamente debatido, começando por saudar os peticionários e a sua sempre nobre participação na democracia através do direito de petição. E ressaltar que esta não deixa de ser uma preocupação importante e sempre atual, que é a segurança no transporte escolar das nossas crianças e jovens.

No entanto, e como muito bem já foi aqui referido e explicado pela Sra. Presidente da Assembleia, esta petição perdeu a validade, e perdeu a validade porque o problema da base e o problema principal está resolvido, e ainda bem que está resolvido e foram várias as iniciativas deste Parlamento e também do Governo para o resolver, como também já foi aqui dito pelo Deputado Paulo Estêvão.

No entanto, ressalva-se a necessidade de haver talvez mais cuidado, por parte do Parlamento, no agendamento das iniciativas, para que as mesmas não percam a validade, e sabendo que esta foi uma situação excecional, porque também houve aqui uma mudança de legislatura, que fez com que nem todos os temas fossem discutidos a tempo, mas deverá haver esse cuidado.

Restam, portanto, as situações pontuais ou excecionais, que devem ser resolvidas e atendidas de forma também ela excecional, mas também são excecionais os acidentes, que são aqueles que se querem evitar.

E, como tal, ressalva-se a necessidade de fiscalizar; fiscalizar quer nas escolas, através do controlo da entrada dos alunos no transporte escolar, de modo a que só entrem no veículo o número de aluno adequado à capacidade do veículo em questão, e fiscalização por parte das autoridades, nomeadamente da PSP, para garantir que as crianças circulam sentadas nesse transporte que leva as crianças para a escola ou para casa.

Como tal, julgo que o assunto está devidamente tratado, resta-nos continuar a manter viva esta preocupação, atender as dificuldades e a importância da segurança no transporte escolar e agradecer, mais uma vez, a participação da população nesta preocupação que aqui foi trazida.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer começar por saudar os 425 subscritores da petição ora em apreciação. O direito de petição está previsto na Constituição da República Portuguesa e, naturalmente, está consagrado também no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Esta é uma das principais ferramentas ao dispor da cidadania para que as suas reivindicações sejam debatidas por quem democraticamente os representa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por isso mesmo, está aqui para dar o seu contributo, deixar a sua posição, com frontalidade e sempre com o mesmo sentido de responsabilidade.

Em audição, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba afirmou que as suas principais preocupações estavam relacionadas com a sobrelotação do transporte público que faz o transporte das crianças, levando a que algumas crianças façam a viagem de pé. Por esse motivo, consideram necessário rever o contrato existente com as operadoras desde 2002, com o objetivo de garantir a segurança do transporte coletivo de crianças, uma vez que consideram que este transporte coletivo regular não garante a segurança das crianças.

O Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, em audição, informou que, ao nível da segurança no transporte das crianças, teriam

existido alguns problemas pontuais, levantados por alguns pais, que foram prontamente retificados, garantindo que as regras de segurança estavam a ser devidamente cumpridas. Destacou algumas medidas implementadas para o reforço da segurança no transporte escolar dos alunos da EBS Tomás de Borba. O Conselho Executivo também afirmou desconhecer os motivos que desencadearam a petição e que só souberam *à posteriori* da mesma, demonstrando estranheza perante o conteúdo da petição, uma vez que nunca tiveram queixas da Associação de Pais.

Através das audições, a Comissão teve conhecimento que também a Direção Regional dos Transportes e a PSP tinham realizado vistorias e inspeções ao transporte de crianças efetuado pela empresa em causa, nas quais foi possível verificar a existência de lugares para todas as crianças, o seu correto licenciamento e o cumprimento das regras de segurança aplicáveis ao transporte contratualizado.

Durante as audições sobre a petição, também verificamos algumas dúvidas interpretativas sobre a legislação em vigor, nomeadamente entre as várias tipologias de serviço de transporte coletivo de passageiros, seja ele regular, regular especializado e ocasional, confundindo também com o transporte coletivo de crianças e com o transporte de alunos.

Segundo o Estatuto dos Alunos do Ensino Básico e Secundário, o transporte escolar é realizado utilizando a rede de transporte coletivo de passageiros que sirva a localidade onde se situa a escola, devendo, para tal, os percursos e os horários das carreiras adequarem-se às necessidades do sistema educativo.

Exclusivamente nas situações em que não exista uma rede de transporte público que sirva a escola ou em que esta não tenha as características adequadas ao transporte de alunos, podem ser criados circuitos a funcionar em regime de serviço regular especializado. Ou seja, se uma determinada tipologia de serviço

não satisfaz as pretensões dos estabelecimentos de ensino, este pode sempre recorrer a outra tipologia de serviço que considere mais adequada.

A maioria dos alunos dos estabelecimentos de ensino da região, tal como no caso particular do transporte escolar da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, são transportados em serviço de transporte público coletivo de passageiros, serviços regulares, estando obrigados a cumprir as regras de segurança definidas, que pretendem garantir o transporte em segurança de todos os seus utilizadores, inclusive as crianças.

Por norma, os estabelecimentos de ensino só recorrem ao serviço de transporte coletivo de crianças, serviços regulares especializados em situações pontuais relacionadas com as necessidades especiais de transporte ou ainda para a realização de visitas de estudo ou deslocação a eventos, os serviços ocasionais.

Os serviços regulares de transporte público de passageiros que transportam todas as tipologias de público, inclusive as crianças, excluem do seu âmbito de aplicação, entre outros modos de transporte, o transporte coletivo de crianças. Por sua vez, os peticionários consideram que esta legislação do transporte coletivo de criança deveria ser aplicável ao transporte público coletivo de passageiros.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de realçar que esta Assembleia, recentemente, através do DLR n.º 8/2006-A, de 26 de abril, efetuou a primeira alteração ao DLR n.º 23/2006-A, de 12 de junho, que definiu o regime jurídico de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos, onde se reforçou as condições de segurança no transporte coletivo de crianças na RAA.

Nesta primeira alteração, clarificou-se o âmbito de aplicação do regime; eliminaram-se disposições relativas à capacidade técnica e profissional dos administradores, diretores e gerentes das empresas; eliminou-se a exigência dos veículos afetos ao transporte coletivo de crianças estarem equipados com

tacógrafo e integrou-se o regime de alterações introduzidas, em 2003, do Código de Estrada quanto à altura máxima da criança para efeitos de utilização dos sistemas de retenção.

Ainda ao nível de segurança, prevê-se que nos serviços regulares especializados ocasionais passe a ser obrigatório o acompanhamento, por um encarregado, independentemente da idade da criança e do jovem até aos 16 anos.

Com a referida alteração, harmonizou-se as exigências relativas à aptidão técnico-profissional dos condutores, independentemente da entidade que exerça a atividade de transporte coletivo de crianças, garantindo a igualdade de tratamento no que se refere à certificação dos condutores para todos os tipos de transporte e institui-se a frequência obrigatória de uma ação de formação de condutores prévia à realização do exame tendente à obtenção do certificado de capacidade técnica profissional.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista verificou, através das audições, a necessidade dos conselhos executivos, em diálogo e em colaboração com as associações de pais, realizarem iniciativas e ações para que o transporte escolar seja cada vez mais seguro e adequado às necessidades dos seus alunos, devendo ser um assunto devidamente debatido, acompanhado e fiscalizado.

Ressalta também, de igual modo, a necessidade de continuar a assegurar um sentimento de segurança no transporte dos alunos junto da comunidade escolar, recomendando que se intensifiquem as ações de fiscalização da PSP aos transportes públicos regulares que sirvam meios escolares.

O Partido Socialista quer reafirmar que a RAA possui um sistema de transporte coletivo público seguro e adequado às nossas especificidades, que funciona bem, sem necessidades acrescidas de recursos financeiros públicos, recorrendo a uma frota que foi renovada nos últimos anos, sendo que o transporte escolar, independentemente do serviço que utiliza, é de qualidade e seguro.

Por último, gostaríamos de realçar a unanimidade alcançada em sede de Comissão relativamente ao parecer sobre a petição, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, vamos encerrar os nossos trabalhos. Regressamos amanhã, às 10h, com a Agenda.

Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

Sra. Deputada Graça Silveira.

Eram 20 horas e 14 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

A Redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*